

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



DISSERTAÇÃO

Organização espacial e reprodução social da agricultura familiar:
um estudo de caso na localidade de Harmonia I, São Lourenço do Sul,
RS

Losane Hartwig Schwartz

Pelotas, 2008

LOSANE HARTWIG SCHWARTZ

Organização espacial e reprodução social da agricultura familiar:
um estudo de caso na localidade de Harmonia I, São Lourenço do Sul,
RS

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Pelotas como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Giancarla Salamoni

Pelotas, 2008

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira CRB - 10/864

S399o Schwartz, Losane Hartwig.
Organização espacial e reprodução social da agricultura familiar : um estudo de caso na localidade de Harmonia I, São Lourenço do Sul, RS / Losane Hartwig Schwartz. - Pelotas, 2008.
118f. : il. color. : 1 mapa color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

1. Agricultura familiar. 2. Fumicultura. 3. Pomeranos. 4. São Lourenço do Sul, RS. I. Salamoni, Giancarla, orient. II. Título.

CDD 307.72

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Meri Lourdes Bezzi

Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra

Prof^a. Dr^a. Giancarla Salamoni – orientadora

Agradecimentos

À família, pelo apoio e carinho e ao Jean pela colaboração e incentivo;

Aos professores que, de alguma forma, contribuíram nessa caminhada de construção do conhecimento, especialmente à professora Giancarla, minha orientadora nessa pesquisa, pela confiança em mim depositada;

E, principalmente, aos agricultores que cederam parte do seu tempo para a realização das entrevistas e aos que, de alguma forma, colaboraram através de informações e dados, permitindo, assim, a realização deste trabalho.

SCHWARTZ, Losane Hartwig. **Organização espacial e reprodução social da agricultura familiar: um estudo de caso na localidade de Harmonia I, São Lourenço do Sul**. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

RESUMO

Esta pesquisa consiste em um estudo de caso, realizado na localidade de Harmonia I, 4º distrito do município de São Lourenço do Sul, RS, a partir da análise dos subsistemas internos da agricultura: social, funcional e de produção. A localidade é formada, essencialmente, por descendentes de imigrantes pomeranos, estabelecidos em unidades de produção familiares. O objetivo principal da pesquisa é compreender a organização espacial da agricultura familiar, quais as estratégias produtivas adotadas pelos agricultores e como a mesma vem se reproduzindo socialmente, diante das mudanças ocorridas no seu sistema produtivo, nas últimas décadas, com a introdução da fumicultura. Os agricultores não estão separados dos meios de produção e são proprietários da terra, mas estão submetidos ao capital por meio de contratos de integração vertical com as indústrias fumageiras. E, embora a produção de fumo represente o principal produto comercial cultivado nas propriedades e a principal fonte de renda dos produtores, observa-se a manutenção da policultura voltada para o autoconsumo. Ainda, os resultados do estudo realizado indicam que a reprodução social dos agricultores familiares está relacionada à presença de uma racionalidade vinculada às tradições culturais dos pomeranos e aos valores herdados dos antepassados, o denominado “ethos camponês”, responsável por uma forte coesão social entre os membros do grupo doméstico e pelas formas de sociabilidade mantidas com a comunidade local. A organização interna das unidades produtivas encontra-se fundamentada pela presença do trabalho familiar, bem como, pelo processo de sucessão hereditária, uma vez que a propriedade da terra é fator fundamental na reprodução social dos agricultores e na sua permanência no campo.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Pomeranos. Fumicultura. São Lourenço do Sul.

SCHWARTZ, Losane Hartwig. **Organização espacial e reprodução social da agricultura familiar: um estudo de caso na localidade de Harmonia I, São Lourenço do Sul**. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

ABSTRACT

This research analyses the case study of Harmonia I locality, São Lourenço do Sul city 4th district - RS, from the social, functional and productive agricultural internal subsystems perspective. This area is chiefly inhabited by Pomeranians immigrant descendants, which have long-established family-run crops. The objective of this thesis is twofold: (a) to better understand family-based farming spatial organization in relation to which productive strategies have been employed, and (b) diffusion in the past decades of tobacco farming techniques according to their social structure. Farmers own their land and production means, nevertheless are subject to economic pressures via vertical integration contracts with industries. Albeit tobacco crops represent the major source of income, small-scale polyculture is common. Further analysis indicate that family planning is linked to a cultural rationale, which is locally referenced as peasant ethos, involving inherited Pomeranian traditions and values ascribed to strong social cohesion amongst households plus other social conventions with regards to the wider community. The internal organization of productive units are nowadays based on nuclear families, a regime that is passed down through generations, as land ownership is pivotal to social reproduction of farmers and prerogative for rural permanence.

Keywords: Familiar agriculture, Pomeranians, Tobacco production, São Lourenço do Sul.

Lista de Figuras

Figura 1	Mapas localizando o Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul e Harmonia I.....	12
Figura 2	Mapa antigo da colônia de São Lourenço.....	55
Figura 3	Paisagem predominante na localidade de Harmonia I.....	68
Figura 4	Pastagem natural na localidade de Harmonia I.....	69
Figura 5	Uso do cavalo como tração animal.....	69
Figura 6	Cultivo de fumo e milho.....	75
Figura 7	Produção de mudas de fumo.....	81
Figura 8	Produção de fumo usando a técnica do “cultivo mínimo”.....	82
Figura 9	Varas de fumo prontas para ir para a estufa.....	83
Figura 10	Fardos de fumo prontos para a comercialização.....	84

Lista de Tabelas

Tabela 1	São Lourenço do Sul-RS, total de imóveis por classes de área (ha) – situação em 1998.....	57
Tabela 2	Evolução dos principais produtos em anos alternados no município de São Lourenço do Sul.....	58
Tabela 3	Distribuição dos membros das UPF's por sexo, idade e escolaridade na localidade de Harmonia I.....	63
Tabela 4	Formação da renda nas UPF's pesquisadas na localidade de Harmonia I.....	64
Tabela 5	Uso do solo nas UPF's pesquisadas, na localidade de Harmonia I.....	67
Tabela 6	Principais produtos cultivados nas UPF's pesquisadas na localidade de Harmonia I.....	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 O CONTEXTO EMPÍRICO: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DA LOCALIDADE DE HARMONIA I – SÃO LOURENÇO DO SUL.....	12
1.1 Problema de pesquisa e justificativa	14
1.2 Hipóteses de trabalho.....	15
1.3 Objetivos	15
1.3.1 Objetivo geral.....	15
1.3.2 Objetivos específicos.....	15
1.4 Metodologia	16
2 OS ENFOQUES CLÁSSICOS SOBRE O CAMPESINATO	19
2.1 Marx e o campesinato.....	19
2.2 Lênin e a desintegração do campesinato.....	22
2.3 Kautsky e a questão agrária.....	24
2.4 Chayanov e a organização da unidade de produção camponesa.....	27
3 A PERMANÊNCIA DA PRODUÇÃO FAMILIAR: OS NOVOS DEBATES.....	32
3.1 Camponês e/ou agricultor familiar: uma questão conceitual.....	33
3.2 A agricultura familiar no processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção.....	36
3.2.1 A sujeição da renda da terra ao capital.....	38
3.3 As questões extra-econômicas na compreensão da lógica camponesa.....	40
4 SÃO LOURENÇO DO SUL: IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	43
4.1 Imigração e colonização alemã.....	43
4.1.1 Motivos da emigração dos alemães.....	45
4.2 A colonização alemã no Rio Grande do Sul.....	47
4.2.1 O isolamento e as dificuldades nas colônias.....	50
4.2.2 A produção agrícola nas colônias.....	53

4.3 A colônia de São Lourenço.....	53
4.3.1 A produção agrícola: da policultura à integração aos Complexos Agroindustriais (CAI's) no município de São Lourenço do Sul.....	56
5 A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA LOCALIDADE DE HARMONIA I.....	62
5.1 O subsistema social.....	62
5.2 O subsistema funcional.....	67
5.3 O subsistema de produção.....	72
5.4 Agricultura familiar e fumicultura na localidade de Harmonia I.....	79
5.4.1 O processo de produção do fumo	80
5.4.2 A comercialização do fumo: relação entre produtor e indústria.....	86
5.4.3 Relações de produção na fumicultura: perspectivas em relação ao futuro da atividade.....	88
6 A LÓGICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NA LOCALIDADE DE HARMONIA I.....	93
6.1 A sucessão hereditária nas propriedades pesquisadas.....	98
6.2 A valorização da terra e da vida no campo: as perspectivas dos agricultores familiares.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICE.....	112
ANEXO.....	117

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas a agricultura brasileira sofreu muitas transformações, principalmente, devido ao processo de modernização, baseado em um pacote tecnológico que ficou conhecido como “Revolução Verde”, caracterizado pelo uso intensivo de força mecânica, máquinas e equipamentos agrícolas, adubação química, agrotóxicos, sementes melhoradas, irrigação, etc. No bojo desse processo, a agricultura familiar ocupou um lugar secundário, ainda que representasse a parcela mais expressiva das explorações agrícolas do agro brasileiro. Porém, a agricultura familiar permaneceu como um segmento importante, resistindo a políticas agrícolas desfavoráveis e se adaptando por meio de estratégias produtivas para garantir sua reprodução social. Muitos agricultores tiveram que se adaptar às exigências do mercado, por meio da produção parcialmente especializada de matérias-primas para as indústrias, desencadeando inúmeras mudanças não somente no sistema produtivo, mas nas relações de trabalho e na organização interna das unidades de produção. É o caso de produtos comerciais como o fumo, onde as unidades produtivas ocupam a condição de produtoras de matérias-primas para as agroindústrias e compradoras de insumos de origem urbano-industrial.

Essa realidade é significativa no município de São Lourenço do Sul – RS, especialmente na localidade de Harmonia I, onde o fumo, principalmente a partir da década de 1980, passou a ser o principal produto cultivado nas unidades de produção familiares (UPF's) e a principal fonte de renda dos agricultores. Essa produção não se desenvolve sob a forma especificamente capitalista (assalariamento), mas é submetida ao capital. Esses agricultores não estão separados dos meios de produção e são proprietários da terra, porém, estão submetidos ao capital por meio de contratos de integração vertical com as indústrias.

As unidades de produção familiares caracterizam-se por certos princípios gerais de funcionamento interno, pois se organizam sob as bases do trabalho familiar, onde quem movimenta o processo é o próprio dono dos meios de produção. Para Wanderley (1999), mesmo em condições modernas de produção, suas características de reprodução ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõe no estabelecimento familiar e que assim, destina-se a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro, sendo que agricultura familiar poderia ser incorporada à economia capitalista sem perder suas peculiaridades. Assim, a agricultura familiar será identificada neste trabalho a partir de sua lógica própria, adaptada ao cenário econômico, social, cultural e político no qual se encontra, sendo essencial na unidade de produção o caráter familiar da sua organização.

A introdução da cultura do fumo modificou o sistema produtivo, a organização do trabalho e a própria maneira de viver dos agricultores dessa localidade. As alterações causadas por este novo sistema produtivo vão além das mudanças técnicas no sistema e hábitos de cultivo. A fumicultura tem proporcionado aos agricultores, maior estabilidade financeira, melhoria na condição de vida e garantia de venda da produção. Porém, é preciso considerar também suas desvantagens, como a exploração e dependência dos agricultores em relação às indústrias, o sobretrabalho e os danos que o manejo com agrotóxicos podem causar, tanto à saúde dos agricultores como ao ambiente.

Sabe-se que na agricultura familiar há uma heterogeneidade, uma diversidade de situações, uma realidade multiforme que, conforme Lamarche (1993), é resultado da sua capacidade de adaptação aos diferentes ambientes históricos e conjunturais. Na localidade de Harmonia I, embora os agricultores tenham na produção de fumo sua principal fonte de renda, continuam se dedicando à policultura e à criação de animais, voltadas principalmente para o autoconsumo. Assim, sua forma particular de organização e sua racionalidade e capacidade de adaptação são considerados fundamentais para sua reprodução social.

Este trabalho apresenta-se como um estudo de caso, buscando compreender através de aspectos históricos, sócio-culturais e de produção, como a agricultura familiar tem se reproduzido nesta localidade. Essas características são importantes para entender a organização da agricultura familiar na localidade, pois esta compreende um sistema de relações que envolve o econômico, o social, o

cultural e as características dos agroecossistemas. São características que se inter-relacionam e ajudam a explicar sua dinâmica. O trabalho será composto por uma revisão teórica sobre a questão da produção familiar, sobre a imigração alemã e pomerana, a organização da agricultura na localidade de estudo e sua caracterização, nos aspectos citados, destacando-se a organização interna das UPF's e as tradições culturais presentes na lógica desses agricultores, importantes para a sua reprodução social.

1 O CONTEXTO EMPÍRICO: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DA LOCALIDADE DE HARMONIA I – SÃO LOURENÇO DO SUL

A localidade de Harmonia I está localizada no 4º distrito do município de São Lourenço do Sul (figura 1), e é formada, essencialmente, por descendentes de imigrantes pomeranos que conservam costumes e o uso do dialeto pomerano.

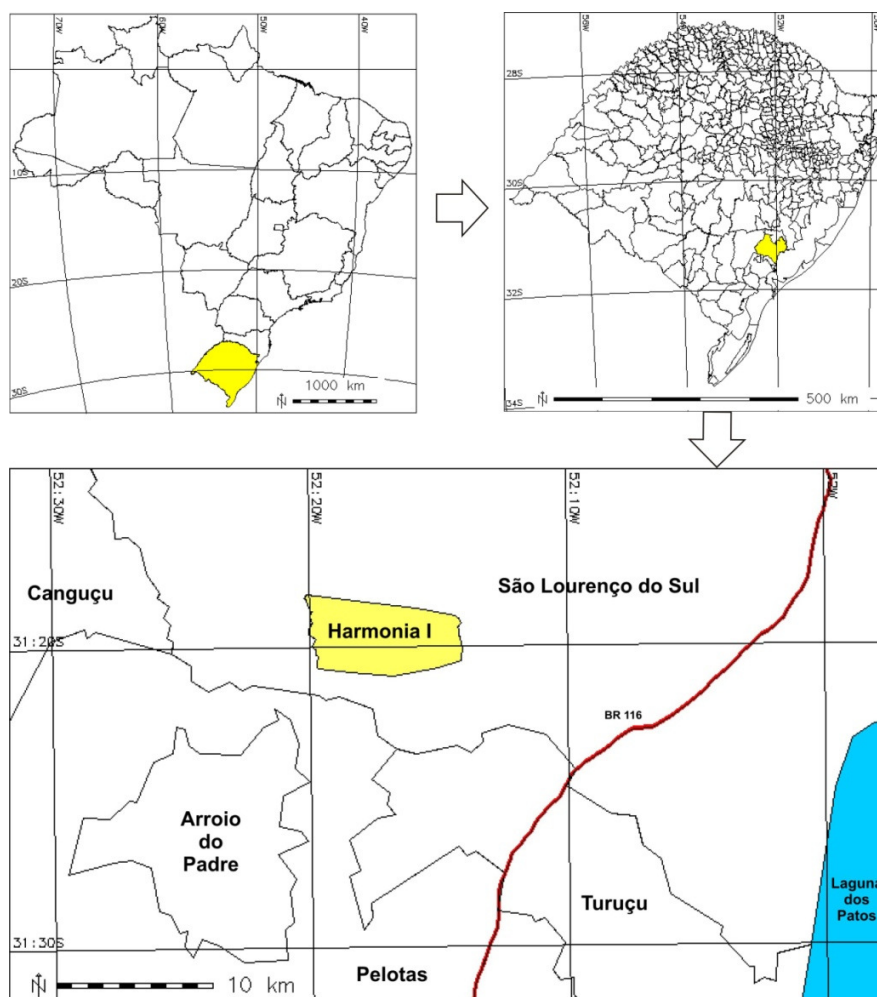


Figura 1 – Mapas localizando o Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul e Harmonia I. Fonte: Levantamento de campo e Malha Municipal Digital - IBGE, 2001.

A colônia de São Lourenço foi fundada em 1858, pelo empresário alemão Jacob Rheingantz. Foi dividida em picadas, e estas em lotes, que foram vendidos aos colonos que aí se estabeleceram, tendo aproximadamente 48 ha, cada lote.

Os produtos cultivados eram diversificados, suprimindo as necessidades da família, sendo o excedente trocado ou vendido. Assim, esses colonos tiveram papel importante no abastecimento do mercado local e regional, fornecendo gêneros alimentícios diversificados para as áreas urbanas e aquelas ocupadas por latifúndios de caráter pastoril os quais produziam carnes e charque para a exportação. Aproximadamente um século após a chegada dos primeiros colonos, a colônia experimentou modificações no seu sistema produtivo. Associou às culturas tradicionais de autoconsumo a produção de matérias-primas como o pêsego e morango, que tinham como mercado as indústrias conserveiras. No entanto, posteriormente, estes cultivos foram substituídos, gradativamente, devido, principalmente, à falta de mercado, levando os agricultores a buscar no cultivo de outros produtos, maior rentabilidade para sua atividade produtiva.

A fumicultura se expandiu, principalmente, a partir da década de 1980, mantendo-se até os dias atuais, sendo a principal fonte de renda dos agricultores da localidade e do município. Muitas transformações ocorreram na agricultura com a inserção da produção nos circuitos urbano-industriais: as demais atividades, como o plantio de batata, milho, bem como, a produção de leite e a suinocultura, se voltam cada vez mais para o autoconsumo; os agricultores passam a adotar tecnologias repassadas pela indústria fumageira, recebem financiamentos, compram insumos químicos e recebem assistência técnica, tornando-se dependentes dos fatores externos; o produtor familiar integrado a este sistema passa a adequar a produção às exigências da empresa, perdendo sua autonomia frente ao processo produtivo.

Modificou-se não só o sistema produtivo, mas a organização do trabalho e o “modo de vida” dos agricultores dessa localidade. Algumas das práticas, valores e tradições que esses agricultores herdaram de seus antepassados vão sendo substituídas por determinações externas ao grupo familiar. Porém, identifica-se a permanência de elementos que representam sua herança cultural na forma como organizam o trabalho, na sua sociabilidade, na transmissão do patrimônio fundiário e, principalmente, na manutenção do dialeto pomerano. Este último representa um forte elo de coesão social entre os descendentes desta etnia na área pesquisada.

1.1 Problema de pesquisa e justificativa

A escolha da localidade de Harmonia I deveu-se em parte ao fato de já se ter um conhecimento prévio (empírico) sobre o foco do estudo e ter contatos com pessoas da localidade. Acredita-se que esta foi uma vantagem para a realização desta pesquisa, permitindo uma maior participação do pesquisador e uma relação menos artificial e com maior nível de confiança mútua entre o entrevistado e o pesquisador, uma vez que os dados fornecidos são fundamentais para a pesquisa.

A localidade pesquisada é um importante núcleo de imigração pomerana do Rio Grande do Sul, formado por pequenas propriedades, onde o trabalho está baseado na mão-de-obra familiar. A agricultura nessa localidade tem passado por muitas transformações nas últimas décadas, principalmente, com a introdução da fumicultura, porém, esses agricultores continuam se dedicando à policultura, associada à criação de animais. Acredita-se ser de extrema importância compreender como esses agricultores têm se organizado e o quanto preservam valores e formas de trabalho adquiridos de seus antepassados, e quais as estratégias de adaptação e reprodução social foram estabelecidas ao longo do tempo. Isso inclui as relações de trabalho, a divisão do trabalho entre os membros do grupo doméstico, a tomada de decisões, as formas de organização interna da unidade de produção e como esses elementos têm contribuído na manutenção da agricultura familiar nesta localidade. Busca-se saber que mudanças ocorreram nessa organização ao longo dos últimos anos, quais cultivos foram abandonados e quais novos foram incorporados e por quais motivos. Considera-se fundamental nessa análise, o processo de sucessão hereditária, que é um fator importante, em longo prazo, na reprodução dessa forma de organização. São os valores culturais que, em grande parte, determinam as decisões do grupo familiar, pois o que está em jogo são a preservação do patrimônio fundiário e a manutenção do grupo familiar.

Estudar a realidade desses agricultores permitiu identificar elementos importantes na reprodução da agricultura familiar, principalmente em relação aos aspectos culturais e valores envolvidos nessa dinâmica. Ressalta-se que nenhum estudo anterior foi realizado na localidade e que um estudo de caso pode servir de base para um posterior aprofundamento dos aspectos analisados.

1.2 Hipóteses de trabalho

◆ A organização interna das unidades produtivas baseia-se na combinação dos elementos dos subsistemas social, funcional e de produção, sendo o caráter familiar do trabalho uma característica determinante;

◆ Na área de estudo a reprodução social da agricultura familiar se deve, entre outros fatores, às raízes agrárias dos agricultores e à valorização da terra, vista como patrimônio da família e fator que viabiliza o trabalho;

◆ Entre os agricultores familiares da localidade permanecem traços de um “ethos camponês”, fazendo com que o agricultor vise sempre, dentro do possível, a auto-suficiência da unidade de produção. Mesmo dedicando-se a uma agricultura comercial como o fumo, prevalece a policultura associada à criação de animais domésticos, principalmente, para o consumo da família.

◆ As estratégias produtivas e familiares dos agricultores, ou seja, sua reprodução social está diretamente ligada ao processo de herança da propriedade, tendo como objetivo evitar a excessiva fragmentação das propriedades.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar a organização espacial e a reprodução social da agricultura familiar na localidade de Harmonia I, a partir da organização interna das unidades produtivas, tendo como base os subsistemas social, funcional e de produção.

1.3.2 Objetivos específicos

- Analisar aspectos históricos e sócio-culturais presentes na formação e organização da localidade pesquisada;
- Compreender a organização interna e o funcionamento das unidades familiares a partir da identificação das lógicas produtivas dos agricultores familiares;

- Analisar as relações sociais de trabalho no interior das unidades produtivas, à luz da sua dinâmica demográfica interna;
- Identificar as relações de produção e comercialização, com ênfase na integração dos produtores ao complexo agroindustrial, por meio da fumicultura;
- Compreender os padrões culturais presentes no comportamento dos agricultores da localidade, principalmente no que se refere à sucessão hereditária do patrimônio fundiário;

1.4 Metodologia

Associada à abordagem teórico-conceitual, foi desenvolvida uma pesquisa de campo com agricultores familiares da localidade. Trata-se de um estudo de caso de uma comunidade, geograficamente delimitada, visando cobrir unicamente aquela situação, pesquisando a organização, o funcionamento e a lógica de produção das UPF's, enfim, a reprodução social da agricultura familiar nesta comunidade, levando em consideração as diferentes lógicas e escolhas dos produtores.

Um estudo de caso de uma comunidade, de acordo com Becker (1999) tem o duplo propósito de compreender o grupo em estudo (quem são, quais suas atividades, como se relacionam), ao mesmo tempo que tenta desenvolver declarações mais teóricas sobre regularidades do processo e estruturas sociais. Segundo Bruyne (1977), pode ser usado para examinar propriedades específicas, relações, variações ou fases de um fenômeno, ou mesmo, relações de causa e efeito, porém, não deve se limitar a uma descrição, por mais documentada que seja, mas estar apoiado em conceitos e hipóteses e guiado por um esquema teórico. Tem como vantagem considerar as inter-relações de fenômenos específicos observados e fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada. Tendo como objetivo a explicação e compreensão do foco de estudo, lembra Triviños (1987), este não pode ser concebido de forma isolada, sem raízes históricas, significados culturais e vinculações com a macrorrealidade social (estrutura socioeconômica e cultural no qual se está inserido). Por se tratar de uma análise profunda de um caso particular, recorre a técnicas de coleta diversas.

A investigação teve como base teórica para análise, os subsistemas internos da agricultura (DINIZ, 1984): o social, tendo como objetivo caracterizar os produtores, incluindo questões ligadas à propriedade, valorização da terra e relações de trabalho; o funcional que visa responder como se desenvolve a produção, quais são as técnicas agrícolas adotadas e como é utilizada a terra; e o de produção, que busca responder o que é produzido, quanto e para quem é produzido. Este conjunto de subsistemas permite o estabelecimento de relações entre os elementos da organização do espaço na localidade estudada.

As técnicas de coleta de dados usadas para essa pesquisa consistem em observação participante e entrevistas semi-estruturadas, com questões previamente determinadas (ver apêndice).

A observação participante dá acesso a uma ampla gama de dados, podendo incluir comunicações entre os moradores, conversas informais, comportamentos, atitudes, reuniões, documentos, estatísticas, etc. Nessa pesquisa também foi feita a observação do meio físico, combinada com registros fotográficos. As observações foram adequadamente registradas em diário de campo.

A entrevista semi-estruturada permite certa flexibilidade e o aprofundamento das questões, e de acordo com Triviños (1987) valoriza a presença do pesquisador e dá maior liberdade ao informante, enriquecendo a investigação. As questões resultaram da teoria que alimenta a pesquisa e do conhecimento empírico da realidade a ser pesquisada.

Sendo um enfoque qualitativo, não se teve pretensão de representatividade estatística. Assim, para a categoria de análise se estabeleceu como pré-requisitos: (a) ser agricultor familiar e morador na localidade; (b) estar integrado à indústria por meio da fomicultura e; (c) ser descendente de imigrantes pomeranos.

Para a escolha dos informantes utilizou-se um tipo de pesquisa em rede, não probabilística, denominada "snowball sampling", (GOODMAN, 1961), na qual o pesquisador, por meio de um ponto de inserção (pessoas com as quais já tinha algum contato prévio), realiza a primeira entrevista. Ao entrevistado é solicitado que indique um ou mais possíveis entrevistados para compor a amostra. No caso desta pesquisa, cada entrevistado indicou três famílias com as quais tinha algum tipo de relação. Entre estas, escolheu-se a que geograficamente estava mais distante de quem a indicou, para a realização de nova entrevista e de novas indicações.

Foram realizadas entrevistas em 15 UPF's. Na maioria, as questões foram respondidas pelo chefe de família, mas, em muitos casos, as questões foram respondidas por mais de uma pessoa (geralmente a família toda estava presente). Foi fundamental para a realização das entrevistas o conhecimento do dialeto pomerano, sendo que muitas vezes foi necessário traduzir e explicar as perguntas, principalmente para os mais idosos. Da mesma forma foi necessário traduzir várias respostas. Além das entrevistas, foram feitas observações e levantamento fotográfico em algumas propriedades. A maior dificuldade para a realização das entrevistas foi a pouca disponibilidade dos agricultores, sendo que, para encontrá-los em casa, muitas entrevistas tiveram que ser realizadas à noite ou então no horário do almoço. Muitos não têm telefone, por isso não era possível marcar hora para a realização da entrevista, fazendo com que fosse necessário retornar mais de uma vez à mesma propriedade, o que fez com que a pesquisa de campo fosse a etapa mais demorada do estudo.

Além da pesquisa de campo realizada na localidade, foi feita uma visita a uma das empresas fumageiras que atuam na localidade (Alliance One), onde foi acompanhado o processo de comercialização e o processamento do fumo. Na empresa entrevistou-se a pessoa responsável pelo setor de comercialização e também o engenheiro agrônomo responsável, pois se acredita que numa pesquisa científica não se deve tirar conclusões escutando apenas um lado, ou seja, os produtores. Também foi entrevistado um técnico ("orientador") que atende parte das UPF's pesquisadas. Essas entrevistas foram previamente agendadas. A pesquisa de campo foi realizada nos anos de 2006 e 2007.

2 OS ENFOQUES CLÁSSICOS SOBRE O CAMPESINATO

Os debates e análises teóricas sobre a economia camponesa no modo de produção capitalista indicaram diversos destinos para essa categoria, defendendo sua permanência ou profetizando seu desaparecimento. A reflexão sobre essa forma de produção remonta a autores clássicos como Marx, Lênin, Kautsky e Chayanov, que estão entre as principais referências teóricas e contribuíram com diferentes interpretações e teorias relativas ao destino dessa categoria, com o desenvolvimento do capitalismo. Para Marx e Lênin, o campesinato estaria fadado ao desaparecimento. O capitalismo penetraria na agricultura separando o produtor direto dos meios de produção, levando ao processo de proletarização. Kautsky também ressalta a tendência do campesinato à proletarização. Por outro lado, destacam-se os estudos de Chayanov, que mostra a produção camponesa, não como uma forma de produção em extinção, mas em processo de reprodução, centrada na relação entre o consumo familiar e o trabalho.

Nessas análises podemos encontrar os pressupostos básicos para explicar as particularidades do modo de produção capitalista e sua penetração no campo, bem como, a especificidade do processo de trabalho no interior das unidades produtivas e a racionalidade particular da produção familiar.

2.1 Marx e o campesinato

Marx (1986) afirmava que o capitalismo, ao penetrar no campo, provocaria o fenômeno de concentração da riqueza, tal como na indústria. As grandes propriedades absorveriam as pequenas, levando à proletarização das camadas mais pobres do campesinato e a produção especificamente capitalista se generalizaria. Enfim, os agricultores seriam forçados a vender sua força de trabalho, pois o

capitalismo penetraria na agricultura, separando o produtor dos seus meios de produção.

Para Marx, o desenvolvimento do capitalismo tem como base a separação entre o trabalho e as condições objetivas de produção. O trabalhador é reduzido a simples força de trabalho e a propriedade da terra transforma-se em meio de produção. A produção não tem mais como objetivo o uso, mas a troca e a acumulação. O campesinato seria um resquício de um modo de produção anterior ao capitalismo, e estaria fadado ao desaparecimento, já que para o desenvolvimento pleno do capitalismo era preciso a extinção desta forma de produção agrícola que, não produzindo lucro, não conseguiria se sustentar dentro deste sistema.

Uma questão fundamental nos seus estudos é a distinção que faz do movimento na circulação entre a produção camponesa e capitalista. Na camponesa ele é expresso na fórmula M-D-M, ou seja, se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e do dinheiro em mercadoria (vender para comprar), tendo como finalidade a satisfação das necessidades da família. Conforme Marx:

Se considerarmos agora o resultado de M-D-M, teremos apenas o metabolismo M-M. A mercadoria foi trocada por mercadoria, valor de uso por valor de uso, e a transformação da mercadoria em dinheiro, ou seja, a mercadoria sob a forma de dinheiro, serve apenas como mediação desse metabolismo. O dinheiro aparece assim como mero meio de troca das mercadorias, mas não como meio de troca em geral: aparece como meio de troca caracterizado pelo processo de circulação, isto é, como meio de circulação (MARX, 1974, p.193).

Assim, o dinheiro seria um meio, ao passo que as mercadorias úteis à vida seriam o objetivo, o fim. Nesse processo, poderia o camponês receber uma quantia de dinheiro acima da necessária para adquirir as mercadorias que necessita, como também poderia ocorrer o contrário. A lógica do movimento de circulação capitalista, ao contrário, visaria a acumulação, sendo definido, em sua forma simples, pela fórmula D-M-D, ou seja, seu objetivo é o valor de troca e não o valor de uso.

Marx (1974), em “Para a crítica da economia política” partiu da análise da forma mercadoria que é assumida pelos produtos e pela própria força de trabalho. Ele analisou na forma mais simples, na mercadoria, o caráter social da produção burguesa. A mercadoria é a forma elementar da riqueza capitalista, tendo a propriedade de satisfazer as necessidades humanas e tendo um valor de uso que se realiza no consumo.

A economia camponesa seria uma economia mercantil, baseada na circulação simples de mercadorias, ou seja, o processo de vender para comprar, tendo como finalidade a satisfação de necessidades - o consumo (a assimilação de valores de uso). Isso seria possível porque o camponês vende as mercadorias produzidas por ele mesmo, ou seja, ele controla a produção, combinando os meios de produção com seu próprio trabalho.

Marx fez uma análise do ponto de vista do sistema econômico, da relação do campesinato como classe com o sistema econômico. Os camponeses cederiam parte de seu trabalho excedente, ou mesmo do trabalho necessário a sua reprodução, à sociedade, por não incluir seu trabalho nos custos de produção, e por isso, o preço comercial do seu produto não cobriria o seu valor, não permitindo a acumulação de capital.

No capitalismo, a agricultura se transformaria cada vez mais em um segmento da indústria, sendo completamente dominada pelo capital. A relação com a natureza não seria mais predominante como em formas anteriores. Em sua teoria da evolução social e econômica, Marx afirma que à medida que o homem se afasta de sua relação primitiva com a natureza, vai rompendo-se a relação trabalho-propriedade. Há uma progressiva separação entre o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização, ou seja, separação entre o trabalhador e a terra como seu laboratório natural, separação que se completa, sob o capitalismo, quando o trabalhador é reduzido a simples força de trabalho e a propriedade se reduz ao controle dos meios de produção. Outra condição histórica do desenvolvimento capitalista seria a existência do trabalho livre e a troca deste por dinheiro, configurando o assalariamento.

Tanto em pequenas propriedades individuais como em comunas, os indivíduos se comportariam, não como trabalhadores, mas como proprietários e a finalidade do trabalho não seria a criação do valor, embora realizem trabalho excedente e troquem os produtos excedentes. Seu propósito seria a manutenção do proprietário individual e de sua família. Essa seria uma forma inicial da propriedade da terra que tem como base a família. Sua reprodução levaria a mudanças nos próprios produtores, com o desenvolvimento de novas qualidades na produção, novas forças, novas concepções, novas formas de relacionamento, e novas necessidades. Assim, essas relações de produção, onde predomina o valor de uso, seriam dissolvidas. Porém, não significaria a expropriação completa desses

trabalhadores, mas a alteração do seu modo de existência e do uso da propriedade. Esse processo não seria resultado do capital, mas seu pré-requisito. O campesinato seria então uma classe transitória, situada entre a burguesia e o proletariado, que com o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, desapareceria.

2.2 Lênin e a desintegração do campesinato

Lênin (1985) também contribuiu para esse debate, analisando o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, do ponto de vista do mercado interno. Seus estudos deram ênfase às relações de mercado, divisão do trabalho e diferenciação de classes, seguindo a tese de Marx. Tentando registrar o que se processava naquele momento na agricultura daquele país, ou seja, o avanço da proletarianização no campo e a formação do mercado interno, fundamentou sua teoria num conjunto expressivo de dados estatísticos sobre a realidade da agricultura na Rússia – os *zemstvos*¹, referentes à desintegração do campesinato. Lênin concluiu que a situação econômica e social do campesinato russo era a da economia mercantil, com a existência de contradições próprias do capitalismo.

Para Lênin (1985), contradições no interior do campesinato seriam responsáveis por sua desintegração, criando novos tipos de população rural, permitindo que o capitalismo, de forma lenta e variada, penetrasse na agricultura, por meio da criação de um mercado interno, cujo processo fundamental, seria a divisão social do trabalho, gerada pela separação do produtor direto dos meios de produção, que se convertem em capital na mão de novos proprietários. Haveria, então, o deslocamento de massas de trabalhadores da agricultura para a indústria de transformação. Sua visão se centra nas contradições de classe, resultantes do processo de diferenciação social dos camponeses (pobres, médios e ricos) diante da expansão capitalista, convertendo-se, posteriormente, em burguesia e proletariado (trabalhadores dependentes da venda de sua força de trabalho para sobreviver). Para Lênin, a capacidade de exploração dos camponeses mais ricos indicava uma polarização entre camponeses ricos e pobres ou capitalistas rurais e proletários rurais, ou seja, desenvolver-se-ia uma burguesia rural incluindo cultivadores

¹ Unidades administrativas locais, criadas pelo governo, que tinham por finalidade estabelecer os níveis de tributos a serem recolhidos. Lênin usou os censos elaborados por esses organismos, (estatísticas que registravam os dados dos estabelecimentos agrícolas). As informações disponíveis referiam-se à quantificação das unidades de produção, população, instrumentos de trabalho, áreas cultivadas, despesas, receitas, etc.

independentes, proprietários de estabelecimentos industriais e comerciais, etc. O proletário rural ou campesinato pobre somente sobreviveria vendendo sua força de trabalho.

O campesinato rico teria como características a associação à agricultura comercial, empresas industriais, enquanto o campesinato pobre era composto por aqueles que possuíam pouca terra, recursos monetários e tecnologia.

Assim, a desintegração do campesinato criaria um mercado interno para o capitalismo, que no grupo inferior ocorreria através dos artigos de consumo (ampliação da demanda). Os produtos agrícolas seriam convertidos em mercadorias, levando a um processo de especialização na agricultura e as unidades produtivas já não executariam todos os tipos de trabalho, desde a obtenção da matéria-prima até a preparação para o consumo. A indústria de transformação se separaria da extrativa (liderada pela agricultura), provocando o crescimento de ramos industriais distintos e fazendo com que uma parte cada vez maior da população deixasse o campo, enquanto crescia a população urbano-industrial. Para Lênin,

Com a economia mercantil, aparecem unidades econômicas heterogêneas: o número de ramos especiais da economia aumenta e diminui a quantidade de unidades que executam uma mesma função econômica. É esse progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho que constitui o elemento fundamental no processo de formação de um mercado interno para o capitalismo. (LENIN, 1985, p. 13).

A divisão social do trabalho consistiria na separação entre diferentes tipos de transformação de matérias-primas da agricultura, constituindo ramos independentes, sendo que a própria agricultura tornar-se-ia um tipo de indústria, produzindo mercadorias e se especializando. O mercado interno aparece com o desenvolvimento da economia mercantil e seu nível é determinado pelo grau de fragmentação da divisão social do trabalho.

Para Lênin, o camponês russo estaria completamente subordinado ao mercado (no seu consumo pessoal e na sua atividade). A separação entre produtores e meios de produção subentende a passagem desses meios para outras mãos (e sua conversão em capital). Os novos proprietários desses meios produziram, sob a forma de mercadorias, os produtos que antes eram consumidos pelo produtor, ampliando assim o mercado interno. Cada vez mais o camponês seria levado a vender sua força de trabalho e adquirir os produtos necessários a sua sobrevivência no mercado. Assim, “a expropriação e a expulsão de uma parte da

população rural não põe à disposição do capitalista industrial apenas os operários e seus meios de subsistência e trabalho, mas criam o mercado interno” (LENIN, 1985, p.16).

A necessidade de buscar fontes complementares de ingresso econômico teria levado os mais pobres a trabalharem em centros industriais, o que para Lênin aprofundaria a desintegração camponesa. Assim como Marx, Lênin via o assalariamento como forma de apropriação da mais-valia pelos capitalistas, não só na indústria, mas também na agricultura e descartava a idéia de que a pequena produção mercantil pudesse ser um modo de produção contendo leis próprias e uma lógica específica de funcionamento, pois esta seria a manifestação contraditória da condição de classe. Assim, a ruína dos camponeses seria conseqüência necessária do processo de emergência e evolução do capitalismo que promove a industrialização e que acelera e aprofunda os antagonismos que desintegrariam o campesinato, liberando massas humanas para a formação do proletariado.

2.3 Kautsky e a questão agrária

Na obra, “A questão agrária”, Kautsky (1998) fez uma análise detalhada sobre as tendências da evolução da agricultura sob a influência do capitalismo, discordando da tese da concentração de renda pelo avanço da grande propriedade capitalista e afirmando que o capitalismo na agricultura assume formas próprias e diversas. Ele acreditava que o processo de proletarização da mão-de-obra não se daria com a rapidez esperada. O processo de proletarização dar-se-ia com a criação de necessidades e conseqüente aumento da demanda por dinheiro entre os camponeses. No seu estudo mostrou que, à medida que cresciam as relações entre a cidade e o campo (ferrovias, jornais, etc.), a indústria urbana invadia o campo, criando necessidades socialmente determinadas, exigindo disponibilidade de dinheiro para supérfluos, mas também para o indispensável à sua reprodução biológica.

O surgimento da indústria e do comércio urbano teria determinado a dissolução da indústria doméstica, provocando uma maior dependência da agricultura em relação a fatores externos. Para a compra de bens industriais o camponês necessitava converter seus produtos em dinheiro. Quanto mais a produção agrícola se transformava em produção de mercadorias e quanto mais seu

produto servia ao mercado, menor era sua condição de conservar o primitivo nível de venda direta do produto ao consumidor e mais aparecia o intermediário. Assim, o modo de produção capitalista, ampliando de várias formas a demanda de dinheiro entre os camponeses, substituindo o trabalho familiar pelo assalariado, seria capaz de revolucionar as bases existenciais do agricultor sem o capital entrar diretamente na produção agrária.

Sob a produção para o mercado, surgiria a concorrência e esse camponês já não produziria o necessário para uso próprio (comprando inclusive alimentos), tornando-se cada vez mais dependente, abrindo o caminho para a agricultura capitalista. Sob a concorrência, ele seria levado a aumentar sua jornada de trabalho e utilizar toda a mão-de-obra disponível.

Com o capitalismo, os produtos do solo e até o próprio solo se convertem em mercadoria dotada de valor. Para o autor, o “sistema de cultura alternante” (diversificação de cultivos para atender a demanda do mercado) e também a divisão do trabalho dentro das próprias unidades agrícolas de produção representavam uma revolução nas condições de produção. No que se refere ao fator terra, existiriam rendas diferenciais, originadas da diferença de fertilidade ou na situação geográfica (localização) das propriedades. A terra tem preço e valor de mercado, mas regidos por leis diferentes das que regem o valor das demais mercadorias, pois não se trata de produto do trabalho humano.

O autor utilizou levantamentos relativos à realidade da agricultura nos principais países da Europa e nos Estados Unidos, para demonstrar que o avanço da grande propriedade agrícola era pouco expressivo. Afirmou que a agricultura (ao contrário da indústria) apresenta alguns obstáculos naturais ao desenvolvimento da grande empresa capitalista com base no trabalho assalariado, e que na agricultura, o estabelecimento maior não é necessariamente o melhor. O grande estabelecimento leva vantagens sobre o pequeno (crédito, transporte), mas também tem desvantagens (paga trabalhadores braçais e intelectuais). O principal obstáculo à criação da grande propriedade seria o fato de tal processo depender da disponibilidade de terras contínuas, portanto, apresentaria limites naturais intransponíveis. Por isso, o autor não concorda com a tese da concentração de renda pelo avanço da grande propriedade capitalista.

Kautsky enfatizou a utilização de máquinas agrícolas e seu papel transformador, substituindo a força de trabalho humana e estimulando o fluxo de

operários agrícolas para as cidades. O processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo seria comandado pela dinâmica do progresso tecnológico, especialmente devido aos efeitos da agroquímica, que acabaria por transformá-la em um ramo da indústria, não eliminando, necessariamente, as pequenas propriedades, mas transformando-as em uma forma de trabalho acessória. Para o autor, essa função estaria relacionada a pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, restringindo sua capacidade concorrencial, reduzindo sua renda e obrigando esses produtores a buscarem uma atividade complementar, ou então, a abandonarem definitivamente o campo.

Kautsky vê na tendência à proletarização, o futuro dos camponeses. Estudando as relações entre agricultura e indústria (a industrialização da agricultura), deu ênfase à crescente incorporação de novas tecnologias de produção, as pequenas explorações seriam incapazes de absorver, ou seja, o progresso técnico da agricultura seria incompatível com o caráter familiar das pequenas explorações. A superioridade técnica da grande unidade agrária dar-se-ia, principalmente, pela divisão do trabalho entre operários manuais e intelectuais. Além disso, o uso de máquinas e equipamentos exigiria uma superfície mínima de terra. Somente o grande estabelecimento seria capaz de aproveitar ao máximo as vantagens da especialização e do uso racional de maquinário. A sobrevivência da pequena exploração é explicada pelo fato de se converter em complemento da grande, possuindo um caráter marginal, fornecendo força de trabalho para as unidades maiores. Algumas formas, como o trabalho acessório, poderiam impedir ou pelo menos prolongar a manutenção dessas explorações. Segundo Kautsky:

[...] não devemos pensar que a pequena propriedade territorial esteja em vias de desaparecer na sociedade moderna, ou que possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade. A grande propriedade, por mais que rechace os camponeses livres, sempre manterá uma parte deles à sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários (KAUTSKY, 1980, p. 178).

Kautsky citou três tipos de ocupação acessória que a seu ver poderiam contribuir para a permanência das pequenas propriedades: o trabalho agrícola assalariado (temporário), exercido nas grandes propriedades em épocas de maior demanda por mão-de-obra; a ocupação dos camponeses em indústrias a domicílio, principalmente em regiões de pouca aptidão agrícola; e a fundação de indústrias no campo, que progredem em função do avanço das comunicações.

Para Kautsky, o modo de produção capitalista não a única forma de produção existente na sociedade, coexistindo remanescentes de outros modos de produção pré-capitalistas e com formas superiores de produção como as cooperativas, que seriam um importante meio para obter vantagens.

O modo de produção capitalista não é a única forma de produção existente na sociedade atual; ao lado destes podem ser encontrados ainda os remanescentes, até hoje conservados, de outros modos de produção pré-capitalistas; também já se manifestam igualmente os germes de um novo modo superior de produção em várias formas de economia estatal e comunal, assim como nas cooperativas (KAUTSKY, 1998, p.33).

2.4 Chayanov e a organização da unidade de produção camponesa

Outro ponto de vista é o de Chayanov (1974), que ao contrário dos marxistas agrários, não acreditava na extinção da produção camponesa, mas na sua reprodução. A unidade de produção familiar na agricultura seria regida por princípios gerais de funcionamento interno que a tornariam diferente da unidade de produção capitalista, não se organizando sobre a base de extração e apropriação do trabalho alheio (mais-valia), mas na relação entre o consumo e o trabalho familiar. Chayanov usou o termo “empresa familiar” para definir melhor essa forma de organização da produção, enquanto unidade que agrega produção e consumo, sob a responsabilidade do grupo doméstico, diferenciando-a da categoria marxista de unidade de produção familiar e capitalista. Embora as empresas familiares apresentem traços coerentes com a lógica do capital, distinguir-se-iam das empresas capitalistas propriamente ditas, pela sua dinâmica própria de funcionamento. A maior aspiração do camponês seria ter terra em quantidade suficiente para fazer pleno uso da força de trabalho da família. A posse da terra seria condição indispensável para distribuir, de forma equilibrada, a mão-de-obra disponível.

Para este autor, o caráter familiar da mão-de-obra é um dos principais fatores de organização da unidade produtiva camponesa. O processo de produção é controlado pelo próprio proprietário dos meios de produção. Diferentemente do trabalhador assalariado, o camponês seria um sujeito criando sua própria existência, tendo como principal objetivo atender a demanda da família. Seu trabalho não é remunerado, pois o grupo doméstico (família) constituiria uma unidade na qual cada

integrante contribui com sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência e a própria reprodução social da sua condição de camponês.

Conforme Mendras,

a unidade indissolúvel do grupo doméstico e de seus membros, que são ao mesmo tempo produtores e consumidores, e o fato de que a terra, do ponto de vista da economia do grupo, é um meio de vida e não um capital que deva ser rentabilizado fazem com que o sistema econômico camponês não possa ser analisado nos termos da economia industrial: não se pode isolar de forma significativa, nem salários, nem capital, nem remuneração do capital, nem lucro. As únicas noções operatórias são o patrimônio, o produto final bruto, o tributo e a produção não consumida que pode ser poupada (MENDRAS, 1978, p. 48).

No centro da formulação de Chayanov está “la hipótesis del balance subjetivo entre trabajo y consumo para analizar los procesos de continuidad en la unidad económica campesina y para establecer la naturaleza de la motivación de la actividad económica de la familia campesina” (CHAYANOV, 1974, p. 38). Na agricultura camponesa a família seria o elemento-chave para explicar o processo de tomada de decisão por parte dos indivíduos no que se refere à produção, alocação da força de trabalho, utilização de equipamentos, etc. De acordo com Chayanov, para determinar o volume de trabalho a ser realizado pela família, o camponês executaria um balanço (uma avaliação subjetiva) através do qual definiria o grau de auto-exploração (no que se refere ao volume da atividade agrícola e intensidade do trabalho) ao qual a família iria se submeter para satisfazer a relação consumo/trabalho, um balanço entre as suas necessidades e a força de trabalho disponível na unidade familiar, não tendendo a exceder a exploração da sua força de trabalho para além das necessidades que lhe impõem a sua produção e reprodução. A não satisfação das necessidades levaria ao aumento da produção e do esforço do trabalho, ou seja, o volume de trabalho da família seria definido pelo consumo. Assim, a composição familiar teria um papel fundamental nessa definição.

Da centralidade da família, como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade tanto quanto definidora das necessidades de consumo, decorre a importância que assume a evolução de sua composição, como elemento-chave do próprio processo de transformação interna da unidade família/estabelecimento, o que Chayanov denominou de “diferenciação demográfica” (WANDERLEY, 1999, p. 29).

Para Chayanov, o estudo do trabalho da família (cada qual com uma dinâmica própria) e dos elementos que a compõem (número de membros, sua idade e sexo) seria fundamental para compreender a produção camponesa. No processo

interno da produção, a quantidade de trabalho despendido por cada um dos membros de uma unidade camponesa seria inversamente proporcional ao número de consumidores dependentes a serem sustentados. Unidades de produção camponesas com muitos filhos pequenos e sem participação no processo produtivo, por exemplo, exigiriam uma quantidade de trabalho muito maior de seus membros adultos do que uma unidade de produção na qual trabalhavam a maior parte de seus membros. Assim, para esse autor a composição familiar possui um papel importante, pois determina a quantidade de trabalho.

O equilíbrio, segundo Chayanov, seria determinado pela satisfação da necessidade familiar e pela própria rigidez do trabalho. Assim, se um dos membros da família apresentasse incapacidade para o trabalho, a auto-exploração da mão-de-obra familiar seria ampliada, para a manutenção do nível de vida dos membros da família. A auto-exploração da força de trabalho somente seria aumentada na medida em que houvesse incremento da demanda. Havendo aumento da produtividade ou da produção, a tendência seria minimizar a auto-exploração ao nível do equilíbrio, reduzindo-se a intensidade da atividade econômica. Essa seria a oposição entre exploração econômica capitalista, com sustentação no trabalho assalariado, e a produção familiar baseada na obtenção de produtos destinados à troca, visando o nível satisfatório de vida das pessoas componentes da unidade familiar. Além do número de trabalhadores capazes que integram a família, outras características, singulares a cada unidade de produção familiar influenciariam diretamente na quantidade e grau de esforço do trabalho (auto-exploração) a ser despendido durante o ano: o tamanho da propriedade, a qualidade da terra e configuração da superfície, condições climáticas, sua localização em relação ao mercado, etc.

A produção de um excedente agrícola deveria, pois, ser empregada no suprimento de dois fundos: um primeiro incluía as sementes para a colheita futura, assim como animais, instrumentos (fundo de reprodução simples); um segundo, para a satisfação das obrigações sociais (fundo de reprodução social), que consistia no necessário para manter suas relações sociais (casamento, batizados e outros rituais), e também para o pagamento de tributos.

Para Chayanov, um percentual relevante de produtores/consumidores estaria dissociado da esfera capitalista, desconhecendo as categorias salário e trabalho assalariado. A sociedade capitalista, segundo o autor, é um sistema complexo, vinculado a categorias econômicas: preço, capital, salário, juros, renda,

que são interdependentes e indissociáveis. O camponês emprega sua força de trabalho e a de sua família, explora o meio de produção e obtém o produto do seu trabalho, que será trocado pelo necessário a sua sobrevivência e manutenção da propriedade no transcorrer do período que antecede a próxima colheita. Assim, seria impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro.

Chayanov sustenta a especificidade da economia camponesa, afirmando a insuficiência das categorias econômicas para a interpretação dos fenômenos. O argumento é que se trata de uma estrutura geradora de valor de uso, ao contrário de empresas capitalistas que perseguem o lucro. O que determinaria a quantidade do produto do trabalho familiar seriam o tamanho e a composição da família, sua capacidade de trabalhar, seu grau de esforço e de auto-exploração.

O autor recusou a teoria de diferenciação social de Lênin, que determina a decomposição camponesa, ressaltando que o camponês não tem por objetivo maximizar renda, mas satisfazer suas necessidades, tendo como traço distintivo a capacidade das famílias de imporem a si mesmas um ritmo de auto-exploração compatível com suas necessidades de consumo, o que permitiria compreender sua capacidade de resistência sob contextos econômicos diversos. Devido a essa lógica própria, a produção familiar teria resistido à transformação capitalista.

Pela variação no ciclo demográfico familiar (mão-de-obra excedente) e pela falta de terras para a realização do equilíbrio entre consumo e trabalho, Chayanov explicou a recorrência à atividades não-agrícolas por membros do grupo doméstico. Seria uma estratégia guiada, não pela racionalidade do lucro ou acumulação, mas orientadas pelas necessidades decorrentes desse ciclo, expressando, acima de tudo, a racionalidade que a família imprime para manter o equilíbrio entre consumo e trabalho e garantir sua reprodução.

Entre as limitações desta teoria são citadas seu caráter a-histórico, o fato de se tratar de um modelo estático e assentado sobre a realidade russa e o fato de não considerar suas relações com o mercado. Diferente de Marx, Chayanov partiu do ponto de vista micro, interessando-se pelos mecanismos a partir dos quais o camponês toma decisões no sistema de produção. Diferente da tradição marxista e sua teoria da diferenciação social do campesinato, Chayanov defende a diferenciação demográfica do campesinato. Em sua análise das classes sociais no campo, Lênin classificou os camponeses em ricos, médios e pobres, utilizando como critério principal, a compra ou venda da força de trabalho. No enfoque de Chayanov,

o fundamental é o tamanho da família (que depende de seu ciclo de desenvolvimento). A exploração de sua força de trabalho não tenderia a ultrapassar um limite fixado por certas necessidades, enquanto que para os marxistas, novas necessidades seriam criadas continuamente através das relações de mercado.

3 A PERMANÊNCIA DA PRODUÇÃO FAMILIAR: OS NOVOS DEBATES

Entre os enfoques modernos sobre o campesinato as interpretações consistem, principalmente, na constatação da não destruição das formas não capitalistas de produção. A produção familiar agrícola, embora muitos tenham profetizado seu desaparecimento, manteve-se e reproduziu-se ao longo das gerações, adaptando-se a diferentes conjunturas sociais, econômicas e políticas. Em cada sistema político-econômico as unidades de produção familiares ocuparam e ocupam um lugar específico, adotando diferentes alternativas para sua reprodução. Na atualidade, estão cada vez mais ligadas ao mercado capitalista, até mesmo coexistindo com as agroindústrias. Assim, muitos estudos passaram a explicar sua permanência como produto do próprio desenvolvimento da economia agrícola moderna, resultado do próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo. Reprodução que também é explicada pela especificidade do trabalho agrícola e pela racionalidade particular dos agricultores familiares.

A reflexão sobre a produção familiar foi retomada por autores como Abramovay (1992), Wanderley (1999), Lamarche (1993), Martins (1979, 1983), Tavares dos Santos (1978), Oliveira (1990, 1991, 2002, 2004), entre outros. Entre as discussões destacam-se as transformações ocorridas na agricultura no Brasil e a permanência desse segmento no espaço agrário brasileiro. Procura-se explicar o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura, e traços típicos como a presença de grandes complexos industriais integrando a produção agrícola que vêm redefinindo “toda a estrutura socioeconômica e política no campo” (OLIVEIRA, 1990, p.5), alterando as relações de produção. Através de distintas formas de subordinação, o agricultor familiar teria se convertido num trabalhador para o capital.

Assim, a permanência das unidades de produção familiares (UPF's) é explicada tanto pela sua capacidade de adaptação aos progressos tecnológicos da agricultura, como também pela pluriatividade² e a importância desta, como estratégia de reprodução das famílias.

Enfim, não se trata de uma categoria homogênea, mas que apresenta diversas formas, em diferentes contextos. Cada vez mais evidências empíricas vêm a contribuir nesse debate. O certo é que o próprio processo de desenvolvimento capitalista mostrou que para o capital se reproduzir não é necessário que o agricultor esteja separado dos meios de produção. Assim, procurou-se analisar as diversas formas em que o capital se reproduz e como a agricultura familiar está inserida nesse processo.

3.1 Camponês e/ou agricultor familiar: uma questão conceitual

Outro aspecto dos estudos consiste na diferenciação dos termos, camponês, pequeno produtor e agricultor familiar. O conceito de camponês foi por muitos, considerado vago e indefinido. Com a venda de suas mercadorias, o produtor familiar foi também chamado de pequeno produtor, uma vez que a agricultura camponesa se reproduzia com uma pequena produção para o mercado e a produção mercantil simples precederia a ampliada. De acordo com Moura (1986, p.69), o conceito de camponês “tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias” e sugere características da sua organização social, como o trabalho familiar, costumes, tradição religiosa, comportamento político, abarcando a cultura e o “modo de vida”. Devido aos efeitos da modernização sobre a agricultura brasileira, as pesquisas se direcionaram para as relações entre a agricultura familiar e o capital. O termo agricultor familiar ganhou força teórica e política, principalmente na década de 90, ao lado da expressão agricultura patronal³.

² Combinação de atividades agrícolas e não agrícolas (realizadas fora da propriedade, inclusive a tempo parcial). Para Schneider (2001), a pluriatividade mostra-se como estratégia de reprodução social das famílias rurais, viabilizada por um conjunto de fatores internos, como o ciclo demográfico, e externos, como as pressões do mercado de trabalho ou os efeitos da dinâmica econômica.

³ Por modelo patronal na agricultura entende-se aquele que tem como características: a completa separação entre gestão e trabalho; ênfase na especialização e em práticas agrícolas padronizáveis; predominância do trabalho assalariado; e organização centralizada, com o uso de tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de “momento” (FAO/INCRA, 1994).

Wanderley (1999) afirma ser difícil diferenciar produção camponesa e agricultura familiar. A autora tem como hipótese que a agricultura familiar, na qual a família trabalha e é proprietária dos meios de produção, é uma categoria genérica, que combina uma diversidade de formas sociais. Na agricultura familiar estaria se enfocando a relação com o capital. Já o campesinato seria uma forma particular da agricultura familiar, um modo específico de produzir e de viver em sociedade, tendo particularidades que a especificam na atividade econômica, na sociabilidade e na sua inserção na sociedade global. A autora considera que o campesinato tradicional “tem particularidades que o especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 1999, p. 23). Haveria uma relativa autonomia expressada pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar ao nível de subsistência imediata e da reprodução da família pelas gerações seguintes, resultando daí a especificidade do seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar, tendo como referência um horizonte das gerações, um projeto para o futuro, uma expectativa de transferir o investimento à geração seguinte. Isso diferenciaria de outras categorias como “agricultura de subsistência”.

Lamarche (1993) já alertava para a distinção entre produção camponesa e familiar, afirmando que toda produção camponesa é familiar, mas nem toda produção familiar é camponesa ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. O autor defende que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar.

Assim, os autores que usam o conceito de camponês, podem também usar o de agricultor familiar, levando em consideração a organização do trabalho.

A exploração familiar, para Lamarche (1993), corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. O autor ressalta que não se pode confundir exploração familiar com exploração camponesa. A exploração camponesa define um modelo de funcionamento particular de exploração agrícola, tendo como características a relação produção-consumo e a finalidade de produzir valores de uso. Porém nem todas as explorações familiares são camponesas, ou seja, não estão compreendidas num único modelo.

O campesinato, conforme Wanderley (1999), mesmo que tenha perdido a significação que tinha em sociedades tradicionais continua a se reproduzir, integrado ao mundo moderno, em meio a outras formas de agricultura familiar não-camponesas. A agricultura que se reproduz nas sociedades modernas teria que se adaptar a um contexto socioeconômico próprio dessas sociedades, as quais obrigam a realizar importantes modificações na sua forma de produzir e também na sua vida social. Entretanto, essas transformações não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, sendo que o agricultor continua portador de uma tradição camponesa, o que permite sua adaptação as novas exigências da sociedade.

O agricultor moderno não seria o resultado de uma ruptura com seu passado, não sendo ele um personagem novo, completamente distinto do camponês. Embora a agricultura assumindo uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionalizando e o mundo rural se integrando à sociedade nacional, na visão da autora, esses novos personagens, ou grande parte deles, são também o resultado de uma continuidade, enfrentando novos desafios com as “velhas armas” que aprenderam a usar. Suas estratégias de reprodução ainda se baseiam na valorização dos recursos que dispõem no estabelecimento familiar para assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro.

Para Wanderley (1999) o campesinato brasileiro tem características particulares, resultado do enfrentamento de situações próprias da história do país, e que servem de fundamento a um patrimônio sócio-cultural, que alimenta a estratégia desses agricultores.

Lamarche (1993) acredita numa dependência dos agricultores familiares para com o mercado e os dividiu em três categorias a partir desta dependência: os agricultores que produzem essencialmente para o mercado, os que produzem tanto para a venda quanto para o autoconsumo e os que destinam o essencial de sua produção para o consumo familiar. Mesmo produzindo para o autoconsumo haverá momentos de relações com o mercado, sejam estas relações através de venda ou de troca. Sendo assim, algumas necessidades da família só podem ser supridas externamente, residindo aí sua relação com o mercado.

Para Wanderley (1999), a preocupação com a integração ao mercado e a garantia do consumo indicam um agricultor familiar com estratégias econômicas articuladas na atividade mercantil, onde os agricultores familiares possuem produtos comercializáveis que são o carro-chefe do sistema e também para o autoconsumo,

pois o objetivo principal seria assegurar o consumo alimentar e as necessidades sociais da família. A produção destinada à venda não representa necessariamente um excedente produzido além do necessário e sim uma complementação dos meios de vida.

[...] o mercado passa a constituir uma mediação indispensável à obtenção de seus meios de vida, da terra e dos instrumentos técnicos da produção e da transferência, para fora da unidade familiar, do sobretrabalho nela produzido [...] (WANDERLEY, p. 66, 1985).

Assim, a categoria “agricultura familiar” é usada neste trabalho, de forma geral, para designar unidades produtivas nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho estão estritamente ligados ao grupo familiar. Não é usada, portanto, em oposição à categoria “campeinato”, mas como sinônimo, uma vez o presente estudo teve foco não somente em questões econômicas (produção e integração dos agricultores à indústria), mas também, sócio-culturais, presentes nas formas de sociabilidade, de transmissão do patrimônio fundiário e na própria organização interna da unidade de produção, abarcando, assim, o “modo de vida”⁴ dos agricultores.

3.2 A produção familiar no processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Nessa vertente de interpretação defende-se que relações não-capitalistas de produção seriam geradas pelo próprio desenvolvimento do capital sendo, inclusive, necessárias à sua reprodução.

Para Martins (1979), essas relações de produção não-capitalistas, engendradas pelo capital, são um recurso para sua própria expansão. O autor explica que o capitalismo engendra relações de produção não capitalistas para se expandir e garantir a produção não capitalista do capital em setores da economia vinculados ao modo capitalista de produção, através das relações comerciais. Há interesse em garantir essa produção não capitalista. Assim, a produção familiar camponesa, baseada em relações não-capitalistas, articular-se-ia de forma subordinada ao modo de produção dominante.

⁴ O modo de vida é aqui entendido como “um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra” (MARQUES, 2004).

Nesse caso, os camponeses são proprietários privados da terra, desenvolvem um sistema produtivo baseado nas formas artesanais de trabalho combinados ao uso de insumos químicos e orientam sua produção para o mercado. A especificidade desse tipo de produção integrada reside nas relações contratuais que esses camponeses estabelecem com os empresários agroindustriais, em termos de contratos formais ou informais. Tais camponeses integrados encontram-se submetidos aos rígidos regulamentos das agroindústrias, como por exemplo: a delimitação da área de produção, tipos de tratamentos culturais, condições de fornecimento dos insumos, condições de aquisição dos produtos agrícolas e normas de pagamento, estabelecidos pelas empresas agroindustriais.

Para Oliveira (2004) o desenvolvimento está novamente unificando a agricultura e a indústria, uma vez que o capitalista se tornou também proprietário de terras, ou seja, o capital se territorializa. Porém, no caso dos camponeses há uma sujeição ao capital, a monopolização do território pelo capital, onde este também viabiliza o consumo de bens industrializados no campo e cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias. Assim, o próprio capitalismo no campo abre espaço para a expansão do trabalho familiar camponês nas suas múltiplas formas (proprietário, parceiro, posseiro).

Para compreender os processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil, Oliveira (2002) analisa a agricultura brasileira do início dos anos 90. O desenvolvimento é por ele entendido como um processo contraditório e combinado, pois avança produzindo relações especificamente capitalistas e, ao mesmo tempo, relações camponesas (necessárias à lógica do desenvolvimento capitalista). Isso tudo numa economia capitalista internacionalizada que se reproduz em diferentes territórios e cria interdependências entre nações, estados, empresas.

A lógica do desenvolvimento capitalista de produção seria gerada pelo processo de produção, circulação e valorização do capital e reprodução da força de trabalho. Essa lógica constrói territórios diferenciados, uma vez que esse processo é diferenciado e articulado à propriedade fundiária. Esse processo gera no campo a industrialização da agricultura, pela territorialização do capital, mas também, contraditoriamente, a expansão da agricultura camponesa, subordinada ao capital, e muitas vezes produzindo exclusivamente para a indústria.

No primeiro caso, o capital se territorializa, sendo agricultura e indústria partes do mesmo processo, como no caso das destilarias de açúcar e álcool. O

capitalista da indústria, da agricultura e o proprietário da terra são a mesma pessoa. Esse processo expulsa trabalhadores do campo para as cidades ou os torna assalariados no campo.

No segundo caso, o capital não se territorializa, mas monopoliza o território. Cita como exemplo os produtores de fumo no sul do Brasil, que produzem para multinacionais, onde o capitalista industrial é uma pessoa, e o proprietário da terra e o capitalista da agricultura são outra.

O autor ressalta, ainda, a importância da agricultura familiar na produção de alimentos básicos da população (variedade) enquanto setores capitalistas no campo optam por alguns mais específicos.

3.2.1 A sujeição da renda da terra ao capital

José Vicente Tavares dos Santos (1978), baseado no estudo realizado sobre os produtores de vinho e indústrias vinícolas no Rio Grande do Sul, mostra que há uma transferência de sobretrabalho para o conjunto do sistema produtivo e uma contribuição à acumulação capitalista. Para ele, o camponês é a personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor é proprietário dos meios de produção e trabalha com estes, sendo produtor direto de mercadorias, podendo vender seus produtos para adquirir outros que satisfaçam suas necessidades de consumo.⁵ O autor procurou mostrar que a produção dos meios de vida pode estar combinada com outras atividades econômicas como a produção para o mercado, para assegurar a reprodução da força de trabalho familiar.

Baseando-se em Marx e nas fases históricas pelas quais ocorreria o desenvolvimento da produção capitalista – a subordinação formal e subordinação real do trabalho ao capital, - a primeira correspondendo à mais-valia absoluta e a segunda à mais-valia relativa, o autor afirma que o modo de produção especificamente capitalista corresponde à fase de submissão real do trabalho ao capital, onde o processo de trabalho foi transformado pela produção capitalista, gerando mais-valia relativa. Na subordinação formal, o produtor direto manteria sua autonomia (o capital ainda não domina toda forma de produção) estando sujeito a fornecer sobretrabalho a outros. Assim, o trabalho agrícola seria transformado em

⁵ De acordo com Marx, a circulação simples da mercadoria (vender para comprar) serve de meio a um fim situado fora da circulação, ou seja, o valor de uso, a satisfação das necessidades. Assim, o ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria seria a lógica do processo de trabalho camponês.

ramo da produção capitalista. A especificidade dessa subordinação residiria no método empregado para extorquir sobretrabalho do produtor, feita através de relações econômicas. Essa forma poderia coexistir no interior do modo de produção especificamente capitalista.

O autor conclui que no processo de trabalho camponês ocorre a simples repetição do processo de produção, ou seja, a cada ciclo produtivo o camponês repõe os meios de produção e a força de trabalho, necessários para a repetição da produção, mostrando o processo contraditório do capitalismo na medida em que reproduz esse personagem não especificamente capitalista.

Tavares dos Santos demonstra que, no caso estudado, o processo de trabalho camponês está subordinado formalmente ao modo de produção capitalista, subordinação esta realizada pela subordinação do trabalho ao capital. O camponês continua sendo proprietário da terra e dos meios de produção e o trabalho continua sendo familiar, porém o modo de produção capitalista converte a terra em mercadoria, adquirida pela compra. Além disso, o capital exerce um controle parcial sobre o processo de trabalho, através de contrato entre trabalhadores e indústrias vinícolas.

O autor lembra que no Brasil e especificamente no Rio Grande do Sul, o processo de trabalho camponês se constituiu historicamente através do processo de colonização. Não seria um processo capitalista, porém reproduzido pelo modo de produção capitalista. Entre suas especificidades são destacadas o trabalho familiar aliado a uma jornada de trabalho extensa, resultando em sobretrabalho apropriado pelo capital.

Martins (1983) não concorda que o capital esteja instituindo uma sujeição formal do trabalho camponês ao capital, noção originalmente relacionada à expropriação dos trabalhadores que se viam obrigados a vender sua força de trabalho ao capitalista. Pensando no caso do Brasil, afirma o autor

Nós não estamos de fato diante da separação do trabalhador dos seus meios de produção. O produtor familiar, como é o caso dos pequenos agricultores do Sul do país continua proprietário da terra e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho (MARTINS, 1983, p.174).

Sendo assim, não se poderia falar em sujeição do trabalho ao capital. Porém, o capital tende a dominar cada vez mais a produção na agricultura, embora

essa expansão não se dê em todos os setores da produção agrícola. De acordo com Martins

na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo que cresce sua dependência em relação ao capital, o que se tem não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1983, p. 175)

Esse processo se daria quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa. Isso se daria tanto em relação à propriedade familiar como em relação à grande propriedade. Onde o capital não se torna proprietário, ou seja, onde não pode extrair juntos o lucro e a renda, ele assegura a extração da renda, ele opera no sentido de estabelecer uma dependência do produtor, em relação a intermediários, créditos, incrementando o lucro de grandes empresas.

3.3 As questões extra-econômicas na compreensão da lógica camponesa

O fato dos agricultores estarem vinculados ao capital na condição de produtores de mercadorias não os torna uma massa indiferenciada, submetida às leis do capital. Essa subordinação pode se realizar de diversas formas, cada qual com uma explicação própria.

Lamarche (1993), baseado em estudo feito em diversos países, tendo por objeto a exploração familiar, confrontou-se com diversas situações diferentes que refletem as suas diferentes faces, a heterogeneidade da sua organização.

Para o autor, todo explorador parte de um “modelo original” e se orienta em direção a um modelo de referência, um “modelo ideal”. Essa finalidade pode ser a reprodução ou sobrevivência familiar ou um empreendimento agrícola. Para ele, as diferentes situações de exploração familiar se organizam em torno de sua integração na economia de mercado. O funcionamento da exploração familiar estaria organizado em função de duas forças: o peso do passado e da tradição e a ambição por um futuro materializado. Quanto mais próximo aos modelos extremos, mais dificuldade terá de assegurar sua reprodução.

Nessa definição de exploração familiar, deveriam ser levadas em conta, ainda, as noções de “bloqueio” e “ruptura”. A primeira corresponde a uma situação

onde não é possível colocar em prática estratégias, tendo em vista atingir o “modelo ideal”. A noção de ruptura indicaria a falta de viabilidade de um “modelo ideal”.

O autor mostra que os agricultores familiares diferenciam-se segundo critérios extremamente variados: a área da unidade de produção, a disponibilidade de recursos exteriores, o nível de mecanização ou endividamento, etc. Em alguns lugares a indústria seria a base do desenvolvimento da agricultura e sua integração na economia de mercado, enquanto em outros lugares permaneceria arcaica, fundada sobre uma economia de autoconsumo. Dependendo do contexto histórico, sócio-econômico e político, os agricultores familiares revelariam uma enorme capacidade de adaptação.

No que se refere à reprodução camponesa, Almeida (1996) divide os estudos em focos analíticos: as questões econômicas, que tem a família como suporte da unidade de produção, enfatizando sua reprodução no ciclo anual (lógica econômica da família no que se refere ao consumo e ao trabalho), baseado na idéias da reprodução da família para si, articulada com sua inserção na sociedade capitalista, ou seja, a adoção de estratégias micro como respostas à pressões macroeconômicas e políticas (preços, leis). Assim as duas perspectivas, econômica e de parentesco estariam unidas e articuladas ao mercado externo; e as questões extra-econômicas e relacionadas ao ciclo geracional, baseadas na lógica do parentesco (nascimento, casamento, herança...). Nessa perspectiva destacam-se a cooperação e a endogamia, regras na transmissão da propriedade entre os descendentes, etc.

Seyferth (1990) estudando produtores familiares de ascendência alemã, em Santa Catarina, constatou que a “racionalidade camponesa” estaria vinculada às tradições culturais dos produtores. A origem étnica e os valores herdados dos antepassados forneceriam um conjunto de regras que condicionaram a organização interna da unidade produtiva.

Almeida (1996) lembra que, para os antropólogos, a racionalidade está cristalizada em fórmulas coletivas ou padrões culturais. Assim, mudanças em curto prazo não seriam respondidas automaticamente com uma mudança no plano doméstico, já que a economia familiar adota uma repartição de atividades guiada pela tradição. Os modelos cognitivos teriam um papel ideológico através da classificação do mundo do trabalho, que se naturaliza tornando-se instrumento de poder familiar (cria direitos sobre a terra, divisão do trabalho, etc.).

Wolf (1970) ressalta que, além de um fundo de manutenção (alimentos, sementes, instrumentos de produção, etc.), o camponês destina seus excedentes a um fundo cerimonial, uma vez que todas as relações são cercadas por cerimoniais. O casamento seria um exemplo, pois depende da aceitação da esposa e de seus familiares e de certas “regras de conduta”.

Woortmann (1995) afirma que, no Brasil, a ênfase das análises sobre o campesinato recaiu sobre o grupo doméstico como unidade de produção e de consumo, iluminando apenas certas dimensões da reprodução social da condição camponesa. Em seus estudos, privilegia as relações que interligam famílias, não se ocupando destas enquanto produtoras ou consumidoras, mas no que diz respeito aos seus valores, buscando compreender sua reprodução através das relações de parentesco, abordando questões como casamento e herança. Para a autora, o casamento não pode ser visto apenas como maneira de assegurar a reprodução social, sendo que em muitos casos, seu objetivo maior seria a preservação do patrimônio fundiário.

Nesse sentido, as regras de sucessão também se tornaram um tema privilegiado para compreender a família camponesa, pois a terra é o principal fundamento sobre o qual apóia sua reprodução social. Para Moura (1986), trata-se do entrelaçamento tenso de dois códigos: o civil e o local, sendo a evidência de uma lógica própria.

Silvestro et al. (2001), mostram que, em muitos casos, as famílias de agricultores encontram-se sem sucessores, uma vez que os filhos procuram alternativas de sobrevivência, deixando a unidade. Noutros casos (quando há mais de um filho que queira assumir a propriedade) é preciso decidir qual deles será o herdeiro, para que não haja uma fragmentação da propriedade. A prática costumeira de escolher um herdeiro do sexo masculino vem ainda a contribuir com mudanças demográficas no meio rural, como a masculinização da população, sendo as mulheres as que mais deixam as unidades produtivas em busca de novas oportunidades.

Assim, para analisar como a agricultura familiar vem se reproduzindo na localidade de Harmonia I, foram considerados não somente os aspectos econômicos, pois se trata de um grupo social com características históricas e culturais específicas.

4 SÃO LOURENÇO DO SUL: IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo é feita uma revisão teórica sobre o processo de colonização alemã no Rio Grande do Sul, em especial, a fundação da colônia de São Lourenço, formada, principalmente, por imigrantes pomeranos, que aí se estabeleceram em pequenas propriedades onde desenvolveram uma agricultura de base familiar. São abordadas as especificidades históricas, geográficas e sócio-culturais desta colônia e sua produção agrícola até os dias atuais, quando o município de São Lourenço do Sul tem entre seus principais produtos cultivados, o fumo, cultivo comercial que representa o elo de integração dos produtores aos Complexos Agroindustriais.

4.1 Imigração e colonização alemã

De acordo com Lando e Barros (1992), a corrente imigratória de europeus para o Brasil iniciou-se no século XIX, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e a conseqüente abertura dos portos (1808). Para os autores, iniciativas anteriores tiveram objetivos políticos de ocupar regiões de valor estratégico, principalmente zonas fronteiriças. Trouxeram, principalmente, imigrantes açorianos, não se constituindo, todavia, em fluxos contínuos. A Inglaterra que na época se encontrava à frente do capitalismo industrial tinha interesses voltados para a conquista de um mercado consumidor e visava o monopólio de comércio com o Brasil. Firmando uma série de tratados com Portugal, em troca de auxílios prestados, Portugal acatou a abertura dos portos exigida pela Inglaterra. No entanto, a escravidão no Brasil era um empecilho para o aumento do mercado. A Inglaterra, então pressionou Portugal para abolir a mão-de-obra escrava, conseguindo a extinção do tráfico negro em 1850.

Para Lando e Barros (1992, p.11), a imigração europeia para o Brasil está intimamente ligada ao problema da escravidão, ou seja, da transformação do regime de trabalho na sociedade brasileira, sendo “a decadência do primeiro a condição para a expansão do segundo”. De um lado, o regime de escravidão estava em decadência e a política de colonização adotada pelo Império brasileiro visava basicamente atender aos interesses dos grandes latifundiários que necessitavam de trabalhadores, em substituição à mão-de-obra escrava, especialmente em São Paulo, nas grandes propriedades cultivadoras de café, constituindo-se no colonato paulista. Outra corrente, com objetivo distinto, seria a “corrente colonizadora”, típica ao sul, com o objetivo de implementar núcleos de povoamento, onde os lotes coloniais são instalados em áreas distintas da grande propriedade. Pretendia-se povoar áreas devolutas, de florestas, abrindo vias de comunicação, além da proteção das fronteiras e visando ainda suprir as necessidades de alimentos para o mercado interno.

Assim, cria-se a necessidade de importar mão-de-obra livre, abrindo espaço para a entrada de imigrantes estrangeiros oriundos de diversos países como Itália, Alemanha, Suíça, Portugal, etc. Os núcleos de colonização se estabeleceram, principalmente, no Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo.

A imigração alemã no Brasil, conforme Seyferth (1994) esteve estreitamente vinculada ao processo de colonização baseado na pequena propriedade, implementado desde 1818, por iniciativa do Estado brasileiro. A autora destaca que entre 1824 e 1830 (portanto bem antes da extinção do tráfico negreiro) entraram milhares de alemães destinados às áreas coloniais abertas no sul pelo governo imperial e aos batalhões de estrangeiros agregados ao exército brasileiro (mostrando objetivos geopolíticos e militares). A imigração foi interrompida em 1830, com a promulgação de uma lei proibindo despesas com a colonização estrangeira, sendo retomada quase quinze anos depois, com a fundação de colônias alemãs no sul, no Rio de Janeiro (Petrópolis) e no Espírito Santo.

O governo, interessado em promover o povoamento e a colonização, sobretudo na região sul, subsidiou os colonos e pagou a agenciadores para trazê-los ao país. As vantagens oferecidas e a promulgação da Lei de Terras, em 1850, permitindo a compra e venda de terras, fez do Brasil um lugar atrativo aos colonos oriundos da Europa. A fixação do preço das terras públicas destinadas à colonização

abriu espaço para a formação de empresas particulares de colonização⁶. Esta se orientou, então, principalmente pela iniciativa privada. A partir de então, os subsídios (sobretudo na forma de passagens), além da eficácia da propaganda dos agentes do governo e das companhias de colonização, aumentaram o fluxo imigratório alemão na segunda metade do século XIX.

Segundo Seyferth (1990), quase duas centenas de colônias de imigrantes alemães surgiram nos três estados do sul, na segunda metade do século XIX. Além disso, colônias com preponderância de alemães surgiram no Espírito Santo (década de 1870) e, incipientemente, em alguns pontos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Conforme a autora, esses imigrantes tiveram papel importante num projeto colonizador com motivações geopolíticas, implementado pelo governo brasileiro, embora boa parte das colônias tenha surgido da iniciativa de companhias particulares com apoio dos governos provinciais. A autora destaca, ainda, a primazia que tiveram na formação de uma estrutura agrária baseada na pequena propriedade familiar, formando com outros grupos, principalmente italianos e poloneses, um campesinato cuja característica mais marcante foi produzida pela fixação (obrigatória) no lote colonial – sua unidade econômica básica.

4.1.1 Motivos da emigração dos alemães

A vinda de imigrantes alemães para o Brasil se deve, principalmente, às transformações agrícolas e demográficas ocorridas na Alemanha. Os imigrantes vindos para o Brasil, geralmente, eram trabalhadores pobres, agricultores, expulsos pelas transformações econômicas e sociais pelas quais passava a Alemanha. A abolição da estrutura feudal e o processo de industrialização levaram-nos a buscar melhores condições em outros países. As terras não comportavam mais o número de pessoas que dela procuravam sobreviver. Conforme Cunha (1991), a industrialização no século XIX acelerou o processo de unificação dos Estados Alemães, marcando um período de profundas transformações, com o avanço capitalista e o declínio do feudalismo. “As décadas de 1820 e 1830 marcam o início

⁶ Segundo Willems (1946), a diferença entre a colonização governamental e a privada é que a primeira é movida por interesses ligados ao povoamento do território, faz parte das cogitações políticas dos governos, enquanto a segunda move-se pelo comércio de terras (adquirem terras devolutas do governo ou terras de latifundiários para vendê-las aos imigrantes pelo melhor preço possível).

da Revolução Industrial alemã que alcança seu ápice logo após sua unificação, em 1871” (CUNHA, 1991, p.21). Segundo Lando e Barros (1992), a Alemanha, no início do século XIX, passava por uma revolução agrícola, cujo fator principal foi a abolição da estrutura feudal, pois o camponês, que como servo ocupava uma terra que podia transmitir aos seus descendentes, torna-se proprietário desta, com a condição de ceder 1/3 ao senhor. Estas, sofrendo sucessivas divisões entre os filhos, tornaram-se insuficientes enquanto recurso econômico, obrigando muitos a se empregarem como trabalhadores agrícolas ao serviço do senhor ou arrendar terras.

Para Cunha (1991), a decomposição dos elementos feudais teria separado os trabalhadores da propriedade dos meios de produção, obrigando-os a vender sua força de trabalho, liberando-os para o capital industrial e incrementando também o mercado interno, pois separados dos meios que utilizavam para prover a si e sua família tornaram-se, também, compradores de mercadorias. A esse processo associa-se um crescimento populacional acentuado que agravou o problema da excessiva divisão dos lotes agrícolas, principalmente, nas regiões ocidentais da Alemanha, onde o direito de sucessão natural provocava a divisão das propriedades em tantas frações quantos eram os filhos, resultando em propriedades minúsculas que não atendiam às necessidades básicas de sobrevivência de seus proprietários. A indústria à domicílio, existente em muitas regiões como forma de trabalho acessória, foi desaparecendo com a introdução da máquina e o desenvolvimento da indústria urbana. Segundo Cunha (1991), é entre esse proletariado rural e os que querem fugir dessa situação que são recrutados “os operários para a indústria urbana e os imigrantes para a América” (CUNHA, 1991, p.29). A escassez de alimentos e seu preço, em algumas regiões, pioraram a situação. Na Alemanha Oriental, onde predominavam as grandes propriedades dos *Junkers*, o sistema de herança não permitia que a terra fosse dividida, herdando-a apenas um filho. Porém, com a abolição da servidão camponesa na Prússia (1807), as terras comunais foram eliminadas. Muitos trabalhadores perderam as terras que cultivavam, formando uma massa de trabalhadores rurais sem terra. Assalariados agrícolas, continuam submetidos a tradições e costumes feudais. A Pomerânia, localizada nessa região, era formada por latifúndios, onde o sistema feudal havia sido abolido e estava sob o domínio Prussiano, quando da emigração em massa. Palco de muitas guerras, e invasões (a região era alvo de disputas, principalmente entre a Polônia e a Prússia,

devido à sua localização estratégica junto ao Mar Báltico), grande parte dos camponeses perdeu as terras que cultivava ou foram expulsos destas.

De acordo com Willems (1946), boa parte dos imigrantes germânicos era citadina, de classes sociais diversas, que fugiam da proletarização iminente. Entre eles haviam carpinteiros, serralheiros, meiros, ferreiros, etc. Para o autor, a migração se torna, no século XIX, nos países europeus, um meio cada vez mais comum diante de situações econômicas não desejáveis.

O autor também destaca, entre os principais fatores que levaram os alemães a emigrarem, a densidade demográfica, a fome e o retalhamento das terras, que já não comportavam mais o número de pessoas que dela tentavam manter-se, afirmando que “para se fazer uma idéia do grau de divisão da propriedade, basta dizer que, por vezes, o dote concedido à filha casadeira era constituída por uma única árvore frutífera” (WILLEMS, 1946, p.55). Já em outras regiões, princípios diversos davam a um único filho a propriedade inteira, obrigando aos demais ao êxodo. Além disso, o autor destaca que muitos emigraram convencidos pelos agentes das companhias de emigração que prometiam vantagens no Brasil, levando-os a venderem suas propriedades e procurar uma vida mais fácil na América. Outros, ainda, por causas políticas, pois havia entre os que se fixaram no Brasil, oficiais do exército, médicos, comerciantes, professores, etc.

Diante das profundas mudanças (sociais, políticas e econômicas) ocorridas na Alemanha, “contingentes populacionais tornados supérfluos ao novo contexto econômico-produtivo, passaram a encaminhar-se para a América, sendo o sul do Brasil um dos principais destinos” (SALAMONI, 2001, p.25), o que veio a coincidir com os interesses do Brasil de colonizar áreas devolutas e suprir a mão-de-obra na agricultura.

4.2 A colonização alemã no Rio Grande do Sul

O marco da colonização alemã no Rio Grande do Sul é o ano de 1824, quando foi fundada a primeira colônia, sendo estabelecida sob a iniciativa do governo imperial em terras da Coroa, às margens do rio dos Sinos, hoje município de São Leopoldo. Nessa época, segundo Willems (1946), o Rio Grande do Sul contava com cerca de cem mil habitantes e a única cidade era Porto Alegre (além de vilas e povoados). Na zona da campanha existiam os latifúndios pastoris e na zona

da mata havia poucos habitantes, na maioria proprietários de vastas extensões de terra virgem, muitos dos quais venderam suas terras para agências de colonização.

No Rio Grande do Sul, conforme Willems (1946), a colonização seguiu o curso de rios costeiros, principalmente o Rio dos Sinos, o Caí, o Jacuí e seus afluentes, que constituíram a zona mais importante de colonização germânica no Brasil. A partir daí, muitos outros núcleos foram criados, inclusive pela migração de muitos destes colonos para outras áreas do Estado e posteriormente para Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso (reimigração). Para os descendentes desses imigrantes, ter muitos filhos representava novos braços para a lavoura (era comum terem até 10 ou mais filhos). Porém, a redução gradativa das propriedades devido às muitas subdivisões da terra pela herança e seu esgotamento, levou à emigração de muitas famílias para outras regiões, à procura de terras mais férteis e promissoras, formando novas colônias.

De acordo com Roche (1969), os primeiros imigrantes alemães que se instalaram no Rio Grande do Sul foram recrutados por agentes do governo brasileiro e receberam terras do governo imperial -77 ha por família, e outras vantagens como o financiamento de transporte, o fornecimento de sementes e ferramentas agrícolas, pagamento de subsídios e outros tipos de auxílio, durante os primeiros dois anos, além de isenção de impostos. A única condição era que não podiam transferir as terras recebidas para outro proprietário, por um prazo de dez anos. Estas vantagens foram, ao longo dos anos diminuindo e com promulgação da Lei de Terras, em 1850, que instituiu a compra como mecanismo de acesso à terra, os lotes coloniais passaram a ser adquiridos mediante pagamento monetário, estabelecendo-se entre o imigrante e os governos imperial e provincial a dívida colonial. Em 1854, as terras já não eram mais doadas, e sim, vendidas a vista ou a prazo e seu tamanho diminuiu para 48 ha. A despesa de viagem também passou a funcionar como adiantamento reembolsável. Manteve-se apenas a hospedagem na chegada ao porto de Rio Grande e condução até o local de destino.

Lando e Barros (1992) destacam, ainda, que nesse primeiro grupo de alemães trazidos para São Leopoldo, havia o objetivo encoberto de recrutar soldados para o Império. Muitas das vantagens oferecidas não passaram de promessas. Roche (1969) aponta os problemas que São Leopoldo apresentou no que se refere aos limites das propriedades, problemas de medição e marcação, ocasionando disputas entre os colonos e destes com a administração e inclusive

entre as picadas, problemas que, segundo o autor, persistiram ao longo dos primeiros anos, em diversas colônias.

Não se sabe ao certo o número de imigrantes alemães que entraram no Brasil, pois as estatísticas são precárias e inexatas, mas Willems (1946) destaca que entraram como “alemães”, os que falavam o idioma alemão, havendo, na verdade, uma heterogeneidade cultural (entre eles haviam austríacos, prussianos e poloneses de língua alemã), pois grande parte deles entrou no Brasil antes da unificação política da Alemanha.

A política de colonização originou, no Rio Grande do Sul, um campesinato com uma atividade econômica fortemente diversificada, baseada na divisão familiar do trabalho, possibilitando a emergência da pequena propriedade em meio a uma região dominada pelo latifúndio. Tem-se, então, uma organização espacial baseada na coexistência da grande lavoura com a pequena propriedade. Destaca-se entre os colonos a importância dada à terra, e uma forma de produção particular, fundamentada em relações sociais não capitalistas. Dedicaram-se à produção de gêneros alimentícios, não oferecendo concorrência à grande propriedade latifundiária. Assim, esses colonos tiveram papel importante para suprir as necessidades internas da região, que então era formada principalmente por latifúndios que produziam carnes e charque para a exportação.

Conforme Roche,

O aparecimento, no século XIX, de uma classe de agricultores, pequenos proprietários, constituiu, sem dúvida, um fenômeno decisivo na história econômico-social de algumas regiões do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul, em cujas colônias essa classe se formou. A pequena propriedade nele representa uma força essencial, e foi ela que deu originalidade à nova fisionomia do Estado. (ROCHE, 1969, p. 558)

O mesmo autor ainda ressalta que se trata de um segmento social independente desde a origem, em virtude da distribuição geográfica das colônias e da impermeabilidade das zonas de agricultura e pecuária. O colono vivia independente do grande proprietário, pois, “as colônias agrícolas formavam ilhas no meio de regiões ocupadas por grandes áreas de pecuária” (ROCHE, 1964, p.571).

Para Willems (1946) eram raros e secundários os contatos entre os imigrantes e os nativos, contribuindo para isso as diferenças entre os sistemas econômicos e as poucas zonas de contato uma vez que a colonização avançava mata adentro, onde quase não havia população luso-brasileira.

4.2.1 O isolamento e as dificuldades nas colônias

A principal característica do sistema de colonização no sul, conforme Seyferth (1990), foi seu isolamento e sua homogeneidade étnica. Na interpretação de Moraes (1981), esses grupos ficaram isolados por muito tempo, sem os elementos nacionalizantes: o luso-brasileiro, a escola e estradas. Nos estudos que realizou na colônia de São Leopoldo, o autor mostrou como não foram assegurados aos imigrantes as condições necessárias de instalação das atividades produtivas e de reprodução social. Através da análise de cartas do Inspetor da colônia de São Leopoldo ao presidente da província, mostrou a penúria em que se achavam esses colonos nos primeiros anos, dependendo, para se manter, do subsídio do governo. Afirma o autor, referindo-se à falta de recursos na colônia: “O colono alemão empreendeu a conquista da terra que lhe fora destinada, transformando a mata e os descampados em áreas de agricultura, como um conquistador descalço” (MORAES, 1981, p.79). Além disso, irregularidades na distribuição dos lotes ocasionaram reclamações e tumultos.

A omissão do governo também se deu em relação à educação. Ainda que clamassem por escolas, esses colonos viveram longos períodos entregues a própria sorte. Diante da omissão do governo, foram abertas muitas escolas particulares, sendo os professores recrutados entre os próprios colonos, ensinando somente a língua alemã. Em 1858, 34 anos depois da instalação dos primeiros colonos, só existiam “duas escolas públicas na vila de São Leopoldo e 27 particulares” (MORAES, 1981 p.103) e só em 1864, o Governo contratou professores habilitados para ensinar a língua nacional nas colônias. Devido ao isolamento nos núcleos coloniais e à falta de professores que ministrassem a língua do país, não se alteraram, com as suas práticas cotidianas, sua concepção de trabalho e de vida comunitária (convívio social) no novo meio.

Moraes (1981) também destaca que a falta de estradas, de meios de comunicação, dificultou, desde os primeiros tempos, um maior contato com a população luso-brasileira, possibilitando o isolamento e a endogamia nas colônias, contribuindo para a conservação de seus costumes durante várias gerações.

Willems (1946) fala da difícil assimilação⁷ e aculturação⁸ desses alemães, uma vez que conviviam com quem falava a mesma língua e viviam em núcleos nos quais não havia praticamente a miscigenação. Mesmo escolas e estradas foram insuficientes para a incorporação dos colonos, principalmente os mais velhos que não aprenderam o português na escola ou não puderam praticá-la pela pouca aproximação com os luso-brasileiros nas picadas onde viviam, tendo a comunidade um desenvolvimento populacional endogâmico.

Porém, diferenças no meio físico não admitiram a utilização de boa parte das experiências acumuladas no país de origem (padrões de habitação, vestuário, alimentação, etc.), implicando a aceitação de novos elementos culturais, provocando mudanças nos hábitos individuais e costumes da comunidade. É justamente aí que Willems identifica processos de assimilação incipientes.⁹

A cada geração, hábitos e costumes se transformaram. Também a vida material, o vestuário, a alimentação passaram por transformações. No princípio, segundo Roche (1969), esses agricultores tiveram que adotar a alimentação local, pois as condições geográficas e econômicas não permitiram que eles conservassem a sua alimentação de origem: o trigo, a batata-inglesa, a carne de porco, foram substituídos por milho, feijão-preto, mandioca, charque, etc. Porém, em seguida conseguiram cultivar seus alimentos tradicionais. Criando porco, abasteceram-se de banha e carne.

Roche (1969) destaca que o fato de serem proprietários das terras, deu a esses imigrantes e descendentes uma estrutura e uma mentalidade especiais, pois “as dificuldades da instalação e o processo da adaptação eram os mesmos para todos os imigrantes, fossem eles de origem urbana ou rural” (ROCHE, 1964, p.571). A necessidade de sobreviver apagava distâncias sociais e desenvolvia a solidariedade entre eles (ao menos no início da instalação), laços que pouco a

⁷ “O processo de assimilação consiste no aparecimento de atitudes novas emocionalmente associadas a valores culturais novos com que o imigrante vai estabelecendo contatos” (WILLEMS, 1946, p.17), “é um processo de reajustamento a expectativas de uma sociedade culturalmente diferente” (WILLEMS, 1946, p.29-30). Assim, para o autor, atitudes novas e valores novos são fases do processo de assimilação, sendo a dificuldade básica que se opõe à esse processo, o sentimento de lealdade do imigrante à cultura do seu grupo. O autor ainda ressalta que a incorporação de novos valores se dá em série e não simultaneamente, fazendo com que “o comportamento dos imigrantes seja dirigido em parte por padrões antigos, e em parte por padrões novos” (WILLEMS, 1946, p.30).

⁸ “Mudanças nas configurações culturais de dois ou mais grupos que estabelecerem contatos diretos e contínuos” (WILLEMS, 1946, p.37).

⁹ Willems (1946) e Roche (1964) destacam a adoção do cavalo e do equipamento do cavaleiro gaúcho, a bombacha, o poncho, o chimarrão, o churrasco como elementos unificadores.

pouco se afrouxaram, quando algum vizinho se destacava com base nos resultados materiais. Assim, foi se construindo uma hierarquia que se estabelecia dentro do grupo étnico homogêneo.

O autor destaca o papel dos comerciantes nas colônias. O armazém ou “venda” era parte integrante e essencial nas colônias. Lá se encontrava de tudo: café, açúcar, farinha, sal, bebidas, tecidos, chapéus, tamancos, ferragens, etc. Era o centro de compra e venda, a parada dos viajantes, o ponto de encontro, o elemento de coesão desses colonos que viviam isolados em seus lotes. Era o lugar onde se realizavam festas, bailes e reuniões. Podemos acrescentar que era lugar onde se tinha acesso à informação.

A família do comerciante, que se dedicava também à agricultura, foi abandonando essa prática. O comércio se acentuou e os comerciantes foram, cada vez mais, se distanciando da agricultura e se dedicando ao comércio e transporte da produção da colônia (tornaram-se “atravessadores”), resolvendo, porém, o problema do transporte nas colônias. Assim, o comerciante foi economicamente se diferenciando dos demais agricultores e sua ascensão se deu pelo crescimento da produção agrícola. Roche (1969) destaca entre essas famílias uma herança da profissão e o casamento de interesses (filhos de comerciantes se casavam com filhas de comerciantes). A profissão era para eles um instrumento de ascensão e preponderância socioeconômica na picada, uma forma de adquirir prestígio social. Exerceram influência, inclusive, na orientação da produção agrícola.

É preciso, ainda, mencionar as situações de conflito que marcaram a vida cotidiana dos alemães e seus descendentes, com a propaganda pangermanista no início do século XX e a propaganda do nacional-socialismo hitlerista e a instauração de uma campanha nacionalizadora¹⁰. Muitos colonos experimentaram perseguições e desconfianças, devido à sua origem étnica. Foram fechadas muitas das escolas e estabelecimentos educacionais particulares, principalmente evangélicos, livros em alemão foram apreendidos e os colonos proibidos de falar sua língua em muitos lugares. Porém, segundo Moraes (1981), a campanha de nacionalização do Estado Novo, iniciada em 1937 com a pretensão de forçar a assimilação dos imigrantes alemães e seus descendentes, através da intervenção nas escolas e outras instituições comunitárias, e da proibição do uso da língua materna em público, teve

¹⁰ O termo “nacionalização”, segundo Roche (1969) trata da tentativa unilateral de adaptação de elementos de origem e de cultura estrangeiras à vida na comunidade nacional.

efeitos definitivos, como o desaparecimento de escolas e instituições culturais, mas não anulou alguns princípios étnicos, especialmente aqueles vinculados à origem ou ao processo histórico de colonização comum e hábitos que compõe marcas distintivas.

4.2.2 A produção agrícola nas colônias

De acordo com diversos estudos, os colonos alemães continuaram a trabalhar a terra usando o método aprendido com os pais e avós e transmitidos de geração à geração (principalmente o uso de queimadas), esgotando as terras, o que seria um dos motivos para constantes reimmigrações. De acordo com Cunha (1991), no início da colonização, os imigrantes organizaram uma economia de autoconsumo, produzindo alimentos, vestimentas e utensílios básicos. O consumo de mercadorias externas ao estabelecimento agrícola limitava-se, ao sal, ao café, ferramentas e algum tecido, usualmente adquirido nas “vendas”. Os primeiros cultivos realizados na colônia resultaram do conhecimento próprio, herdado do solo pátrio. Despontaram as lavouras de batata inglesa, trigo e, em algumas colônias, como Santa Cruz, o fumo. A estes foram acrescentados o milho, o feijão-preto, o arroz, o amendoim, a batata-doce, a mandioca, etc. Também, a criação de porcos para o consumo de carne e banha. A produção era basicamente para o autoconsumo e eventuais excedentes eram comercializados, geralmente trocados nas casas comerciais por mercadorias não produzidas na unidade doméstica. Novamente se destaca o papel dos comerciantes, os quais acumulam capitais à custa do trabalho dos agricultores, pois são eles que detêm as informações relativas aos preços, permitindo a manipulação em seu favor, sendo eles também, na maioria das vezes, os que detêm os meios para o escoamento da produção, ficando com boa parte do preço final das mercadorias.

Assim, esses colonos tiveram papel importante para suprir as necessidades internas por alimentos do estado do Rio Grande do Sul, que até então, era formado principalmente por latifúndios que produziam carnes e charque para a exportação.

4.3 A colônia de São Lourenço

Entre as várias colônias fundadas por iniciativa privada, poucas tiveram êxito. Uma destacou-se, de acordo com Coaracy (1957), e vencendo todas as

dificuldades, se desenvolveu e prosperou até atingir a autonomia de município, sob administração exclusivamente privada, sem ser encampada pelo governo. Foi a colônia de São Lourenço, situada na Serra dos Tapes, município de Pelotas, fundada em 1858, pelo empresário alemão Jacob Rheingantz¹¹ e pelo fazendeiro José Antônio de Oliveira Guimarães (dono da fazenda São Lourenço que deu nome, futuramente, ao município).

O primeiro recrutamento de colonos na Europa foi feito pelo próprio Rheingantz, em 1857, e já em janeiro de 1858, chegam os primeiros colonos que haviam embarcado em Hamburgo em outubro de 1857¹². A colônia foi formada, principalmente, por imigrantes pomeranos, cuja emigração se deu pelas profundas mudanças (sociais, políticas e econômicas) ocorridas na Europa.¹³

De acordo com Hammes (2008), as terras onde hoje se situa o município de São Lourenço do Sul, haviam sido doadas, como forma de recompensa, a militares que lutaram pela incorporação ao domínio português (1777), da área da província até então pertencente à Espanha. Tomando posse das sesmarias, estas foram organizadas em estâncias para a criação de gado e fornecimento de charque para as charqueadas estabelecidas nos arredores de Pelotas. As terras escolhidas para esse fim localizavam-se nas pradarias, ocupando praticamente toda a planície. Como a serra oferecia pouca oportunidade para pastagens, os matos tinham pouco valor. Quando houve um movimento nacional para a criação de colônias agrícolas liderado pelo governo imperial, foram essas as terras ocupadas.

¹¹ De acordo com Coaracy (1957), Rheingantz era sócio da firma Ziegenbein, que explorava o transporte marítimo entre Pelotas e Rio Grande. Naquela época, levas de colonos alemães passavam por Pelotas, rumo às colônias dos vales do Caí, Sinos, dentre outras. Este fato despertou o interesse de Rheingantz em fundar uma colônia sob administração privada. Após um longo e detalhado estudo, definiu as terras ideais para instalar uma colônia e adquiriu terras do governo, comprometendo-se em fazer a medição, a demarcação e proceder a introdução de agricultores de origem alemã, suíça ou belga. Entre os atrativos da colônia estariam a boa fertilidade dos solos e as vias de escoamento para os produtos, devido à proximidade de dois centros urbanos: Pelotas e Rio Grande.

¹² Caldas (2007) destaca que as primeiras famílias vieram de diversas regiões, principalmente da Prússia e da Pomerânia, porém, muitos não eram agricultores. Só posteriormente é que vieram quase exclusivamente lavradores pomeranos.

¹³ Os pomeranos sobreviviam basicamente da agricultura e da pesca e muitos trabalhavam como diaristas em grandes latifúndios. Com as constantes ocupações invasões e guerras que, por diversas vezes, devastaram seu território, muitos viram na emigração a única alternativa, sendo o Brasil um dos principais destinos. Com a Segunda Guerra Mundial, esse território foi dividido, ficando uma pequena parte para a Alemanha Oriental e grande parte para a Polônia, e os pomeranos que lá permaneciam foram expulsos de suas casas e propriedades, a maioria levando apenas o que podia carregar. Dispersando-se pela Alemanha, rapidamente se miscigenaram, perdendo seus traços culturais, inclusive o dialeto, que atualmente é falado somente no Brasil. Aqui, ele sobrevive juntamente com um grande acervo cultural (na música, na dança e nos costumes).

Na época, de acordo com Caldas (2007), havia 19 colônias no Rio Grande do Sul, porém nenhuma ao sul. Acreditavam que a colonização poderia dinamizar a economia regional, estagnada desde a Revolução Farroupilha.

A área de uma colônia era dividida em léguas. Cada légua, por sua vez, era dividida por travessões (linhas ou picadas), estradas ao longo das quais eram demarcados os lotes. A colônia de São Lourenço colônia foi dividida em picadas¹⁴ abertas no sentido leste-oeste (figura 2). As picadas foram divididas em lotes de 48 ha - salvo quando a condição do terreno não permitisse tal extensão – que foram vendidos aos colonos recém chegados.

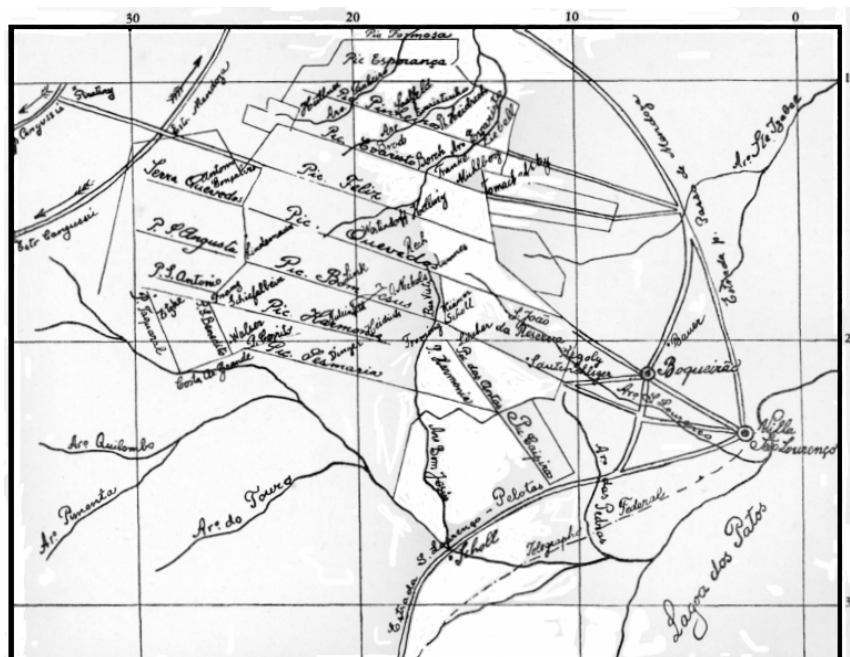


Figura 2: mapa antigo da colônia de São Lourenço.
Fonte: COARACY, 1957, s.p.

A localidade estudada nessa pesquisa corresponde à parte de uma dessas picadas (Picada Harmonia), constituída inicialmente por 101 lotes, a maioria com 48,4 hectares. Cada lote tinha de 200 a 250 metros de frente e fundos que atingiam três mil metros, onde se confinavam com outro terreno, que dava frente para outro travessão. A Picada Harmonia teve seu primeiro lote vendido em setembro de 1864 e o último em maio de 1893, sendo formada, essencialmente, por pomeranos.

As propriedades se encontravam no meio do mato, apenas com as picadas abertas. Quando chegava a seu lote, o colono providenciava inicialmente a construção de uma cabana rústica, geralmente coberta com folhas. Essa moradia

¹⁴ Picada e localidade são usadas neste trabalho como sinônimos.

foi, posteriormente, substituída por uma casa, que geralmente ficava na frente do lote, próxima à estrada. O colono ia aos poucos ocupando a propriedade, derrubando o mato e preparando a terra para o plantio, principalmente através do uso da queimada.

Conforme Seyferth (1990), as áreas de colonização, durante todo o século XIX, não receberam atenção das autoridades provinciais e o ensino primário foi deixado sob a responsabilidade dos imigrantes. De acordo com Coaracy (1957), não foi diferente na colônia de São Lourenço, cabendo aos colonos e pastores a organização das escolas que funcionavam no mesmo lugar onde eram celebrados os cultos (os pastores eram também os professores). A primeira escola pública só foi instalada em 1878, vinte anos depois da chegada dos primeiros imigrantes, e assim mesmo desprovida de professor, mostrando o descaso ou indiferença do governo em relação ao futuro desta colônia. Também, através de uma contribuição de cada colono, foram construídas as primeiras capelas. Destaca-se que esses imigrantes eram, na sua quase totalidade, protestantes, formando a colônia uma ilha em meio a uma região dominada pelo latifúndio pastoril e de religião católica.

É preciso ressaltar ainda, as perseguições e a violência contra os alemães (incluindo os pomeranos) e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, que deixaram marcas profundas, lembradas até hoje pela população de Pelotas e São Lourenço do Sul.¹⁵

De acordo com Roche (1969), das antigas colônias, a de São Lourenço foi a que permaneceu mais agrícola, dada à sua posição geográfica, em meio a uma zona luso-brasileira de pecuária. A produção destinava-se ao local e também para a exportação, pela sua proximidade de Pelotas e Rio Grande.

4.3.1 A produção agrícola: da policultura à integração aos Complexos Agroindustriais (CAI's) no município de São Lourenço do Sul

Em seus lotes, esses colonos desenvolveram, em princípio, uma organização produtiva voltada para o autoconsumo, onde era utilizada somente mão-de-obra familiar, o que permitia a esses colonos, grande independência econômica em relação ao meio urbano.

¹⁵ Para mais detalhes ver: FACHEL, José P. G. As violências contra alemães e seus descendentes, durante a segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Ed. UFPEL, 2002.

A produção da colônia consistia, principalmente, em feijão, milho, batatas, manteiga, carnes defumadas e derivados de carne de porco, aves, lenha e ovos. Os principais mercados consumidores dos excedentes produzidos eram Pelotas e Rio Grande. A aquisição de artigos que não eram produzidos na colônia era feita em armazéns, e o valor, geralmente, era descontado dos produtos que o comerciante adquiria dos colonos.

Quanto às condições de trabalho e produção, os colonos recém chegados enfrentaram grandes adversidades, sendo a principal, o próprio meio físico. O isolamento da colônia e a precária condição financeira, não permitiram o avanço tecnológico dos métodos de trabalho. Basicamente, desmatavam e queimavam a vegetação indiscriminadamente e praticavam uma agricultura extensiva.

Porém, a colônia foi se transformando, produzindo para abastecer as cidades e para a exportação, destacando-se a batata-inglesa.¹⁶ A criação de suínos também assumiu um importante papel, sendo que, a carne de porco e a banha (usada para fritura e para conservar a carne) constituíram importante riqueza da colônia, abrindo oportunidades para o comércio.

Posteriormente, expandiu-se o plantio de soja, batata-doce, feijão, milho, amendoim, pimenta, bem como, a produção de leite, muitos dos quais foram abandonados, principalmente, devido ao baixo preço pago por esses produtos (caso da batata) ou pela impossibilidade de concorrer com a grande lavoura empresarial, onde o processo é mecanizado (como no caso da soja).

O município de São Lourenço do Sul apresenta uma estrutura fundiária onde predominam propriedades com menos de 50 ha (tabela 1).

Tabela 1 - São Lourenço do Sul-RS, total de imóveis por classes de área (ha) – situação em 1998.

Área total do imóvel	Imóveis	Área total
Menos de 10	1.530	8.374
10 a menos de 50.....	3.764	79.670,1
50 a menos de 100.....	149	9.959,60
100 a menos de 500.....	157	33.873,9
500 a menos de 1000.....	25	17.341,10
1000 a menos de 5000.....	17	29.341
5000 e mais.....	0	0
Total	5.642	178.559,70

Fonte: www.incra.gov.br (adaptado pela autora)

¹⁶ São Lourenço do Sul destacou-se como o maior produtor de batatas da América do Sul, durante o século XIX e parte do século XX.

Na organização espacial do município, há a presença da agricultura empresarial (soja, arroz) e a agricultura familiar diversificada, que, cada vez mais tende a se tornar semi-especializada, pois, principalmente após a década de 1980, expandiu-se entre os produtores familiares a fumicultura, uma organização produtiva baseada no fornecimento de matéria-prima para a indústria, que diferentemente das experiências anteriores, está voltada unicamente para a comercialização e integrada a um modelo dependente de insumos externos. Na tabela 2 observam-se os principais cultivos do município em termos de quantidade produzida.

Tabela 2 - Evolução dos principais produtos em anos alternados no município de São Lourenço do Sul.

Produção	1991	1995	2000	2005
Fumo (ton.)	3.500	4.050	6.400	13.583
Milho (ton.)	10.800	48.000	78.000	7.866
Batata-inglesa (ton.)	70.000	7.500	40.500	16.500
Soja (ton.)	1.680	7.200	5.400	10.494
Arroz (ton.)	38.250	47.500	44.000	49.530

Fonte: organizado pela autora com base nos dados Banco de Dados da Zona Sul, RS (ITEPA), 2002, 2005 e 2006.

As transformações da agricultura, iniciadas em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, basearam-se na organização e na implantação de um modelo técnico moderno de produção, apoiado em sistemas produtivos intensivos e especializados. Esses sistemas foram implementados, principalmente, em estabelecimentos agrícolas com grandes superfícies, havendo um alto investimento em mecanização e uso de insumos industriais (adubos e agrotóxicos) e sementes selecionadas, com o objetivo de aumentar a produtividade. O uso de máquinas exigia áreas planas, o que não era o caso da localidade em tela, e os agricultores familiares, que praticavam uma policultura associada à pecuária, sem condições de modernizar-se, para assegurar sua sobrevivência, acabaram mudando seu sistema produtivo, deixando de lado produtos como a soja e produzindo matérias-primas para a indústria conserveira, principalmente o pêssego e o morango. No entanto, estes cultivos foram substituídos, posteriormente, devido à falta de mercado para vender os produtos, pelo fechamento das indústrias a que se destinavam e pelo fato de não haver mais incentivo do governo. A oscilação de preços e a crise econômica atingiram muitas indústrias do setor de doces e conservas, o que levou os

agricultores a buscar no cultivo de outros produtos, maior rentabilidade para sua atividade produtiva. Assim, abriu-se espaço para a expansão da fumicultura.

A modernização da agricultura brasileira é caracterizada por um modelo com elevado uso de equipamentos e produtos da indústria química e tinha pretensão de equiparar a agricultura brasileira à dos países desenvolvidos em termos de rentabilidade e de produtividade. Trata-se de um pacote tecnológico conhecido como “Revolução Verde” que se baseava no uso intensivo dos fatores de produção, ou seja, no aumento do uso da força mecânica em detrimento da força de trabalho humano, bem como o uso da adubação química e o controle químico de pragas e doenças e, também, o uso de sementes melhoradas. Conforme diversos autores, esse processo fez com que a agricultura se tornasse uma atividade cada vez mais especializada e dispensasse aos poucos a utilização da mão-de-obra das famílias rurais. Porém, esse modelo se desenvolveu de forma excludente, atingindo principalmente médios e grandes produtores e produtos voltados à exportação. De acordo com Abramovay (1992), essas políticas de modernização da agricultura brasileira teriam, historicamente, excluído um setor importante da produção: a agricultura familiar, contrariamente ao que teria ocorrido nos países capitalistas desenvolvidos, onde teriam apoiado e favorecido sua transformação e modernização.

Cabe lembrar que o uso da força mecânica não é economicamente viável em pequenas propriedades e, muitas vezes, impossibilitado por fatores físicos, como por exemplo, declividade do terreno, mas a expansão da fumicultura nas pequenas propriedades trouxe consigo seu próprio pacote químico (fertilizantes, agrotóxicos, etc.), fazendo com que a agricultura familiar se torne cada vez mais especializada, produzindo para a indústria de exportação, principalmente multinacionais do ramo, integrando-se aos Complexos Agroindustriais.

De acordo com Etges (1991), a história do fumo no Brasil teria começado com os índios brasileiros, antes da chegada dos europeus. Seu uso se espalhou e o produto tornou-se um gênero comercial, cultivado por colonos, em pequenas propriedades. Áreas fumageiras foram surgindo em diversos estados, sobretudo, no Rio Grande do Sul, com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente alemães. Várias variedades do produto também começaram a ser desenvolvidas e cultivadas. Atualmente, no Rio Grande do Sul, destaca-se a produção de fumos claros, usados na fabricação de cigarros.

Etges (1991) observou que a expansão e intensificação da fumicultura se deu, principalmente, na agricultura familiar, onde existe a mão-de-obra necessária, e em regiões não aptas para o cultivo de outros produtos como soja e trigo, ou seja, nos solos mais pobres, reforçando a necessidade do uso de fertilizantes.

Gradativamente, as indústrias vão interferindo no processo produtivo, visando a melhoria da qualidade do produto, financiando o uso de fertilizantes, distribuindo sementes e controlando o processo de produção, principalmente a partir do final dos anos 1960, quando passou a haver uma gradual desnacionalização das indústrias locais (a maior parte das empresas existentes passa a ser controlada por grupos estrangeiros). Em decorrência, houve uma dinamização da atividade, com o aperfeiçoamento do processo produtivo, comercialização e exportação. O produtor é motivado a plantar sempre mais, ao mesmo tempo em que aumenta sua dependência em relação à empresa. Destaca-se no Estado, a Souza Cruz, empresa fundada no início do século XX, que em 1914, em busca de maior capital, expansão e modernização, transforma-se numa sociedade anônima, sob o controle da British American Tobacco, passando a se denominar Cia. Souza Cruz, contando com novos recursos financeiros, técnicas de fabricação, vendas e propaganda. Em 1920, a Souza Cruz funda a primeira usina de processamento de fumo (em folha), em Santa Cruz do Sul, passando a orientar os pequenos produtores a plantar o fumo dentro de técnicas que permitissem obter qualidade e quantidade. Para isso, passou a prestar assistência técnica, orientando esses agricultores em relação ao modo como tratar as plantas, no combate às pragas, colheita e cuidados no preparo final do produto. Introduziu sementes selecionadas do fumo tipo “Virgínia”, importadas dos Estados Unidos. Assim, também, se instalaram os mecanismos de sujeição dos produtores às empresas, presentes até hoje. Porém, atualmente, muitas outras empresas se destacam no Estado e no município de São Lourenço do Sul¹⁷.

No Banco de Dados do Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria (ITEPA), também pode se constatar o aumento da produção do fumo e a queda no cultivo de outros produtos cultivados pelos agricultores familiares (tabela 2).

Embora contestado por segmentos da sociedade brasileira, os dados sobre o cultivo do fumo registram a importância sócio-econômica desta para a agricultura familiar. De acordo com dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA),

¹⁷ Conforme informações da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, em 2007 havia aproximadamente 25 empresas compradoras de fumo atuando no município.

dentre os 776 municípios do sul do Brasil, São Lourenço do Sul ocupa o 3^o lugar na produção. De acordo com informações da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul (Secretaria Municipal da Fazenda), em 2007, o município contava com 3.545 famílias produtoras de fumo, produzindo 17.939 toneladas, gerando uma renda de mais de R\$ 65 milhões, representando em torno de 67% do total das atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades.

5 A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA LOCALIDADE DE HARMONIA I

Nesse capítulo analisa-se a organização interna das unidades produtivas familiares (UPF's) na localidade de Harmonia I, tendo como base os subsistemas social, funcional e de produção, com o objetivo de identificar as lógicas produtivas, as relações de trabalho e as formas de sociabilidade dos agricultores.

Fizeram parte da amostra 15 UPF's, designadas por letras (de A até O) no decorrer do trabalho.

5.1 O subsistema social

Conforme Diniz (1984), esse subsistema tem como objetivo caracterizar quem são os produtores (incluindo questões ligadas à forma como foi constituída a propriedade, valorização da terra e relações de trabalho).

A localidade de Harmonia I é formada, essencialmente, por descendentes de imigrantes pomeranos, organizados em unidades produtivas de caráter familiar. Esses agricultores são proprietários da terra e dos meios de produção, moram na propriedade e utilizam força de trabalho familiar. A maioria adquiriu a propriedade da terra por meio de herança. O fracionamento da terra, para arrendamento ou para a venda, é uma situação pouco comum. Das propriedades que fizeram parte da amostra, apenas duas foram adquiridas unicamente através da compra (algumas foram adquiridas, parte por herança, parte por compra). A área das propriedades pesquisadas varia entre 16 e 48 ha, sendo a média de 29,9 ha.

Cada família ou grupo doméstico tem uma determinada composição por sexo e idade, determinando o número de consumidores e implicando na quantidade de força de trabalho a ser mobilizada. As unidades pesquisadas contemplaram um

total de 77 membros. A tabela 3 mostra sua distribuição de acordo com sexo, idade e escolaridade.

Tabela 3 - Distribuição dos membros das UPF's por sexo, idade e escolaridade na localidade de Harmonia I.

Idade Anos	Sexo			Escolaridade						
	H	M	Total	N.F	S.I.	E.F.I.	E.F.C.	E.M.I.	E.M.C.	Total
0 a 15	10	4	14	5	8	1	0	0	0	14
16 a 35	13	8	21	0	9	2	7	0	3	21
36 a 55	10	12	22	0	22	0	0	0	0	22
56 a 75	8	9	17	0	17	0	0	0	0	17
mais de 75	2	1	3	0	3	0	0	0	0	3
Total	43	34	77	5	59	3	7	0	3	77

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006/2007

H = Homem

M= mulher

N.F. = não freqüenta (ainda não estão em idade escolar)

S.I. = Séries Iniciais (1ª a 5ª série)

E.F.I. = Ensino Fundamental Incompleto (6ª a 8ª série incompleta)

E.F.C. = Ensino Fundamental Completo

E.M.I. = Ensino Médio Incompleto

E.M.C. = Ensino Médio Completo

Sendo o processo de trabalho movido pela família, sua composição e tamanho tornam-se um elemento importante a ser observado. Nas UPF's pesquisadas, o menor grupo familiar é composto por 3 pessoas (o casal e um filho) enquanto que o grupo mais numeroso é composto por 9 pessoas (o casal, seus filhos, a mãe e dois irmãos solteiros da esposa). Na maioria dos casos, convivem três gerações na mesma residência doméstica e em alguns casos até quatro (média 5,13 pessoas).

Dos 77 moradores, a maioria (56%) são homens, principalmente na faixa etária até os 35 anos. Mais da metade dos membros dessas famílias tem idade entre 16 e 55 anos, constituindo-se em mão-de-obra potencial para a agricultura.

No que se refere à escolaridade, 59 pessoas (76,6%) têm entre a primeira e a quinta série do ensino fundamental. Essa escolaridade foi encontrada, principalmente, entre as pessoas com mais de 35 anos, pois este era o nível máximo de ensino encontrado na localidade, quando estes estavam em idade escolar. Um nível maior de escolaridade foi encontrado somente entre os mais jovens, dos quais a maioria concluiu o ensino fundamental. Não foi encontrado nenhum analfabeto, nem pessoa que esteja ou tivesse cursado ensino superior. Na localidade não existe

escola de ensino médio, apenas uma escola de ensino fundamental, onde estudam não só as crianças da localidade, mas também as de localidades vizinhas.

Nas unidades de produção pesquisadas existe um total de 19 aposentados, mas observou-se que a maioria continua a trabalhar na agricultura, enquanto a saúde permite.

No que se refere à renda dessas unidades de produção, pode-se observar que há uma prevalência da comercialização de produtos agrícolas (tabela 4).

Tabela 4: Formação da renda nas UPF's pesquisadas na localidade de Harmonia I

Elementos formadores da renda	Nº UPF's
Venda de produtos agrícolas	15
Venda de produção pecuária (e derivados)	8
Venda de produtos artesanais	1
Trabalho em outras propriedades (remunerado)	0
Aposentadoria/pensão	12
Aluguéis/arredamentos	1
Atividades não agrícolas/serviços realizados	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

As demais atividades são eventuais, como a venda de produção pecuária. A produção artesanal se resume à fabricação de vassouras de palha, realizada em uma das UPF's, cuja produção depende da matéria-prima disponível. Outras fontes de renda correspondem à propriedade de uma casa na cidade, que é alugada por uma das famílias, e dois casos de atividades não agrícolas, representados pelo serviço de mecânica, solda, reforma e manutenção de ferramentas e implementos agrícolas, etc.

O destino da renda gerada pela produção agrícola, de acordo com os agricultores, tem como principais destinos: a compra de equipamentos, implementos e insumos agrícolas; melhorias na casa e nos galpões; poupança; e compra de carro ou moto. Ainda, foi citada a compra de alimentos, roupas, combustível, pagamento de financiamento, compra de trator e de caminhão, gastos com a saúde e investimento em outros imóveis.

Já, no que se refere ao destino dos recursos previdenciários, estes são destinados, principalmente, à compra de medicamentos. Nas palavras dos

agricultores “vai praticamente tudo em remédio”. Onde os recursos não têm esse destino, são usados, preferencialmente, na compra de artigos pessoais (principalmente roupas) e alimentos para a casa. Alguns destinam parte da renda para depósitos em poupança. Outros usam para reformar a casa ou demais construções, como galpões, ou ainda, para contribuir na compra ou manutenção de implementos.

O trabalho nas UPF's é realizado basicamente pela família. Entre os entrevistados, há apenas 2 casos de prestação de serviços em outras UPF's por parte de algum dos membros da família, realizado durante a colheita do fumo, em troca de diária paga em dinheiro ou troca de dia de serviço (ajuda mútua). Recebem ajuda durante a safra do fumo 5 famílias, também através do pagamento de diária ou ajuda mútua (num dos casos a ajuda é para cortar lenha para ser usada na secagem do fumo).

A partir da composição da família é que parte a decisão de contratar ou não mão-de-obra externa. Assim, a referência à força de trabalho doméstica é constante e a contratação, geralmente, se dá pela falta de filhos homens. Porém, essa forma de resolver a questão do ciclo de vida da unidade doméstica não é muito comum entre os agricultores entrevistados, os quais recorrem à auto-exploração dos membros do grupo doméstico para atender as necessidades de trabalho e atingir o consumo desejável.

A divisão do trabalho entre os membros da família é feita de acordo com sexo e idade, porém, as mulheres acumulam as atividades na produção agropecuária e as tarefas domésticas. Elas participam de todas as etapas de produção: plantam, capinam, colhem e participam de todo o processo de produção do fumo. Cortar lenha, arar a terra e aplicar agrotóxicos estão entre as poucas tarefas consideradas como unicamente masculinas. Toda a família trabalha nos processos produtivos, em alguns casos, inclusive as crianças.

Na criação dos animais as atividades são mais segmentadas. A criação de porcos é tarefa masculina e a de aves é, geralmente, feminina ou das crianças. A alimentação do gado, também, é tarefa masculina, enquanto que na maioria das UPF's a ordenha é tarefa feminina. As negociações e vendas dos produtos são sempre feitos pelos homens. Às mulheres cabem as decisões sobre a casa, sobre o consumo de alimentos e o cuidado das crianças. Na maioria das vezes, são atribuídas aos homens as decisões mais importantes sobre a lavoura, mas as

mulheres também opinam. Na maior parte das UPF's entrevistadas (8), as decisões são tomadas em conjunto, em duas são tomadas pelas mulheres, nas demais são tomadas pelos homens (mas as mulheres opinam).

A configuração do grupo doméstico (seu tamanho e composição) também está diretamente relacionada às decisões por determinado tipo de produção, pois, configura certas possibilidades de mobilização da força de trabalho familiar. Todas as decisões sobre os produtos a serem cultivados levam esses fatores em consideração. A opção por um ou por outro produto depende da quantidade de trabalho que seu cultivo exige. Vê-se que o ciclo de vida do grupo doméstico tem efeitos diretos sobre as decisões de produção, como especificou Chayanov (1974).

Quando essa configuração não é um problema, ou seja, quando esta não é composta essencialmente por crianças ou idosos (forças complementares) e dispõem da força de trabalho necessária, as decisões sobre o que produzir, quais novos produtos serão cultivados, quais serão mantidos ou abandonados, depende principalmente, do preço pago pelo mercado. Dos 15 agricultores entrevistados, 14 responderam que o valor da venda do produto é o principal determinante para a organização da produção, ou seja, sua rentabilidade comercial. Num segundo plano está a quantidade de trabalho exigida no processo de produção.

As horas trabalhadas por esses agricultores caracterizam extensas jornadas de trabalho, principalmente, no caso da fumicultura. De acordo com as informações dadas pelos próprios agricultores, antes de plantarem fumo trabalhavam, em média, 12 horas diárias, aproximadamente o mesmo número de horas que trabalham atualmente, fora do período de safra. Porém, durante o período de safra trabalham, em média, 16 horas diárias, ou seja, 4 horas a mais. O trabalho começa cedo e se prolonga pela noite ou madrugada. Em algumas UPF's (unidades E e N) se trabalha até 19 horas diárias, como afirma este agricultor: "só durmo 5 horas" (agricultor N). É preciso ressaltar que essa jornada extensa não se aplica a todos os membros da família, como é o caso dos mais idosos e crianças (menores de 14 anos). Essa grande carga de trabalho durante a safra é considerada pelos agricultores a única forma de aumentar sua renda.

Quanto à sociabilidade, os dados revelaram que, desses agricultores, 11 são sócios do Sindicato Rural de São Lourenço do Sul, 3 participam de alguma cooperativa e apenas 1 participa de uma associação de produtores que adquire implementos para uso comum. Essa participação não possui um caráter político

(raramente participam de reuniões de grupo) e sim um caráter comercial, servindo para a compra de produtos agrícolas (adubos, sementes, etc.) por menores preços, pois, sendo sócios, conseguem descontos e o parcelamento do pagamento desses produtos, e assistencial, pois, o Sindicato oferece vantagens como consultas médicas e odontológicas com descontos.

Por outro lado, todos fazem parte de alguma comunidade religiosa e freqüentam a igreja¹⁸ regularmente. Encontros que são também uma forma de sociabilidade e de troca de informações. A maioria afirmou também ser sócio de algum time de futebol (principal forma de lazer aos domingos).

5.2 O subsistema funcional

Esse subsistema responde como se caracteriza a produção, quais são as técnicas agrícolas adotadas e como é utilizada a terra. A tabela 5 mostra o uso do solo nas UPF's pesquisadas.

Tabela 5 - Uso do solo nas UPF's pesquisadas, na localidade de Harmonia I

UPF	Área total (ha)	Área cultivada (ha)*	%	Área não utilizável (ha)**	%
A	48	19	39,58	9	18,75
B	40	25	62,5	7	17,5
C	33	25	75,76	4	12,12
D	18	10	55,55	4	22,22
E	28	20	71,43	3	10,71
F	18	10	55,55	2	11,11
G	45	13	28,89	30	66,66
H	47,5	24	50,53	21,5	45,26
I	16	9	56,25	5	31,25
J	24	15	62,2	5	20,83
K	30	15	50	6	20
L	19	10	52,63	3,5	18,42
M	17	8	47,05	7	41,18
N	24	12	50	5	20,83
O	45	17	37,78	11	24,44
Média	29,93	15,86	53,05	8,2	26,18

Fonte: pesquisa de campo, 2006/2007.

* Não estão incluídas áreas utilizáveis que, por algum motivo, não estavam sendo cultivadas. Também não estão incluídas as áreas ocupadas com pastagens naturais (média de 2,3 ha por propriedade)

**Estão incluídas áreas ocupadas com mata nativa, estradas, e afloramentos rochosos.

¹⁸ Há na localidade duas igrejas, ambas de religião protestante. Não há nenhuma igreja católica na localidade, nem nas proximidades.

A área ocupada com cultivos agrícolas nas propriedades é de aproximadamente 16 ha, ou seja, cerca de 54% da área total das propriedades. Da área não ocupada, em média, 6 ha são de mata nativa. A menor área de mata nativa foi encontrada nas propriedades D, F e M, onde chega no máximo a 2 há, e a área maior nas propriedades G (29 ha), onde corresponde a mais 60% da área total da propriedade e H (20 ha), onde corresponde a cerca de 42% da área total. Devido ao relevo da Serra dos Tapes, todas as propriedades possuem áreas não utilizáveis em razão do declive acentuado, terra pedregosa ou ocupada por estradas que cortam as terras. Em algumas propriedades (A, M e O) essas áreas variam entre 4 e 5 ha. A figura 3 mostra a paisagem predominante na localidade pesquisada.



Figura 3: Paisagem predominante na localidade de Harmonia I.
Fonte: imagem feita pela autora

Atualmente, nem toda área cultivável é ocupada pelos agricultores, pois o fumo não exige grandes extensões de área (em média 3,43 ha em cada propriedade) e exige mão-de-obra praticamente o ano todo, principalmente durante a safra, no verão, o que dificulta, dependendo da quantidade de força de trabalho existente na unidade de produção, o cultivo de outros produtos, principalmente as culturas de verão.

Em todas as propriedades existem pastagens naturais, destinadas à pecuária leiteira, correspondendo em média a 2,4 ha por propriedade (figura 4).



Figura 4: Pastagem natural na localidade de Harmonia I
Fonte: imagem feita pela autora

A localidade apresenta uma malha hidrográfica relativamente densa. Das 15 UPF's pesquisadas, 12 são atravessadas por arroio ou sanga, e, praticamente todas as UPF's possuem cisternas ou cacimbas, construídas pelos próprios agricultores, garantindo, assim, o abastecimento de água na propriedade. Além disso, 10 das UPF's possuem açudes que, além de serem uma reserva hídrica, são utilizados para a criação de peixes e, geralmente, localizados onde os animais possam ter acesso para beber água. Formas alternativas de obtenção de água são importantes, principalmente em períodos de seca, quando ocorre a diminuição do nível dos arroios e córregos. Nenhuma das propriedades pesquisadas utiliza irrigação artificial nas atividades agrícolas.

As máquinas e os implementos agrícolas mais utilizados nas UPF's pesquisadas são o arado, o trator, o reboque, o disco, a carroça, além dos específicos para o fumo como a tecedeira, usada para costurar o fumo. Outros, como plantadeira, subsolador, roçadeira, trilhadeira, pulverizador, grade, aleirador, capinadeira, plaina, entre outros, são menos comuns, mas também encontrados em algumas propriedades. Grande parte destes implementos foi adquirida com a renda gerada pelo fumo. A força animal (geralmente cavalos) é usada para puxar arado e grade, principalmente em áreas muito inclinadas ou, então, na tração de carroças para os trabalhos mais leves (figura 5). O uso do arado movido à força animal é também usado para preparar as terras para o fumo. O trator ou a carroça são

usados para a colheita do fumo, carregar a lenha e todos os demais produtos. Muitos dos implementos que existem na propriedade, adquiridos pelos produtores antes de se dedicarem ao fumo (quando se dedicavam principalmente ao cultivo de soja e milho), agora se tornaram obsoletos, sem uso, e encontram-se abandonados. Somente uma das UPF's pesquisadas usa somente a força animal (carroça puxada por bois), pois está localizada em uma área de declive acentuado, onde o uso do trator teria pouca utilidade.



Figura 5 – Uso do cavalo como tração animal
Fonte: imagem feita pela autora

No que se refere aos tipos de correção de solo, adubação ou controle de invasoras ou doenças nos cultivos, em todas as unidades de produção pesquisadas são utilizados adubos químicos, orgânicos, calcário, adubação verde e agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, antibrotantes e herbicidas). De adubos químicos são utilizados em média 87 sacos (entre adubo, uréia e salitre) e de calcário, em média, 74 sacos por unidade de produção. Essa quantidade varia de uma unidade de produção à outra, não só em função da maior ou menor produção de fumo, mas também em função da presença ou não de outras culturas comerciais, principalmente, o milho. A recomendação da quantidade a ser utilizada, tanto de adubos químicos e calcário, como de agrotóxicos, utilizados na produção do fumo, é feita pelo técnico da empresa fumageira. A quantidade de insumos utilizados em outros cultivos é determinada pelo próprio produtor, e estes, geralmente, consistem em adubos e calcário, e, em algumas propriedades, herbicidas.

O único tipo de assistência técnica que a maioria dos produtores recebe é o da empresa fumageira. Os produtores de leite recebem orientação das cooperativas e indústrias de laticínios, mas segundo eles, são raras as visitas de técnicos. Os que produzem leite (com a exceção de um produtor) vendem para a Elegê (do grupo Avipal) e a maioria apenas recebe cartilhas e informativos de orientação, com dicas e instruções normativas (exigências) no que se refere à higiene na ordenha, sanidade do rebanho e normas de resfriamento e transporte (além de informações sobre palestras, exposições e espaço para classificados, receitas, etc.).

As fumageiras, além da assistência técnica direta nas UPF's, distribuem aos produtores integrados às mesmas, jornais e cartilhas orientando todo o processo de produção, cada etapa das atividades que o produtor deve realizar (preparação do solo, semeadura, plantio, aplicação de insumos e agrotóxicos, colheita, secagem e classificação), além de informações sobre os insumos, dicas para melhorar a qualidade do fumo, preços, etc. Ainda, distribuem cartilhas incentivando o "reflorestamento", a conservação das matas ciliares e o manejo correto do solo. Por orientação técnica, os agricultores, após a colheita do fumo, plantam na área, ou milho, ou aveia para adubação verde. Além das mencionadas, os agricultores desconhecem qualquer outro tipo de assistência técnica.

No caso do fumo, as sementes são fornecidas pela empresa. Para os demais cultivos (milho, soja, hortaliças, etc.) os agricultores adquirem as sementes, principalmente no Sindicato Rural e nas agropecuárias, ou guardam de um ano a outro, como no caso do feijão, da batata, do milho (quando é para o autoconsumo), do amendoim, entre outras. As culturas comerciais cada vez mais dependem do uso de sementes selecionadas e certificadas, fazendo com que o agricultor, aos poucos, venha abandonando a prática de guardar as melhores sementes para o plantio no ano subsequente ou trocar sementes com vizinhos. Assim, produtos tradicionais, que foram, durante décadas, cultivados e reproduzidos a cada ano e técnicas passadas de uma geração à outra, vão desaparecendo, dando lugar a sementes certificadas, a insumos e técnicas desenvolvidas por pesquisas científicas, que muitas vezes não levam em consideração "o saber tradicional" dos agricultores, nem as características dos agroecossistemas.

5.3 O subsistema de produção

Este subsistema responde o que é produzido, quanto é produzido e para quem é produzido, indicando, assim, a orientação da agricultura e o grau de especialização e dependência do agricultor em relação ao mercado.

A tabela 6 mostra os principais produtos encontrados nas UPF's pesquisadas e quais são destinados para a comercialização ou para o autoconsumo. Outros, que não estão incluídos nesta tabela, são destinados somente para o consumo doméstico, podendo ocorrer uma venda eventual, caso a produção seja maior do que a necessária para o autoconsumo.

Tabela 6: principais produtos cultivados nas UPF's pesquisadas na localidade de Harmonia I.

Produtos	Comercialização *	Autoconsumo**
Fumo	15	-
Amendoim	6	8
Milho	4	15
Feijão	4	15
Batata doce	4	12
Batata Inglesa	4	15
Leite	4	15
Soja	3	-
Mel	3	6
Cebola	2	6
Madeira	1	15

Fonte: pesquisa de campo, 2006/2007.

* Número de UPFs que vendem o produto

** Número de unidades de produção de cultivam o produto unicamente para o consumo

Cabe ressaltar que, em todas as UPFs, são produzidas hortaliças, destinadas unicamente para o autoconsumo, bem como, frutas. As mais comuns são pêsego, laranja, limão e caqui, que não são comercializadas, segundo os agricultores, por não haver comprador, com exceção de um caso, onde, dependendo da produção, é realizada a venda de uva. O morango, cuja produção se destacava em décadas passadas (foi produzido em praticamente todas as unidades pesquisadas) hoje é produzido apenas para consumo das famílias e em apenas três das unidades pesquisadas.

A pimenta, cuja produção se destacou em décadas anteriores, deixou de ser produzida. A maior parte dos agricultores já produziu pimenta, mas, atualmente, não é mais produzida em nenhuma das UPF's pesquisadas. Segundo um dos agricultores entrevistados, que teve a pimenta como principal produto cultivado, ele foi obrigado a destruir a lavoura devido ao aparecimento de uma "doença" nas plantas. Emocionado, disse que construiu a casa, comprou o carro e implementos agrícolas com o dinheiro da venda da pimenta, e que quando "apareceu a doença" procurou orientação em diversas instituições (Sindicato Rural, Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, etc.) sem sucesso. Afirmou que não mais se dedicou ao cultivo da pimenta por falta de assistência técnica. A única recomendação que recebeu foi a de destruir as lavouras de pimenta e plantar outros produtos agrícolas. O mesmo produtor também vendia mudas de morango, desde 1980, mas com o fechamento das indústrias conserveiras em Pelotas, para onde era vendida a produção de morango da localidade, teve que abandonar essa atividade. Também, plantava soja, cujo cultivo acabou se tornando inviável, pois todo o processo de produção era manual, sendo impossível concorrer com a produção em grande escala, onde o processo é mecanizado. Foi, então, convencido a plantar fumo, como única alternativa para gerar renda, observando a experiência rentável de vizinhos com esse produto. A história desse produtor é comum a de muitos outros, que pararam de produzir morango, soja, pimenta e também batata, abrindo-se assim, espaço para a expansão da fumicultura na localidade.

Outro agricultor destacou que durante as décadas de 1970 e 1980 se dedicou ao cultivo do pêssego (produzido em grande parte das unidades pesquisadas), além de morango e tomate, mas ressaltou que foi com a renda da comercialização do pêssego que comprou máquinas e implementos agrícolas. Este cultivo, assim como o de morango foi abandonado e os pomares de pessegueiros, aos poucos, foram dando lugar a outros cultivos. O pêssego é, atualmente, produzido somente para o autoconsumo. Fato interessante é que nessa UPF já se produzia fumo desde 1961, porém, sem o uso de tecnologias mais modernas, a produção era pequena. Além disso, não era a que gerava maior renda, ou seja, havia outras que concorriam com essa cultura. Situação que difere muito da encontrada atualmente na localidade, em que o fumo parece ser a opção econômica mais viável. Esse não foi o único caso. Também em outra UPF, a estufa foi construída em 1963 e após dois anos, o produtor deixou de plantar o fumo,

dedicando-se, principalmente, ao cultivo de soja e morango, retornando à fumicultura somente em 1998.

A produção de milho também diminuiu (mais de 50%) com a introdução da fumicultura. Anteriormente, este produto era produzido para a comercialização em praticamente todas as UPF's pesquisadas. Atualmente, apenas em quatro destas há produção para a venda, porém, em todas, o milho é produzido para o autoconsumo. A produção de milho para o consumo doméstico torna-se importante pela presença de animais (bovinos, eqüinos, suínos e aves) em todas as UPF's, poupando a compra de rações, assim como grande parte da batata-doce produzida para o autoconsumo é destinada aos animais.

Muitos agricultores afirmaram que, devido ao cultivo do fumo, diminuíram a produção de leite, pois ambas são atividades que exigem muita mão-de-obra e as exigências para a produção de ambas são cada vez maiores. Assim, na maioria da UPF's, o leite é produzido somente para o autoconsumo da família. Os agricultores salientam que, além de dar muito trabalho (o agricultor geralmente levanta de madrugada para ordenhar as vacas e levar o leite até a estrada para ser recolhido pelo caminhão da empresa de laticínios), o preço que é pago ao produtor pelo litro de leite é muito baixo. Apenas um agricultor disse ter a intenção de aumentar a produção de leite.

Ao se considerar a UPF em seu conjunto, observam-se várias atividades produtivas, diversificação que muitas vezes se vale da complementaridade entre diferentes atividades. Essa complementaridade, para alguns autores, explicaria a permanência da policultura, mesmo apresentando retorno econômico insuficiente. É o caso da pecuária leiteira que, mesmo com o baixo preço pago por litro de leite, para alguns agricultores, representa um ingresso de renda regular, importante para a manutenção da UPF, e para todos os entrevistados é indispensável para o autoconsumo familiar.

No caso da fumicultura se está diante de uma estratégia produtiva que dificulta a manutenção dessa diversidade ou muitas vezes torna incompatível sua combinação, devido ao uso intensivo de mão-de-obra. A maioria dos agricultores entrevistados confirmou que, nas últimas décadas, vem reduzindo a diversidade produtiva, mas afirma que o motivo não é só a quantidade de trabalho exigida pela fumicultura, mas o baixo preço pago pelos demais produtos.

Assim, esses agricultores combinam a produção para o autoconsumo com a mercantil, especialmente o fumo, matéria-prima destinada para as indústrias fumageiras. Mas esses produtos que visam o autoconsumo são também produtos, que de acordo com Garcia Jr. (1989), têm a marca da “alternatividade” (se destinam tanto para o uso comercial como para o uso doméstico), pois, podem ser também vendidos para a aquisição de outros produtos que tiverem que ser adquiridos fora da unidade de produção, ou quando há quantidade maior do que vai ser consumido pela família, até a próxima colheita. Essa realidade está presente na localidade estudada, pois durante as entrevistas, quando perguntados sobre quais produtos eram destinados à comercialização ou para o autoconsumo, era comum responderem “vendo quando sobra”, para produtos como a batata-inglesa, feijão, cebola, ovos, etc.

A produção comercial e a produção para o autoconsumo podem ter usos sociais complementares. Por exemplo, com o dinheiro obtido com a renda obtida com a comercialização do fumo, os agricultores compram insumos químicos, sementes ou mesmo implementos agrícolas que irão usar no cultivo de outras culturas. A renda do fumo não precisa esperar o ciclo agrícola para ser reaplicada, mas é transferida para outros produtos, assegurando o equilíbrio financeiro na UPF, como afirmou esse agricultor: “o fumo muitas vezes compensa os prejuízos de outras culturas” (agricultor B).

Na figura 6 observa-se o cultivo do milho ao lado do fumo, em uma das UPF's pesquisadas.



Figura 6 - Cultivo de fumo e milho
Fonte: imagem feita pela autora

Destaca-se ainda, que em todas as UPF's pesquisadas é produzida lenha destinada ao uso na secagem do fumo, geralmente eucalipto, cuja produção é incentivada pelas empresas fumageiras. Segundo os agricultores, se fosse necessária a compra da lenha pelo agricultor, a produção de fumo se tornaria inviável devido ao alto custo.

Além da pecuária leiteira, em todas as UPF's são criados suínos e aves. As aves são criadas somente para consumo próprio e os suínos, que outrora foram importante fonte de renda das UPF's pesquisadas, hoje, mantêm o objetivo comercial em poucas UPF's. Na maior parte delas, devido ao baixo preço, são comercializados somente quando a quantidade é maior do que pode ser consumida pela família. Eventualmente, os agricultores comercializam parte do rebanho bovino. Já, as aves são destinadas somente para o autoconsumo. Destaca-se ainda, a criação de peixes (principalmente carpas), encontrada em oito das UPF's pesquisadas que são destinados para o consumo da família. Os cavalos estão presentes em praticamente todas as UPF's pesquisadas (com exceção de uma), porém, estes são, geralmente, adquiridos pelos agricultores para serem usados como força de trabalho.

Quanto ao número de animais, principalmente, vacas leiteiras e suínos, houve diminuição, segundo os agricultores. No primeiro caso, não só pelo baixo preço do leite, mas também pela falta de tempo e mão-de-obra exigidos pela atividade, e no segundo caso, pelo baixo preço oferecido pelos compradores e pelas exigências do mercado no que refere à forma de criação, alimentação, idade e tamanho para o abate. O agricultor alimenta esses animais com o que há disponível na propriedade (pasto, batatas, milho, etc.) e não utiliza complementos como ração, pois é inviável economicamente. Assim, os animais que ele tem a oferecer não são os que o mercado procura.

Garcia Jr. (1989) ressalta que, os animais, além de fornecerem alimentos, servem como uma reserva para um aumento do consumo doméstico, festividades, ou comercialização no caso de emergência por ingresso monetário, sendo uma forma de assegurar os níveis de consumo ao longo do tempo. A atividade criatória exige uma ocupação durante o ano inteiro e a alimentação dos rebanhos exige produção agrícola destinada a esta finalidade, embora também se utilize subprodutos da agricultura, como as palhas. A pecuária soma-se à lavoura na obtenção de renda e, principalmente, na garantia do consumo doméstico, permitindo

a reprodução das UPF's.

Perguntados sobre qual produto tem maior importância na formação da renda familiar, todos os entrevistados responderam que é o fumo, pois afirmam que a maior parte dos demais produtos gera pouca ou nenhuma renda e que o valor pago por esses produtos não cobre os custos da produção. Muitos, inclusive, afirmaram usar recursos obtidos com o cultivo do fumo, para compensar as perdas em outras culturas, como demonstram as seguintes expressões, usadas por agricultores para se referirem aos outros produtos que comercializam: “as outras coisas, não dá nem pra pagar o imposto do meu carro” (Agricultor B). “O fumo dá 50% de lucro. Os outros cultivos e criações praticamente não dão lucro. O fumo compensa os prejuízos” (agricultor A). A mesma resposta foi obtida na maior parte das entrevistas. Dois entrevistados afirmaram que, no ano de 2007, a renda gerada pelo fumo foi suficiente apenas para pagar as dívidas. Excluindo o fumo, os principais produtos mencionados como segunda fonte de renda (embora pequena) foram o leite (por 3 agricultores), o amendoim (por 3 agricultores) e a soja (por 2 agricultores).

No que se refere à forma de comercialização, todos os agricultores pesquisados têm contrato de venda da produção com as empresas fumageiras e quatro com empresas de laticínios. Porém, destacaram que, anteriormente, tinham contrato comercial com as indústrias conserveiras por meio da produção do morango.

No caso do fumo, a venda é direta, ou seja, o “transportador” contratado pela empresa fumageira, busca o produto na propriedade e leva para a indústria. Também a venda do leite é realizada dessa forma, porém, o produtor precisa levá-lo em tarros, até a estrada mais próxima, onde será recolhido pelo caminhão da empresa. Estes produtos têm o valor referente à comercialização, depositado em conta bancária. Os demais produtos são vendidos para intermediários que, geralmente, são os proprietários das “vendas”. Nesses estabelecimentos comerciais, durante muito tempo, os agricultores compraram tudo o que não produziam e venderam seus produtos agrícolas. Geralmente o “comerciante” era o único que possuía um caminhão e se encarregava do comércio e circulação dos produtos. Ainda hoje funciona dessa forma, é acertado o preço de determinado produto e a quantidade que o agricultor tem disponível, então é entregue, geralmente, sem nota ou comprovante, na base da confiança entre as partes. O agricultor, muitas vezes,

demora a receber o pagamento, dependendo da disponibilidade e das condições financeiras do “atravessador”. O agricultor, necessitando, pode levar mercadorias do estabelecimento comercial, sendo que o valor pode ser anotado e descontado do pagamento da produção entregue. Os valores de venda dos produtos são sempre definidos pelos compradores, o que demonstra claramente a dependência dos agricultores diante dos canais de comercialização. Devido a este fato, é praticamente impossível prever retorno financeiro e planejar investimento com base unicamente na comercialização desses produtos.

O fumo, por demandar a ocupação intensiva do grupo doméstico em grande parte do seu ciclo produtivo, principalmente no período da colheita, diminuiu as possibilidades dos agricultores desenvolverem outras atividades comerciais. Aliado a isso, está o fato da localização das UPF's, distantes dos centros consumidores (mais de 30 km), o que inibe novas iniciativas, como a venda direta de sua produção agrícola. Os agricultores argumentam que o “combustível é muito caro” para levarem sua produção para a cidade, então preferem vendê-la para os intermediários, por um preço bem inferior.

Quanto ao uso de crédito rural, os agricultores utilizam principalmente o crédito oferecido pelas empresas fumageiras, usado para a aquisição de insumos, material usado na produção do fumo (lonas, bandejas para semeio, sementes, etc.), tecedeira e para a construção de estufa. Além deste, também buscam outras fontes de crédito, principalmente de programas oficiais, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (7 casos). Essa modalidade de crédito, segundo os agricultores, foi usada para a aquisição de trator, implementos agrícolas e custeio para a produção de milho. Dois agricultores usaram financiamentos bancários para a aquisição de trator e um comprou a terra na qual trabalha e reside, por meio de recursos do Banco da Terra.

Devido à importância da fumicultura na viabilização dessas UPF's e à especificidade de sua produção, mediante contrato de integração vertical com a indústria, optou-se por aprofundar nessa análise, o processo de produção, comercialização e as relações entre produtor e indústria, tanto do ponto de vista dos produtores como da indústria.

5.4 Agricultura familiar e fumicultura na localidade de Harmonia I

Os agricultores entrevistados plantam fumo do tipo Virgínia, em média, há 18 anos, sendo que o produtor mais antigo, há 47 anos e o mais recente, há 5 anos. As duas principais empresas que atuam na localidade são a Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda.¹⁹ e a Souza Cruz S.A.²⁰, as quais mantêm contratos de integração (compra e venda) com os produtores familiares. Cabe ressaltar que, alguns produzem ou vendem para mais de uma empresa²¹, com ou sem contrato. Quando a produção é maior do que consta no contrato, muitos agricultores vendem o excedente da produção para a empresa que pagar mais pelo fumo. Mas, para concretizar esta transação, esses agricultores, na hora de declarar a quantidade a ser plantada, declaram aos técnicos da empresa fumageira, um número inferior ao que realmente pretendem produzir. Essa atitude pode ser considerada uma forma de resistência ou de não-subordinação perante a empresa com a qual têm contrato, ou ainda, uma atitude de insatisfação com as condições oferecidas pela indústria (preço, classificação, crédito e seguro agrícola), podendo assim, vender seu produto a quem desejarem.

A maioria dos entrevistados disse que a decisão de plantar fumo foi por influência, principalmente, dos vizinhos que já produziam e estavam obtendo bons resultados econômicos. Todos afirmaram que o principal motivo foi a geração de renda mais expressiva em relação aos outros produtos, como afirmou uma agricultora: “Porque os outros produtos não estavam dando a renda esperada, o fumo dá trabalho, mas na hora da venda compensa” (agricultora O). Embora a renda seja o motivo principal, observa-se que outros fatores são levados em consideração, como a disponibilidade de força de trabalho familiar e o fato do cultivo do fumo não exigir o uso de tecnologia (máquinas e equipamentos), uma vez que os tratamentos com a planta são eminentemente artesanais, como se pode perceber na fala do agricultor,

¹⁹ Empresa formada pela fusão dos grupos DIMON Incorporated (criada em 1996, através da fusão de dois grupos norte-americanos, que no Brasil eram representados pela Dibrell do Brasil Tabacos Ltda e Tabra - Exportadora de Tabacos do Brasil Ltda) e Standart Commercial Corporation (grupo que desde 1997, controla a Meridional de Tabacos). Juntas passaram a formar uma das maiores empresas do mundo em negócios com fumo em folha.

²⁰ Empresa subsidiária da British American Tobacco, com marcas comercializadas em 180 países do mundo. Fundada em 1903, atualmente atua em todo o ciclo do produto, desde a produção e processamento de fumo até a fabricação e distribuição de cigarros.

²¹ As outras empresas citadas foram a Kannenberg & Cia. Ltda., a Universal Leaf Tabacos Ltda e a Industrial Boettcher de Tabacos.

que no ano da entrevista, havia optado por não renovar o contrato com a empresa para o ano seguinte: “Plantamos porque dava dinheiro e a gente não tinha maquinário. O fumo era mais fácil, não precisava de equipamento, mas não vamos plantar mais porque não tem gente suficiente pra trabalhar, e se contratar empregado não vai sobrar” (agricultor L).

Apesar das longas jornadas de trabalho, os agricultores entrevistados afirmaram que, de forma geral, estão obtendo o retorno esperado, com exceção de alguns anos, principalmente quando o clima não contribuiu para que colhessem um fumo de boa qualidade. Os agricultores afirmaram que, com a fumicultura, a vida da família tem melhorado em termos financeiros, associando essa condição ao maior poder aquisitivo e ao fato de poder “comprar mais coisas”, para proporcionar um conforto maior às famílias (carro, celular, eletrodomésticos, móveis, roupas, etc.).

5.4.1 O processo de produção do fumo

Para melhor entender e poder analisar o processo de integração desses produtores ao complexo agroindustrial, considerou-se interessante conhecer o processo de produção do fumo em seus diversos aspectos, das tarefas de produção à relação entre os produtores e a indústria, tanto do ponto de vista dos produtores como da indústria.

A seqüência das tarefas a serem realizadas na produção do fumo inicia pela assinatura de um contrato de integração, realizado entre o produtor e a empresa fumageira, anualmente, onde constam os compromissos de ambas as partes. Nesse contrato consta a variedade a ser utilizada, a área a ser plantada e a estimativa de produção. No contrato (anexo) a empresa se compromete a adquirir a produção e realizar seu transporte até a empresa sem ônus para o produtor, a dar assistência técnica gratuita e crédito de financiamento para a lavoura (fornecimento de insumos e equipamentos), amortizando o valor na ocasião da entrega e classificação do fumo. O produtor se compromete a entregar a quantidade de fumo acordada, utilizando somente insumos recomendados pela empresa, preencher e manter atualizada uma “Planilha de Controle de Colheita e Cura”, através da qual é feito o controle da colheita (número de varas, peso, número de estufadas, etc.), além de outras orientações. A etapa seguinte é a aquisição dos insumos e equipamentos necessários (adubo, lonas, sementes, cliques, bandejas de isopor, etc.) que têm seu

valor descontado do que o agricultor tem a receber pela venda do fumo à empresa. As empresas fumageiras prestam assistência regular durante todo o processo, dando orientação técnica e autorizando a compra de agrotóxicos. A aplicação de adubo químico nas lavouras de fumo, bem como de inseticidas, fungicidas, herbicidas e antibrotante, são feitas sob recomendação do técnico das empresas fumageiras. Após a aquisição dos insumos, o produtor prepara as mudas e a terra onde será plantado o fumo (adubação e correção do solo).

A semeadura é, geralmente, realizada nos meses de junho e julho. O sistema de produção de mudas utilizado é o “*floating*”, que consiste em semear o fumo em bandejas de isopor com células, utilizando o substrato fornecido pela empresa. Esse sistema permite maior aproveitamento de mudas e maior facilidade para a poda e transplante. As bandejas semeadas permanecem flutuando em piscinas feitas com lona preta, na qual é colocada a água, juntamente com os fertilizantes necessários, dosados com o uso de aplicadores específicos. Esse sistema utiliza dosagens menores de agrotóxicos, se comparado aos canteiros convencionais e permitiu o fim do uso do “*brometo de metila*”, gás com elevados índices de toxicidade, usado para a imunização dos canteiros.

A produção das mudas é feita em área próxima à casa do produtor, para facilitar o manejo, e a piscina é coberta com talagarça e plástico transparente (figura 7).



Figura 7 - produção de mudas de fumo
Fonte: imagem feita pela autora

As mudas ficam prontas para o transplante de 60 a 70 dias após o semeio, mas nesse período são realizadas de duas a três podas, com o objetivo de engrossar o caule e produzir mudas mais uniformes. Nos meses seguintes é feito o transplante das mudas, e logo após o transplante, as adubações de cobertura e aplicação de agrotóxicos. O espaçamento entre as mudas é de aproximadamente 1,20 x 0,45m, podendo variar, de acordo com a orientação técnica da empresa. Na localidade pesquisada, grande parte dos agricultores ainda usa o sistema convencional, envolvendo o preparo anual do solo (forma de condução que mais degrada o solo). O plantio direto é pouco usado, mas o “cultivo mínimo” – fase intermediária entre o sistema convencional e o plantio direto - vem se expandindo (figura 8).



Figura 8 - Produção de fumo usando a técnica do “cultivo mínimo”.
Fonte: imagem feita pela autora

É importante ressaltar que, tanto para o transplante, a adubação, a aplicação de agrotóxicos e a colheita, o clima é um fator fundamental, ou seja, para obter um fumo de boa qualidade o produtor depende das condições climáticas adequadas em cada período do processo produtivo.

Nos meses de novembro e dezembro, as principais atividades são o desponte²² e o desbrote. Após o desponte é aplicado o antibrotante. Esse período corresponde também ao início da colheita e secagem. A colheita é feita por etapas,

²² Retirada da floração em estágio inicial

começando pelo “baixeiro”.²³ Cada planta tem em média de 18 a 22 folhas. Depois de colhidas as folhas maduras, estas são costuradas em varas com o uso da tecedeira²⁴. Posteriormente, são levadas para a estufa, onde secam de 4 a 5 dias, período em o produtor precisar estar vigilante para manter a estufa com a temperatura e umidade ideal (figura 9).



Figura 9 - Varas de fumo prontas para ir para a estufa.
Fonte: imagem feita pela autora

Depois de terminada a colheita, são eliminadas as socas (caules) do fumo e na área é plantado milho ou aveia para adubação verde. Esse processo se repete até os meses de janeiro e fevereiro, porém, nesse período inicia a classificação do fumo. As folhas secas são separadas pela cor, tamanho, posição na planta e uniformidade (atualmente existem mais de 40 classes para o fumo Virgínia) e amarradas em manocas²⁵ compostas por folhas de mesma classe, sendo armazenadas em pilhas (cobertas) até serem enfardadas. Isso é feito dentro de um galpão que tem as fendas e frestas das paredes e do piso fechadas e forradas com lonas plásticas, permitindo um melhor controle da umidade. Depois da classificação, ocorre o enfardamento e etiquetagem dos fardos, de acordo com as classes, para serem entregues à indústria (figura 10).

²³ Folhas localizadas na parte inferior da planta.

²⁴ Outra técnica usada são os cliques de madeira com pregos (figura 9), que dispensam o uso da tecedeira e o cordão entre as folhas, economizando mão-de-obra e energia elétrica. Em duas das propriedades visitadas é usada também a estufa semi-automática, que dispensa esse processo, tendo como vantagem uma economia de tempo e trabalho.

²⁵ Molhos com aproximadamente 6 ou 7 folhas.



Figura 10 - Fardos de fumo prontos para a comercialização.
Fonte: imagem feita pela autora.

Durante todo o período de secagem do fumo há um grande consumo de madeira, e cabe ao produtor sua obtenção. Nas propriedades pesquisadas é usada, principalmente, a madeira de eucalipto, cujo plantio é incentivado pelas fumageiras, que fornecem as mudas. Assim, pelo menos nas propriedades pesquisadas, não se pode afirmar que a fumicultura é responsável pela destruição da mata nativa.

O técnico da empresa, também chamado de “orientador” ou “instrutor” do fumo, acompanha o processo como um todo, mas não tem como supervisionar todas as atividades. Na entrevista realizada com um dos técnicos da empresa Alliance One, este informou que orienta aproximadamente 150 UPF's e o período entre uma visita e outra chega a ser de dois meses (a não ser que seja requisitado pelo produtor). As suas atribuições vão além da orientação técnica (produção de mudas, instalação e condução da lavoura, colheita e classificação, uso do equipamento de proteção individual – EPI para o manejo com os agrotóxicos), pois cabe orientar os produtores familiares em relação ao uso do trabalho infantil e para que as crianças freqüentem a escola durante todo o período letivo.

Em geral, os agricultores afirmaram não ter dificuldades em se adaptar às exigências da empresa. A única reclamação é quanto à rigidez na limpeza (ausência de material estranho) do fumo seco a ser enviado para a empresa, pois a cada ano, crescem as exigências nesse sentido. O combate à presença de material estranho é cada vez maior em face da pressão dos clientes das empresas exportadoras, como observou este agricultor: “É difícil a limpeza, uma sujeirinha em um dos fardos é

motivo para reclamação” (agricultor B). Por isso, exige-se um rigor cada vez maior do produtor durante a classificação do fumo.

Outros, porém, não fazem questão de seguir as orientações dos técnicos da empresa, pois confiam mais no seu conhecimento empírico e utilizam suas próprias técnicas, como relatou este agricultor: “Eu espero ele [referindo-se ao técnico] ir embora e faço tudo do jeito que eu quero” (agricultor B). O mesmo ainda afirmou que “o instrutor é ‘puxa-saco’ da empresa”.

Por outro lado, a empresa faz críticas às atitudes de muitos produtores, como o uso do “recheio”, que consiste em colocar fumo de classe inferior no centro do fardo, ou outro material qualquer. Na visita feita a Alliance One (filial de Venâncio Aires), observou-se outros materiais retirados dos fardos, como pedras, arroz, brinquedos, etc. Além das impurezas comuns, como pedaços de plástico, papel, penas, capim, fiapos de tecido, entre outros. Na empresa há um controle muito rígido no que diz respeito a esse problema, e, nos casos mais graves, percebidos quando o fardo é aberto, a empresa manda o fumo de volta para o respectivo produtor. Para as impurezas que aparecem no decorrer do processo de limpeza, existe uma tabela para cada produtor: todos os materiais estranhos achados nos fardos de cada produtor são contados e pesados e o valor é anotado em sua respectiva ficha, sendo o peso descontado do total entregue. Dependendo da quantidade encontrada, o produtor recebe uma advertência, e se o problema persistir, a empresa deixa de adquirir o fumo daquele produtor. Para incentivar o produtor, foi criado pelo Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo) o programa “Fumo Limpo”, com distribuição de brindes e prêmios aos produtores que, sorteados, têm um de seus fardos abertos e auditados e neste não sejam encontrados materiais estranhos.

Quanto ao uso de agrotóxicos, o cultivo do fumo é uma atividade altamente dependente destes insumos no seu processo produtivo, devido aos padrões de qualidade do produto exigidos pelas empresas fumageiras. Seu uso excessivo contamina a água, o solo e, principalmente, as pessoas que manuseiam os produtos químicos, ou seja, os produtores de fumo. Destacam-se algumas iniciativas das empresas fumageiras para minimizar os impactos ambientais causados pelos agrotóxicos, como a distribuição de folhetos explicativos e cartazes sobre manejo integrado de pragas e doenças, tríplice lavagem de embalagens, aplicação correta de agrotóxicos e a distribuição de sacos para armazenagem e recolhimento de

embalagens que não podem ser lavadas. Apesar disso, observou-se que os agricultores não usam o EPI (Equipamento de Proteção Individual), ou usam somente parte dele, alegando que o seu uso é desconfortável. As embalagens de agrotóxicos são recolhidas pelas empresas nas próprias unidades de produção, sendo fundamental sua tríplice lavagem (plásticas, metálicas e de vidro) e o correto armazenamento e acondicionamento das não laváveis (sacos, embalagens com formulações oleosas ou secundárias) de acordo com a Lei Federal 9.974 de junho de 2000²⁶.

Perguntados sobre o que pensam em relação ao uso de agrotóxicos, a maioria dos produtores alega que estes são indispensáveis, mas que seria muito melhor se “não precisasse”. Nas famílias entrevistadas, houve apenas um caso de problema de saúde associado ao uso de agrotóxicos. Porém, os riscos de seu uso, em longo prazo, tanto para a saúde humana como para o ambiente, já são amplamente conhecidos.

O agrônomo entrevistado alegou que há, por parte da empresa, preocupação com o meio ambiente e com a saúde do produtor, e que o uso de agrotóxicos na produção do fumo tem diminuído nos últimos anos, ressaltando que a classe toxicológica usada no fumo é mais baixa do que a usada por muitos agricultores na produção de hortifrutigranjeiros, onde muitas vezes “a aplicação é feita num dia e no outro vai para a mesa do consumidor”.

5.4.2 A comercialização do fumo: relação entre produtor e indústria

Cada empresa tem seus próprios transportadores, e é este que combina com o produtor a data em que vai carregar seu fumo e a quantidade a ser levada, sendo o produto recolhido diretamente nas UPF's. Ao chegar à indústria fumageira, o fumo é descarregado e os fardos são colocados numa esteira (separados por produtor). Todos os fardos são novamente classificados por um profissional da empresa, através de uma manoca retirada e analisada em cada fardo. Essa nova classificação, muitas vezes, não corresponde àquela feita pelo produtor, gerando reclamações, pois nunca é para uma classe superior, mas sim inferior, acarretando diminuição no valor pago aos agricultores, os quais não têm como interferir neste processo.

²⁶ Disciplina a destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos determinando responsabilidades para o agricultor, o revendedor e para o fabricante.

Em seguida, todos os fardos e manocas são abertos e passam por um longo processo de retirada de impurezas. Através de esteira (com pequenas aberturas para que impurezas, como a areia, possam ser eliminadas), passam por várias técnicas para a retirada de material estranho, como sistemas de imãs, no qual ficam impurezas de metal, e outros, que retêm fiapos de tecido e penas de aves. Ao final desse processo, todas as folhas são novamente separadas, manualmente, por funcionários da empresa. A partir daí o processo é todo automatizado. As folhas são deixadas na umidade ideal e são separados os talos. Cada qualidade de fumo é processada separadamente, passando por sistemas de aquecimento, resfriamento, etc. No final as diferentes qualidades são novamente misturadas, porém, nas proporções exigidas por cada cliente da empresa.

O diretor de comercialização entrevistado deixou claro que a empresa precisa produzir o que o mercado quer, e que também a concorrência entre as empresas exportadoras do produto é cada vez maior. A empresa exporta praticamente toda produção, para todos os continentes, mas principalmente para a Europa. De acordo com o diretor da fumageira, há uma “auto-seleção no mundo dos negócios e o produtor tem que se enquadrar” (R.N., diretor de comercialização da Alliance One). Ainda, segundo o diretor, “a produção do fumo vai ser uma atividade cada vez mais seletiva, pois a empresa busca o ‘produtor consciente’, contínuo, que sabe evoluir”. Também, o engenheiro agrônomo entrevistado ressaltou a tendência da profissionalização do produtor na fumicultura. Segundo ele, não se cobra produtividade, mas qualidade. Para o mercado internacional, a qualidade química do fumo é muito importante. Assim, a prioridade maior, segundo ele, é adequar o grau de nicotina²⁷ ao que o cliente quer. Por isso, as exigências no processo de produção, uma vez que os fertilizantes utilizados, o plantio na época certa, entre tantos outros, são fatores que interferem no grau de nicotina do fumo.

Toda a equipe técnica que trabalha diretamente com os produtores recebe treinamento na sede da empresa. Esse treinamento, de acordo com o engenheiro agrônomo entrevistado, está completamente focado no fumicultor. Geralmente, o técnico é alguém que conhece a realidade dos agricultores com os quais vai trabalhar. No caso do técnico entrevistado, foi fundamental seu conhecimento prévio

²⁷ Alcalóide existente nas folhas de tabaco, líquido, incolor, com odor semelhante ao da piridina, venenoso. Fonte: nicotina. In: FERREIRA, Aurélio B. H. Dicionário Eletrônico Aurélio. Edit. Positivo, 2004.

sobre a fumicultura (por já ter sido agricultor) e, o fato de falar pomerano, além de conhecer as localidades nas quais iria atuar, o que aumentaria seu poder de convencimento no que se refere à adoção das orientações técnicas por parte dos agricultores.

Além da classificação do fumo, que, saindo da propriedade com uma classe definida recebe outra dada pela empresa (fazendo com que o registro da classificação, feito pelo produtor, sirva apenas para rastreamento em caso de má qualidade), os produtores também reclamam dos preços elevados pagos pelos insumos químicos. Houve também reclamações referentes a descontos feitos pelas empresas sem a discriminação do motivo e casos em que o peso do produto enviado, registrado pelo produtor, não conferia com o registrado pela empresa (que era menor), como mostra o depoimento de um produtor quando lhe foi perguntado sobre a relação entre produtor e empresa: “Por um lado, há exploração, descontam muito na entrega do produto, falta peso e eles não explicam porque é descontado, se é umidade ou o que é. Acho que já faltaram mais de 200 Kg” (agricultor N). Os produtores, porém, não vêem alternativas, uma vez que existe um contrato de venda com a empresa. Segundo uma agricultora,

a indústria não pensa no produtor, que pouco é valorizado. Faz muitas exigências e depois não valoriza os que trabalham direito. Na hora da compra o preço é o mesmo para todos, para o produtor que cuida e para aquele que não cuida, não segue as instruções. Mas, o produtor precisa da firma e a firma do produtor, então ambos tem que trabalhar juntos para dar certo (agricultora O).

5.4.3 Relações de produção na fumicultura: perspectivas em relação ao futuro da atividade

Nessa forma de produção, baseada na integração vertical do agricultor à indústria, a organização interna do trabalho sofre uma influência cada vez maior de fatores externos, de decisões realizadas pelas empresas capitalistas, baseadas no mercado global. Wanderley (1985) ressalta que essa é uma forma do capital industrial evitar o investimento na aquisição da propriedade da terra e controlar, “do exterior” a produção da matéria-prima agrícola que necessita para a indústria.

Os agricultores redefinem suas estratégias de reprodução social e econômica, incorporando os esforços do trabalho familiar em produtos que oferecem mais vantagens de preços no mercado, o que faz com que outros tenham sua

produção diminuída ou abandonada, porém, não anulando a produção para o autoconsumo.

Para compreender o processo de reprodução social desses agricultores que têm como atividade principal a cultura do fumo (sua principal fonte de renda), algumas vertentes teóricas têm como referencial sua natureza capitalista, vendo esse agricultor como um trabalhador para o capital ou um “assalariado”.

Esses agricultores conservam a propriedade dos meios de produção e organizam o trabalho com base na mão-de-obra familiar, sendo difícil, considerá-los como “proletários”, ou concordar com a teoria de um “assalariamento disfarçado” desses agricultores. A extração e a apropriação do sobretrabalho, gerado na unidade de produção, pelo capital agroindustrial, acontece ao nível da mercadoria produzida, uma vez que no preço pago pelo produto não estão incluídas as horas trabalhadas pelo grupo doméstico, confirmando-se, assim, as afirmações de Salamoni (2001) de que nos cálculos do custo da produção entram os itens adquiridos externamente, aos quais são atribuídos valores monetários (sementes, fertilizantes, equipamentos, financiamentos bancários, mão-de-obra contratada, etc.), sendo que, a força de trabalho familiar não é contabilizada nos custos, ou seja, o trabalho está contido no produto vendido, não sendo remunerado, demonstrando o processo de transferência de renda do produtor para as empresas fumageiras.

Para Tavares dos Santos (1978) é através das relações econômicas específicas, dos métodos usados pelo capital para “extorquir” sobretrabalho do produtor, que o capital subordina o trabalho agrícola.

O fato de serem proprietários da terra e nela trabalhar sem a utilização do trabalho assalariado, somente usando a força de trabalho familiar, não significa que, em parte, não haja a sujeição do trabalho ao capital, mas não na concepção marxista, a qual se refere à venda da força de trabalho, onde a matéria-prima é transformada em mercadoria através do trabalho e os meios de produção pertencem ao capitalista. Trata-se da própria produção de matéria-prima, cada vez mais controlada pelo capital. Este não precisa, necessariamente, ser proprietário dos meios de produção e comprar a força de trabalho do produtor, pois compra o produto. No caso dos produtores de fumo, há um contrato de compra e venda da produção, porém, a empresa fica liberada de cumprir o acordo de compra quando o processo de produção não foi conduzido de acordo com a orientação técnica e isso tenha influenciado o resultado final do produto.

No caso estudado, a relação de exploração também é verificada no preço estipulado pelo produto, uma vez que este está baseado na classificação do fumo, feita pela empresa, ou seja, no momento que a empresa realiza a compra, é descartada a classificação feita pelo produtor, sendo feita nova classificação pela empresa, geralmente para uma classe inferior. É uma forma de “driblar” o preço anteriormente acordado entre representantes das empresas e dos agricultores para a safra, ou seja, há uma escala de preços conforme a classe, mas no momento que é dada uma classificação inferior ao produto, a empresa compra o produto por um preço bem inferior. Segundo Liedke,

Trata-se de um processo de dominação do capital sobre a produção agrícola, através de um processo de concentração vertical, em que o setor industrial, controlando a produção e comercialização do fumo, determina os níveis de remuneração dos camponeses, segundo as suas necessidades e acumulação (LIEDKE, 1977, p. 19).

A indústria, ainda, os torna cada vez mais dependentes dos insumos que fornece, ditando as condições de produção. Assim, o crédito viabilizado pela agroindústria para a aquisição destes insumos também constitui um mecanismo para a subordinação dos fumicultores. Para Martins (1983), trata-se da sujeição da renda da terra ao capital, pela subordinação da produção e pela dependência estabelecida. Porém, é preciso lembrar que essa não é uma especificidade da produção familiar. No caso estudado, ditando as condições de produção, o capital exerce controle sobre o processo de trabalho, através do contrato entre trabalhadores e indústrias, mas, cabe ao produtor “gerenciar” todo o processo produtivo.

Entende-se que o processo de produção do fumo retira do produtor sua autonomia, pois este, para se manter nesse mercado, precisa se adequar às exigências da indústria, mas também não se pode afirmar que se trata de “agricultores especializados”. Estudos como o de Liedke (1977), defendem a existência de “um certo grau de especialização na produção de fumo” (Liedke, 1977, p. 67), que serve de matéria-prima às agroindústrias. O capital controla o processo de produção e comercialização. Os agricultores tomam as decisões, seguindo ou não as orientações técnicas, mas têm consciência que precisam fazê-lo, para conseguir uma produção de qualidade compatível à exigida pelo mercado industrial (os riscos de produção são de responsabilidade do produtor).

Assim, neste trabalho, esses agricultores integrados não são entendidos meramente como proprietários “formais” da terra e dos meios de produção ou como “empregados das indústrias”. Pelo fato de se dedicarem a um produto comercial não significa que deixaram de ser produtores simples de mercadorias. Embora essa produção esteja subordinada à agroindústria, o agricultor continua como proprietário dos meios de produção, gerenciando o processo de trabalho realizado pela própria família, em todas as etapas do processo de produção, da administração à execução.

Acrescenta-se que, os agricultores pesquisados têm na fumicultura a atividade principal, mas esses agricultores não praticam e nunca praticaram a monocultura comercial. Houve sim, uma redução na produção dos demais cultivos comerciais, devido ao uso intenso da força de trabalho exigido pela fumicultura e aos baixos preços pagos pelos demais produtos, o que não alterou a produção para o autoconsumo.

Para Lima (2007) trata-se de um caso em que a gestão patrimonial funciona como meio para atender às necessidades próprias e como fonte de renda. Entretanto, o fumicultor não se enquadraria na condição de empresário familiar. Para ele, o debate não pode ser restrito à suposta razão produtivista do agricultor familiar, em que o fim último, da mesma forma como os produtores capitalistas, seria o lucro. Para o autor, a realidade concreta desses agricultores desfaz essa visão, pois,

Na fumicultura, o trabalho e os meios materiais de produção, em vez de se organizarem pela razão do cálculo aquisitivo capitalista, requisitam longas jornadas que avançam à noite, em pelo menos 3 a 4 meses do ciclo anual da cultura, período em que culminam a colheita, cura e secagem das folhas (LIMA, 2007, p. 210-211).

Para Tedesco (apud Lima, 2007), as UPF's não podem ser vistas, apenas, como funcionais para a agroindústria, pois o sistema de integração é, simultaneamente, uma estratégia consciente de reprodução e sobrevivência familiar. Esse pressuposto foi confirmado pelos agricultores entrevistados na localidade de Harmonia I que destacaram a importância da fumicultura na geração de renda (diante da precariedade de alternativas para a maioria desses agricultores), e as vantagens oferecidas por esse sistema, principalmente, a garantia de comercialização do produto.

Por fim, cabe mencionar que, em 2003 foi elaborado projeto de lei para reduzir a área cultivada com fumo no Brasil, estabelecendo metas para a redução do

consumo e da oferta de tabaco no mundo, denominado de Convenção Quadro. Em 2005, este documento foi ratificado pelo Senado. Os produtores entrevistados não desconhecem essa perspectiva em relação ao futuro da atividade, porém, afirmam que é muito difícil outra cultura que, na pequena propriedade familiar, tenha o mesmo rendimento que o fumo. Perguntados sobre qual seria sua alternativa caso o fumo ficasse inviabilizado, a maioria respondeu não ter idéia, ressaltando que não teria outro produto que o substituísse.

Na entrevista realizada na empresa Alliance One, as informações obtidas não mostram impactos em curto prazo. Segundo o diretor de comercialização, não há tendência à diminuição da produção, mas admite que também não há expansão. O momento é de estabilidade e de especialização dos produtores. O técnico entrevistado afirmou que tem orientação da empresa para aumentar o número de produtores integrados, embora, de forma geral o número esteja diminuindo, pois, segundo ele, muitos têm abandonado a fumicultura por não dispor de mão-de-obra suficiente. Ainda segundo o técnico, a fumicultura mostra-se bastante competitiva no comércio exterior. Durante muito tempo isso levou a uma ampliação no número de unidades de explorações integradas, mas atualmente caminha em busca, não mais de aumento da produção, mas da qualidade da produção. Esse processo, no caso de haver redução da produção, poderá levar à seleção de agricultores mais aptos. Porém, segundo o técnico da empresa fumageira, enquanto existir mercado para essa matéria-prima, os agricultores continuarão sendo requisitados.

6 A LÓGICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NA LOCALIDADE DE HARMONIA I

Esse capítulo procura abordar alguns padrões culturais presentes entre os agricultores da localidade pesquisada, considerados elementos importantes na sua reprodução social, e que vêm a contribuir na compreensão da lógica familiar. Considera-se que algumas tradições culturais podem influenciar a organização das atividades produtivas, tanto no que se refere ao comportamento do agricultor, quanto nas suas decisões. Conforme Diniz (1984), a importância da tradição pode variar desde uma simples prática agrícola até um conjunto de elementos que podem caracterizar a posse da terra através da herança, afetar as relações de trabalho, criar hábitos comunitários e até mesmo orientar a agricultura para certos produtos. Assim, para explicar a organização espacial e a reprodução social da agricultura familiar é preciso também considerar fatores não econômicos, em alguns casos externos à unidade de produção, como as características comportamentais do grupo social no qual os mesmos estão inseridos.

Também as tradições agrícolas, de acordo com Diniz (1984), não devem deixar de ser consideradas, como se o agricultor não conhecesse técnicas de cultivo e precisasse adquirir conhecimento gerado fora do seu contexto de vida e de trabalho. Ele possui um aprendizado adquirido pela experiência, com base em observações e erros e para se manter nessa atividade desenvolveu e desenvolve diferentes estratégias de sobrevivência. Por isso, como observou Diniz (1984), é preciso “abandonar o campo rígido da pura explicação econômica, considerando o agricultor em sua totalidade” (DINIZ, 1984, p. 122).

Observa-se que, para os agricultores pesquisados, a rentabilidade comercial é o fator principal que os leva a cultivar determinado produto agrícola. Assim, a produção é sensível à flutuação de preços no mercado, porém, a especificidade está

no fato de se tratar de uma unidade produção e de consumo, onde o grupo doméstico precisa proporcionar “o necessário ao seu consumo através do produto do seu trabalho, seja diretamente, seja pela venda de produção e aquisição posterior dos bens que não produz” (GARCIA JR., 1989, p.116). Por isso, a incidência da flutuação dos preços não teria o mesmo efeito que no caso de empresas capitalistas. Cabe ressaltar que, no caso da agricultura familiar, apenas os produtos para o mercado é que estão submetidos à flutuação dos preços. “já que o trabalho neles materializado encontra seu significado mesmo na receita monetária que proporcionam” (GARCIA JR., 1989, p.117). Porém, os destinados para o autoconsumo seguem outra lógica, ligada à tradição e aos hábitos alimentares do grupo doméstico.

Percebem-se então, dois tipos de racionalidade, uma em que prevalece o cálculo econômico – os gastos com insumos, sementes, etc. e o preço de venda do produto, sendo sensível ao mercado. Outra, onde as decisões não estão relacionadas ao preço, onde o cálculo se limita à suficiência ou não dos produtos para o autoconsumo. É preciso observar que, no primeiro caso, tudo que é adquirido pelos agricultores é somado, todas as despesas são calculadas e o valor é confrontado com o valor obtido com a venda dos produtos, porém, não acrescentam nesse cálculo os dias de trabalho dos membros da unidade doméstica, mesmo desempenhando as mesmas atividades de um trabalhador assalariado.

Garcia (1989) observou quatro elementos decisivos na análise do comportamento dos agricultores que estudou: de um lado, a flutuação de preços e as condições técnicas de produção, de outro, a produção necessária para o autoconsumo e a disponibilidade de força de trabalho do grupo doméstico, representando a presença do balanço entre consumo e produção, como especificado por Chayanov (1974).

Esses elementos também foram observados entre os agricultores estudados nessa pesquisa, uma vez que o fumo, produto eminentemente comercial, é produzido somente pela sua rentabilidade econômica e porque não necessita do uso excessivo de máquinas e implementos, porém, é intensivo no uso da força de trabalho familiar. Ao lado desta produção de mercado os agricultores mantêm os produtos para o autoconsumo.

Esse comportamento nada tem de semelhante ao de uma empresa capitalista, no sentido dado por Marx (1986), ou seja, o capitalista compra matéria-

prima, meios de produção e força de trabalho para combiná-los na produção e obter a mercadoria que, vendida por um preço superior ao investido, irá proporcionar o lucro capitalista.

Nessa forma de produção, a família é a célula, o elemento-chave para explicar o processo de tomada de decisão por parte dos indivíduos no que se refere à produção, à alocação da força de trabalho, à utilização dos equipamentos, investimentos, etc. Ela é proprietária da terra e nela trabalha. É ela que decide como enfrentar as dificuldades, para garantir sua reprodução social, e diante dessa decisão, vai definir o grau de auto-exploração através de sua avaliação subjetiva, que vai regular e operacionalizar a unidade de produção agrícola. Mas o comportamento de cada família tem elementos próprios e suas escolhas, suas opções por uma ou outra estratégia, são mediadas ou influenciadas também por tabus, valores e pela tradição.

Como lembrou Woortmann (2004), a produção familiar para o autoconsumo não é só familiar pelo fato de usar a força de trabalho familiar, que se modifica ao longo do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, mas também porque cada família produz o que necessitam os variados membros da família.

No caso dos agricultores familiares estudados, a produção para o autoconsumo é uma referência permanente. Os produtos podem vir da produção direta do grupo doméstico ou da venda de alguns produtos para a aquisição posterior do necessário, que não é produzido pela família. Essas necessidades não se referem somente à alimentação do grupo, mas a tudo o que é necessário para a reprodução social e econômica do grupo, como máquinas, implementos, sementes, combustível, etc., bem como a alimentação do rebanho animal utilizado como fonte de renda (leite, carne), consumo doméstico ou como tração nas atividades agrícolas. Essas necessidades não são mais as mínimas vitais para sua reprodução, mas esse agricultor, inserido na sociedade moderna, busca também um conjunto complexo de bens materiais e culturais, ou seja, são necessidades socialmente determinadas.

Não se pode negar que a fomicultura é importante na viabilização dessas UPF's, mas também é importante para os agricultores, a diversificação da produção, principalmente para o autoconsumo. Desde que o fumo ultrapassou em valor comercial os demais produtos, a estratégia de reprodução social dessas famílias se orientam pela manutenção dessa atividade mercantil aliada, principalmente, à produção para o autoconsumo. Trata-se da dinâmica de funcionamento da UPF,

embasada, segundo Lamarche (1993), na memória que guardam de sua história (peso da tradição) e as ambições que têm para o futuro. Para Seyferth (1990), o fato de continuarem produzindo para o autoconsumo, aliado à criação de animais, mesmo tendo um produto comercial como principal fonte de renda, é explicado pela presença do “ethos camponês”, de uma racionalidade vinculada às tradições culturais dos produtores, aos valores herdados dos antepassados que condicionam a organização interna da unidade produtiva.

Podemos, então, afirmar que, o cultivo de produtos, tanto para o autoconsumo como para a comercialização, fazem parte da lógica de produção e reprodução social desses agricultores, assim como a auto-exploração da força de trabalho familiar, pois é através da organização interna das UPF's, que a família vai buscar as respostas às suas necessidades. As relações de trabalho específicas, baseadas no grupo doméstico, são um traço fundamental nessa forma de produção. De acordo com Schneider (2005), o funcionamento e a viabilidade dessa forma de produção ao longo do tempo, só podem ser compreendidos através da articulação entre o grupo doméstico e modo específico deste organizar e executar os processos de produção.

Entre os agricultores pesquisados, independentemente do tipo de atividade produtiva, toda força de trabalho familiar é utilizada, o que implica numa lógica que orienta o trabalho e a forma de produzir, um modo de agir que segundo Schneider (2005) implica, também, representações sobre o significado do trabalho para essas famílias, ou seja, “uma cultura do trabalho”. Todos os membros que compõem a unidade doméstica são responsáveis pela sua viabilização econômica e sua reprodução enquanto agricultores familiares e todos trabalham com o objetivo de manter o patrimônio familiar. Essa lógica de trabalho, entre os agricultores pesquisados, é de intensificação das jornadas de trabalho e utilização do máximo de membros disponíveis na família, não só para garantir sua reprodução social, mas também como um traço cultural desses agricultores para os quais o trabalho tem um significado moral. A vida desses agricultores está ligada ao seu trabalho e o seu trabalho é o que eles produzem.

Além disso, a atividade dos agricultores exige uma relação específica com a terra/natureza, um “saber” que aprendem na prática. O calendário das atividades agrícolas a serem desempenhadas e o resultado do seu trabalho ainda dependem da natureza, da regularidade das chuvas (contrastando com a atividade industrial).

As tarefas a serem desempenhas dependem do tempo, não só do esforço humano. Por isso, o agricultor não faz planejamentos de suas atividades diárias, como destacou Garcia Jr. (1989)

ele não controla o que fará amanhã, ou depois de amanhã, porque ele não pode saber antecipadamente a evolução exata das plantas da sua *agricultura*.[...] o que ele tem de controlar a cada dia, a cada momento do dia, é o que acontece com a sua *agricultura*. É esta observação continuada e renovada que permite decidir “o que fazer” a cada momento. Este controle [...] é tão decisivo quanto o desempenho das tarefas que cada momento do ciclo agrícola requer (GARCIA JR., 1989 p.107-108).

Assim, é geralmente de manhã, na hora do café, com a família reunida, que os agricultores entrevistados decidem as tarefas a serem realizadas durante aquele dia.

A reciprocidade entre esses agricultores ainda é acentuada. Ajuda-se vizinhos ou parentes, sempre que solicitarem. Mas, na expectativa de que tudo será compensado. Quem recebeu ajuda ou um favor sente-se na obrigação de retribuí-lo de alguma forma. Na produção agrícola ainda fazem uso da “troca de dias”, caso a força de trabalho disponível no grupo familiar seja insuficiente para a realização de determinadas atividades, geralmente em período de safra, embora na produção de fumo tenha se tornado mais comum o pagamento de diária na forma monetária. Formas de solidariedade, como a ajuda mútua, permanecem, principalmente, entre grupos com laços de parentesco e vizinhos, fazendo parte dos valores morais deste grupo social.

Porém, o argumento de Chayanov (1974), segundo o qual a produção camponesa se ampliaria ou contrairia segundo o número de trabalhadores e consumidores presentes na unidade doméstica, nem sempre pode ser aplicado onde existe a propriedade privada da terra, onde a produção não pode ser estendida devido à limitação da área da unidade de produção. Neste caso, alguns membros da família seriam obrigados a vender sua força de trabalho ou então migrar. Garcia Jr. (1989) vê um paradoxo no que se refere à noção de ciclo de vida da unidade doméstica e suas repercussões na variação da produção, em casos de propriedade privada da terra. Para o autor,

A existência de muitos filhos, sobretudo de homens, permite à unidade doméstica crescer a sua produção e portanto acumular recursos, mas isto não garante que na geração seguinte a própria existência de muitos “herdeiros” não pulverize o patrimônio obtido anteriormente (GARCIA JR., 1989, p.149)

Para os agricultores familiares pesquisados, a terra é um requisito para a reprodução da sua condição e a passagem da terra para as gerações seguintes é um de seus processos básicos, relacionado ao que Woortmann (1995) chama de “regras de herança”, explicando, assim, a reprodução da agricultura familiar pelo seu sistema de parentesco.

6.1 A sucessão hereditária nas propriedades pesquisadas

O processo de sucessão hereditária tem como base a tradição e as diferentes lógicas de cada grupo social, o que segundo Carneiro (2001) requer a compreensão dos diferentes significados do patrimônio da terra em cada contexto social e cultural. Segundo Carneiro (2001, p. 22), “embora a herança seja baseada na noção de consangüinidade, as regras costumeiras não reconhecem os mesmos direitos para todos os filhos.” Na visão da autora, para compreender as regras de transmissão do patrimônio fundiário deve se levar em conta as diferenças entre os gêneros, reconhecendo os distintos papéis reservados a homens e mulheres na dinâmica de reprodução social.

A autora também lembra que as formas de transmissão do patrimônio mudam de acordo com o contexto histórico, econômico, geográfico, etc. Assim, diferentes lógicas reprodutivas constituem-se em diferentes práticas, numa diversidade de soluções possíveis, “fruto não apenas de diferentes tradições mas, sobretudo, de diferentes sistemas de reprodução cultural, social e econômica” (CARNEIRO, 1991, p.22). As decisões relativas à transmissão da herança podem conduzir à fragmentação do patrimônio familiar e à inviabilidade da manutenção da UPF ou atuar no sentido de favorecer a integridade do patrimônio. Para Carneiro,

No Brasil, apesar do Código Civil estabelecer a igualdade de condições entre todos os filhos no que se refere ao direito sobre a herança, as regras culturais (os códigos costumeiros) modificam a lei de acordo com os “interesses” de um ator coletivo — a família —, que se impõe aos interesses individuais. Esta prática torna-se realidade principalmente quando o que está em jogo é a manutenção da integridade do patrimônio como condição para o funcionamento da unidade de produção, e para a reprodução de uma identidade social sustentada na propriedade fundiária e no trabalho agrícola (CARNEIRO, 2001, p.23-24).

Na localidade pesquisada não existe uma rigidez de regras no diz respeito à sucessão hereditária e ao processo de herança, mas múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições de cada família, ou seja, com os instrumentos

de negociação ou de compensação disponíveis. A transmissão da herança (no caso de mais de um filho) é geralmente feita a um dos filhos, o sucessor, apenas quando os pais já não podem mais trabalhar. Os demais podem herdar parcelas menores da propriedade ou serem indenizados. Quando na herança são contemplados mais de um herdeiro, geralmente, o que fica administrando a propriedade compra a parte dos demais, que podem adquirir outra propriedade, mantendo-se como proprietários. A mulher, geralmente, não herda terras, pois constituirá uma nova família. Mesmo nos casos de partilha por inventário, a parte das herdeiras costuma ser repassada para um dos irmãos por meio de compra.

O fracionamento da UPF é uma situação pouco comum, ou seja, mesmo que legalmente tenha mais de um proprietário, a terra é trabalhada como uma unidade de produção. Entre os agricultores pesquisados foram encontrados vários casos em que parte da terra pertence à geração mais velha e parte à geração mais nova (um dos filhos casados ou o genro) que residem e trabalham juntos. São casos em que o proprietário doou em vida parte de sua terra a um dos filhos ou netos, membros do grupo doméstico, em troca de seu comprometimento em administrar a propriedade e cuidar dos pais (ou avós) na velhice. Mas, é importante salientar que, apenas juridicamente essas terras foram fracionadas, na prática, são trabalhadas em conjunto, como um todo e por todos os membros do grupo doméstico, ou seja, não há áreas cultivadas que pertençam a um ou outro casal. Quando por ocasião das entrevistas foi-lhes perguntado a área de sua propriedade, respondiam a área total e não a área individual, mostrando que se trata do patrimônio da família, ou seja, a propriedade é entendida como patrimônio coletivo. Nesse sentido, como patrimônio familiar, muitas UPF's conservam seu tamanho original, ou seja, de quando foram compradas pelos primeiros imigrantes. Essa é uma das estratégias adotadas por esses agricultores para evitar que, por meio do fracionamento do patrimônio, sua reprodução se tornasse inviável, e para que as "regras de herança" fossem respeitadas.

Essa situação é o oposto de outros casos citados pela literatura, onde o filho, por ocasião do casamento, recebe parcela da terra para trabalhar, havendo duas UPF's, mas juridicamente apenas um proprietário (o pai). Tal situação não foi observada entre os agricultores estudados, pois quando ocorre o casamento de um dos filhos, e este continua morando e trabalhando na propriedade do pai, não recebe uma parcela de terra dentro da propriedade (com exceção da situação anteriormente

citada), mas todo o trabalho é realizado de forma conjunta e todas as despesas e ingressos provenientes da produção são divididos entre ambos. No caso de haver filhos ou filhas solteiras, estes não são incluídos nesses cálculos, mesmo que representem força de trabalho importante na produção. Assim o casamento, além de fazer parte dos projetos familiares, representa uma etapa importante na vida desses jovens, pois representa a sua independência financeira em relação aos pais.²⁸

Outra situação, porém menos comum entre os agricultores, é a divisão entre herdeiros a partir da morte do proprietário, pela qual, juridicamente, todos os filhos e filhas têm o mesmo direito à terra, incluindo a mulher (viúva). Nesses casos, observou-se que o filho casado que mora na propriedade e sempre trabalhou junto ao pai é que fica administrando a propriedade e compra a parte dos irmãos (nem sempre esse processo se dá sem conflitos). Essa acaba sendo a única forma da mulher ser proprietária da terra, pois nos demais casos, mesmo quando lhe é de direito receber parte da terra, esta passa de seu pai para seu marido, e do marido para o filho. Neste sentido, de acordo com Carneiro no estudo realizado em Nova Pádua - RS, a esposa é triplamente excluída da herança,

Inicialmente, porque ela não é descendente do proprietário (o marido), depois porque o seu trabalho na lavoura familiar era visto como "ajuda" inerente ao desempenho do seu papel de esposa e, finalmente, porque ela não era tida como capacitada socialmente para exercer o papel de chefe da unidade produtiva. Assim, a terra parte diretamente das mãos do marido para as dos filhos (CARNEIRO, 2001, p.35)

Essa afirmação não é totalmente verdadeira entre os agricultores pesquisados, pois as mulheres participam das decisões e não são poucos os casos em que gerenciam a unidade produtiva. Em pelo menos três das UPF's pesquisadas são elas que tomam todas as decisões, inclusive as relacionadas à produção agrícola, administram os bens, calculam as despesas, além de terem sob sua responsabilidade os afazeres domésticos. Reconhece-se o trabalho feminino na lavoura, em condições semelhantes ao do homem, mas perante a sociedade, a posição de chefe da unidade produtiva cabe ao homem, mesmo quando a mulher assume essa função no cotidiano.

²⁸ Cabe destacar que, diferente do que foi observado por Woortmann (1995) em seus estudos sobre os colonos alemães no sul e os sítiantes do nordeste, entre os agricultores pesquisados, descendentes de pomeranos, o casamento entre jovens com um grau de parentesco é considerado imoral.

No que se refere à escolha do sucessor, não há um padrão estabelecido (primogenitura ou ultimogenitura) entre esses agricultores. A sucessão vai variar em função do interesse que os demais irmãos do gênero masculino tenham sobre a terra. Aquele que ficar morando e trabalhando na casa dos pais se dispondendo a cuidá-los na sua velhice, é que vai herdar a terra.²⁹ Porém, essa decisão é tomada conforme o contexto, conforme a composição da própria família e daquelas com as quais vai ocorrer o matrimônio. Por exemplo, se um dos filhos se casar com uma moça que é filha única, este obrigatoriamente vai deixar a propriedade do pai e vai morar com o sogro. Em último caso, quando há vários filhos em ambas as famílias, e estas não têm condições financeiras de comprar mais terras, o novo casal decide com qual família vai morar, pelo menos, até conseguirem comprar sua própria terra. Quando se trata do sucessor, a mulher vai morar com o marido na casa do sogro, submetendo-se à autoridade deste. Assim, o processo de herança não é constituído por regras fixas, mas sim, de acordo com as características de cada grupo familiar.

Entre as gerações mais velhas, quando o número de filhos era muito maior, o mais comum era que o herdeiro fosse o último a casar³⁰ e que, de acordo com os padrões culturais, deveria ser o filho mais novo. Os que deixavam a família, nem sempre recebiam ajuda financeira (entre as mulheres era comum levarem algumas vacas e o enxoval composto de roupas de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, máquina de costura, dependendo dos recursos da família).

Durante muitas gerações, a reprodução social destas famílias baseou-se num sistema que produzia herdeiros e deserdados e, atualmente, como observou Carneiro (2001, p. 28), “as contradições entre o peso do ‘valor família’ (um coletivo que se impõe aos interesses particulares dos seus membros) e o indivíduo (um valor da sociedade moderna, foco da realização pessoal)” tem representado uma ameaça para a reprodução desse sistema.

Atualmente, os casais têm poucos filhos, dos quais um número cada vez maior abandona a atividade agrícola, o que pode gerar o problema oposto: a falta de sucessor. Esse fato já é realidade em uma UPF’s pesquisadas.

²⁹ Essa regra foi observada por Woortmann (1995) no seu estudo sobre herança entre colonos de origem alemã. A autora observou que a herança é “conquistada” através do trabalho e não simplesmente dada pela descendência.

³⁰ Willems (1946) destacou a diferença na sucessão entre famílias católicas, onde o filho primogênito herdava a propriedade e famílias protestantes nas quais era o filho mais novo que recebia a propriedade indivisa.

Para muitos jovens, principalmente as moças, o trabalho na agricultura e o papel da esposa tradicional, se tornam cada vez menos atraentes. Carneiro (2001) ressalta que, os valores que eram fundados na identidade familiar e na etnicidade e ofereciam resistência ao processo de individuação no interior da família, vêm se transformando e observou, em seus estudos, que se trata de um processo contraditório, pois, ao mesmo tempo que se desenvolvem projetos individuais, ainda prevalecem os valores que reforçam o sentimento de pertença à família e à localidade.

Woortmann (1995) também observa uma desestruturação do “coletivismo interno” das famílias, que resiste cada vez menos à imposição de projetos de vida individuais em detrimento dos interesses globais da família. A autora cita o fato de que só com o casamento os filhos passam a ter participação nas decisões e na renda familiar, sendo considerados aptos a desempenhar as responsabilidades de um chefe de família. Nas palavras da autora,

se antes se expulsava filhos para concentrar a terra no sucessor, hoje o problema é, cada vez mais, reter um sucessor. A família se torna um foco de tensões, cada vez maior, à medida que a “menoridade adulta” deixa de ser aceita pacificamente, e à medida que o pai passa a ser percebido como um “patrão” (WOORTMANN, 1995, p.196)

Assim, a passagem da terra para as gerações seguintes é um processo importante na reprodução da agricultura familiar. A disponibilidade ou não de terras e a existência de “excluídos” vai influenciar ou orientar estes para projetos individuais, pois nem sempre os filhos se dispõem a continuar trabalhando junto à família sabendo que não herdarão a terra.

6.2 A valorização da terra e da vida no campo: as perspectivas dos agricultores familiares

Uma observação importante na pesquisa de campo é a importância (para o chefe de família) de ter um herdeiro para a continuação da atividade, possibilidade que se manifesta nas famílias cujos filhos moram e trabalham na propriedade. Os agricultores residentes na localidade, na sua maioria, descendentes de agricultores que lá chegaram há quase 150 anos, sempre viveram uma vida totalmente ligada à agricultura. Os filhos, desde pequenos, auxiliam os pais, nos serviços ligados à

lavoura, e os pais entrevistados manifestaram o desejo de que seus filhos seguissem na profissão.

Para estes agricultores, a terra não é somente um meio de produção. A propriedade da terra significa ter autonomia frente à sociedade ou nas suas palavras, não ter “um patrão”, decidir sobre o seu próprio trabalho. A terra não é somente seu maior patrimônio, mas parte do seu “modo de vida” e fonte do seu sustento, como disse essa agricultora: “É dela que a gente vive” (agricultora O).

Sendo a terra o maior patrimônio da família, a maior preocupação do agricultor está na sua manutenção, bem como, na manutenção do seu “modo de vida”, ou seja, a importância que esses produtores dão à propriedade da terra está diretamente ligada à continuidade da reprodução do patrimônio familiar e do próprio grupo.

Perguntados sobre se venderiam a terra e em que casos, alguns responderam que venderiam caso não tivessem sucessor ou não pudessem mais se sustentar pela atividade agrícola, ou ainda “se ninguém da família pudesse mais trabalhar” (agricultora O), mas a maioria respondeu que não venderia a terra em caso nenhum, como pode se observar nessa resposta: “Não, em caso nenhum, não tem dinheiro que pague. É um sonho realizado” (agricultora N).

Os traços do “ethos camponês” são também observados no valor que atribuem à vida no campo. Os entrevistados afirmam que a vida no campo é melhor para morar, para o lazer e até para estudar e preferiam que seus filhos vivessem no campo e não na cidade. Para eles, as vantagens da vida citadina consistem em mais oportunidades no estudo, facilidade para fazer compras, para cuidados médicos, como se observa nesse depoimento: “não tem remédio aqui, tem que ir para a cidade comprar” (agricultor N), pois não há nenhuma farmácia na localidade nem nas proximidades. Para outros, a vida na cidade é melhor “só para quem tem emprego e ganha bem” (agricultora O). Outro agricultor afirmou que “na cidade tem mais contatos, mais pessoas para conversar, aqui é de casa para a lavoura e da lavoura para casa” (agricultor K). Nenhum dos entrevistados afirmou que a vida na cidade é melhor. As vantagens da vida no campo podem ser observadas nos seguintes depoimentos: “A vida no campo é mais difícil, mas é melhor, se apanha fruta no pé e é tudo natural” (agricultor N); “Na colônia³¹ se vive tranquilo, se trabalha

³¹ O termo colônia é usado para designar a área rural em oposição à cidade.

quando quer, não tem horário a cumprir” (agricultora O); “se conhece mais as pessoas” (agricultor J).

Por outro lado, manifestaram suas preocupações em relação ao aumento da violência e de furtos no campo, inclusive na localidade pesquisada. Com os altos preços dos agrotóxicos usados na fumicultura, estes têm sido alvo de furtos, o que faz com que o agricultor tenha que escondê-los ou trancá-los nos galpões com cadeado. Há casos em que o próprio fumo seco e enfardado foi furtado de dentro do galpão, o que está levando os agricultores a adotarem sistemas de alarme. O agricultor se sente cada vez mais inseguro, pois não tem a quem recorrer.

Perguntados sobre o que pensam sobre a situação atual dos agricultores familiares, destacaram que a maioria dos produtos agrícolas tem preço muito baixo e os insumos que necessitam são muito caros e que para “viver bem não podem se endividar”, como podemos observar nos depoimentos: “Tá difícil, tem que ter mais preços, mais créditos para plantar. O que temos para comprar é muito caro” (agricultor N); “Piorou para o agricultor, não têm do que sobreviver senão o fumo” (agricultor J). Para os entrevistados o futuro da agricultura familiar depende dos próprios agricultores e do governo. Eles esperam melhores preços, que o governo incentive a produção agrícola e ofereça mais financiamentos. Segundo eles, devido ao preço dos insumos “tem que se cuidar para não se endividar”.

Mesmo assim, se mantêm agricultores porque é “o que sabem fazer e o que gostam”, como se observa nos seguintes depoimentos: “É o que eu sei fazer. Não tenho estudo e na cidade não teria emprego. Eu gosto da natureza e acredito na produção” (agricultor L); “Gosto de fazer o que faço” (agricultora O). Entre os jovens, pelo menos entre os rapazes, destaca-se uma importante aspiração de continuidade na agricultura familiar.

Muitas vezes os agricultores familiares são forçados a se ajustar às mudanças para se reproduzir enquanto tal. Trata-se de um grupo que, de acordo com Marques (2004), só pode ser compreendido a partir de sua inserção na sociedade como um todo. Porém, a capacidade de se adaptarem a situações diversas que lhe são impostas e a flexibilidade de optar por alternativas para garantir sua reprodução social, está no fato de serem proprietários dos seus meios de produção e terem uma organização interna própria, baseada na força de trabalho familiar. Condição que, entre os agricultores pesquisados, viabiliza a reprodução de sua condição de agricultores e também de fumicultores.

Assim, as concepções teóricas de Chayanov mostram-se importantes, para explicar as potencialidades da agricultura familiar e o esforço dos agricultores para reproduzi-la. A unidade produtiva, como afirma Salamoni (2000, p. 103), “representa um espaço de relações, organizado internamente a partir de três dimensões do grupo familiar: a dimensão da produção, a do consumo e a do seu ‘modo de vida’”. Assim, dimensões relacionadas aos costumes e tradições estão presentes na organização da vida familiar e na lógica desses agricultores, ajudando a explicar sua permanência, pois,

Mais do que atingir um nível de equilíbrio econômico, o que os colonos objetivam é a produção de um ‘modo de vida’ personificado no conjunto de relações estabelecidas com a terra que constitui no sustentáculo e no referencial de suas tradições culturais. (SACCO DOS ANJOS, 1995, p.138)

Para entender a forma específica que a produção familiar assume, segundo Wanderley (1988), é preciso entendê-la como um espaço para a realização de um projeto de autonomia da família que consiste na constituição de um patrimônio (condição da reprodução social da família, cujo elemento central é a propriedade da terra, mas incorpora também as benfeitorias e os meios de trabalho) e numa certa forma de trabalhar que a autora define como “projeto camponês”, ou seja “trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence” (WANDERLEY, 1988, p.76), Enfim, são estratégias que visam suas possibilidades de reprodução nas gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem qualquer pretensão conclusiva, trata-se de fazer algumas reflexões sobre as questões tratadas e contribuições teóricas que iluminam a compreensão do problema de pesquisa proposto. Apesar de todas as dificuldades e transformações ocorridas na agricultura nas últimas décadas, a agricultura familiar sobrevive, adapta-se e mantém um caráter próprio de organização no interior da unidade produtiva, mostrando que é um segmento importante e fundamental para o país, não apenas por abastecer o mercado com sua produção de alimentos, mas também para a reprodução ampliada do capital agroindustrial, que se desenvolve pela exploração dos produtores. Se a produção familiar permaneceu como uma categoria importante na estrutura social é porque possui uma inegável capacidade de adaptação a diferentes conjunturas políticas, econômicas e técnicas.

A integração aos complexos agroindustriais, por meio da fomicultura foi uma alternativa que esses agricultores encontraram para garantir a reprodução do grupo familiar. Essa relação, estabelecida mediante contratos de integração vertical, obriga estes a organizarem sua produção de acordo com as exigências do mercado, A indústria os torna cada vez mais dependentes dos insumos (máquinas, fertilizantes, sementes, etc.) que fornece, ditando as condições de produção, cuja utilização é assumida pelos agricultores através de contratos formais. Essa relação de subordinação dos agricultores à indústria trouxe impactos na vida dos produtores e suas famílias, não só de ordem econômica. São transformações na própria organização interna das unidades de produção, na divisão do trabalho, na intensidade da auto-exploração, etc. Principalmente, porque na fomicultura a família desempenha um papel imprescindível na organização do trabalho. Os agricultores que sempre usaram técnicas geridas pela tradição, passadas de geração em geração, cada vez mais se integram aos modelos e técnicas criados pela indústria.

O sistema integrado interferiu internamente nas UPF's diminuindo ou eliminando a produção de produtos comerciais paralelos ao fumo, mas sem afetar a produção para o autoconsumo.

A relação com o capital agroindustrial não significa que a conduta dos produtores familiares se fundamenta, unicamente, por critérios econômicos, ou seja, as decisões referentes à unidade de produção não são tomadas visando unicamente a rentabilidade, existindo muitas outras particularidades, que vão dar sentido à reprodução social de cada grupo, elementos sócio-culturais que dizem respeito a um "modo de vida" que tem na relação com a terra seu referencial.

A lógica desses agricultores continua vinculada a tradições, costumes e valores passados de geração em geração, sendo estes aspectos importantes para explicar a especificidade do trabalho familiar e a própria permanência deste tipo de produção na agricultura. Nesse sentido, observou-se que os agricultores pesquisados mantêm estratégias específicas para a perpetuação do patrimônio da terra e da sua própria condição social. Na localidade, também são fortes os laços de parentesco e vizinhança, e podem ser observadas relações de trabalho, baseadas na "ajuda mútua", e relações sociais baseadas na reciprocidade e na confiança, frutos de uma coesão social que é resultado de suas particularidades históricas, culturais e socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992. 275p.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimdo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, n°1, p.66-83,1986.

BECKER, HOWARD S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999. (p.117-133).

BRUYNE, Paul de et al. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Alves, 1977. 251 p.

CALDAS, Pedro, H. A colonização em São Lourenço. **O Lourenciano**, São Lourenço do Sul, 26 nov. 2007. Editorial, p.6.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 22–57, 2001.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1974. p. 1-132.

COARACY, Vivaldo. **A Colônia de São Lourenço do Sul e seu Fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: Saraiva, 1857. 161 p.

CUNHA, Jorge L. da. **Os colonos alemães e a fomicultura**: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849 - 1881. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991. 184p.

DINIZ, José A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984. 278 p.

ETGES, Virgínia E. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991. 209 p.

FAÕINCRA. **Diretrizes da Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAÕINCRA, 1994. 174 p.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Universidade de Brasília, 1989. 285 p.

GOODMAN, Leo. Snowball sampling. **Annals of Mathematical Statistics**, v. 32, 148-170, 1961.

HAMMES, Wallney. 150 anos depois. **O Lourenciano**, São Lourenço do Sul, 18 jan. 2008. Editorial, p.6.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estatísticas Cadastrais Municipais - vol I, 1998**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0362901015.txt>>. Acesso em 20 de maio de 2008.

ITEPA – Instituto técnico de pesquisa e assessoria. **Banco de Dados da Zona Sul-RS**. Boletim informativo nº 13/2002. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 43 – 49.

_____. **Banco de Dados da Zona Sul- RS**. Boletim informativo nº 16/2005 Pelotas: EDUCAT, 2005. p. 35-42.

_____. **Banco de Dados da Zona Sul- RS**. Boletim informativo nº 17/2006. Pelotas: EDUCAT, 2006. p.35 – 51.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia** . Porto Alegre, v. 6, p. 51 - 75, 1994.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica, 1998. 586 p.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tomo I. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, A. et al. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p.9-46.

LÊNIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985, (VII-121).

LIEDKE, Elida R. **Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul**. 1977. 130 f. Dissertação (Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília) - Universidade de Brasília, Brasília. 1977.

LIMA, Ronaldo Guedes de Lima. Desenvolvimento e relações de trabalho na agricultura sul-brasileira. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 190-225, 2007.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A.U. de; MARQUES, M.I.M. (orgs). **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 29-85.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1983. p.151-177.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. 157 p.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1986. 138 p.

_____. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1974. p. 107-263.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 268 p.

MORAES, Carlos de Souza. **O colono alemão** – uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981. 160 p.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986. 78p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura Brasileira: Desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. K. et al. (orgs). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 280-306.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo:Contexto,1991. 164 p.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U. de; MARQUES, M.I.M. (orgs). **O campo no século XXI:** Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 29-85.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1990. 88 p.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.(vol. I e II). 806 p.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **A Agricultura Familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC).** Pelotas: Ed. Universitária, 1995. 170 p.

_____. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil.** Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de pelotas. **História em Revista**, Pelotas: UFPel, v. 7, n.1, p. 25-42, 2001.

_____. **Produção Familiar:** Possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS. 2000. 331f. (Tese de Doutorado em Geografia) Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2000.

_____. **Valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul.** Pelotas-RS: Ed. Universitária, 1995. 81 p.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 16, p. 164-184, 2001.

_____. O Trabalho Infantil no Ramo Agrícola Brasileiro: uma apreciação do estudo da OIT. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG/RS**, nº 01, p.8-31, 2005.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: Mauch, C; Vasconcellos, N. (org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. P.11 – 27.

_____. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. 103 p.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/Minist. Desen. Agrário, 2001. 102 p.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978. 182p.

TRIVINÕS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 25, n.2 e 3, p. 37-68, 1995.

_____. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos Difusão de Tecnologia**. Brasília, v. 2, n. 1, p. 13-79, 1985.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

_____. **Trajetória social e projeto de autonomia**: os produtores familiares de algodão na região de campinas, São Paulo. Campinas: UNICAMP, 1988. 163 p.

WILLEMS, E. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946. 609 p.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p.13-87.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: HUCITEC, 1995. 336 p.

APÊNDICE – Questionário utilizado nas entrevistas

1. Idade e escolaridade dos membros da família:

Sexo		Idade/Escolaridade						Sexo		Idade/Escolaridade					
H	M	0-15	16-25	26-35	36-55	56-75	>75	H	M	0-15	16-25	26-35	36-55	56-75	>75

H – Homens M - Mulheres

2. Como adquiriu suas terras?

herança	parte herança/parte compra	compra	
---------	----------------------------	--------	--

3. Na propriedade quais são as tarefas...

- a) dos homens
- b) das mulheres
- c) dos idosos
- d) das crianças

4. Algum membro da família presta serviços em outra propriedade? Em caso positivo - Qual trabalho? Como é remunerado?

Dinheiro	
Parte da produção	
Ajuda mútua	
Outra: _____	

5. Recebe algum tipo de ajuda temporária ou permanente? Em caso positivo - Qual trabalho? Como é remunerado?

Dinheiro	
Parte da produção	
Ajuda mútua	
Outra: _____	

6. Participa de alguma associação ou cooperativa? Qual?

7. Aproximadamente, quantas horas trabalha por dia (em época de colheita e não colheita do fumo). E antes de plantar fumo quantas trabalhava?

Antes:	Colheita:	Não-colheita:
--------	-----------	---------------

8. Como é formada a renda na propriedade?

Venda de produtos agrícolas	
Venda de produção pecuária (e derivados)	
Venda de produtos artesanais (quais?)	
Trabalho em outras propriedades (remunerado)	
Aposentadoria/pensão. Caso positivo - Qual o destino desse recurso?	
Aluguéis/arrendamentos	
Atividades não agrícolas/serviços realizados. (quais?)	

9. A renda é usada para:

- comprar equipamentos agrícolas
 poupança
 investimento em imóveis
 comprar terra
 comprar carro/moto
 investe em melhorias na casa e galpões
 outros:

10. Uso do solo:

Área total	
Área cultivada	
Pastagem natural	
Mata	
Área não utilizável (estradas, afloramentos rochosos, etc.)	

11. Que máquinas e instrumentos agrícolas são utilizados na propriedade? Quais foram adquiridos após a implantação da cultura do fumo?

12. Quais os tipos de correção, adubação ou controle utilizados na propriedade? Qual a quantidade aplicada? Quem faz a recomendação?

	sim	não		sim	não
Adubo químico			Inseticidas		
Calcário			adubo orgânico		
Fungicidas			adubação verde		
Herbicidas			outros:		

13. Após a colheita do fumo, o que é cultivado na área?

14- Sua propriedade é atendida por assistência técnica?

Empresa Fumageira	Colégio Agrícola	Emater	Secretaria Municipal	Universidade	Outro:	Não atendida	
-------------------	------------------	--------	----------------------	--------------	--------	--------------	--

15- Quais os recursos hídricos disponíveis na sua propriedade?

Arroio		Cacimba		Açude		Sisterna		Outro:	
--------	--	---------	--	-------	--	----------	--	--------	--

16. Guarda sementes para o plantio seguinte ou compra? Quais? Onde são adquiridas?

17. Quais produtos cultiva na sua propriedade? Com qual finalidade? Quais tem maior importância na formação da renda familiar?

Culturas	I	V	C	HA	HD	Culturas	I	V	C	HA	HD
soja						cebola					
milho						trigo					
feijão						frutíferas (quais?)					
fumo						hortaliças					
batata-doce						pimenta					
batata-inglesa						madeira					
amendoim						outra:					

I – Importância

C - Consumo

V - Venda (1- cooperativa; 2- direta; 3- intermediarios; 4 – entrega para a indústria)

HA – hectares plantados antes da implantação da cultura do fumo

HD – hectares plantados depois da implantação da cultura do fumo

18. Derivados:

Leite	V	C
Ovos		
Queijo		
Mel		

19. Que tipo de criações existem em sua propriedade? Com qual finalidade? Houve diminuição nos últimos anos? Por quê?

Criações	V	C	Criações	V	C
cavalos			peixes		
bois			aves		
vacas			suínos		
cabras			outros		

C - Consumo

V - Venda

20. Com quais empresas tem contrato de venda da produção?

21. Utiliza algum tipo de crédito? Qual a finalidade?

Fumageira	Não utiliza	Bancos	Programas do Governo	Outro:	
-----------	-------------	--------	----------------------	--------	--

22. No grupo familiar, quem toma as decisões sobre as atividades que serão desenvolvidas ou produtos que serão cultivados? No que está baseada esta decisão?

23. Há quantos anos planta fumo? Qual a variedade? Para qual empresa?

24. Porque está investindo na cultura do fumo? Alguém ou algum tipo de propaganda o influenciou?

25. Está obtendo o retorno esperado? (Caso negativo) Por quê?

26. A vida de sua família melhorou depois da implantação da cultura do fumo? Por quê?

27. A família tem dificuldades de se adaptar às exigências da indústria? Caso positivo - Quais são?

28. O que pensas sobre a relação entre produtor e indústria

29. O que pensas sobre os agrotóxicos usados no fumo?

30. Algum membro de sua família já teve algum problema de saúde causado pelo trabalho no cultivo do fumo? Caso positivo - Atribui esse problema ao uso de agrotóxicos?

31. No caso do cultivo do fumo ficar inviabilizado qual seria a sua alternativa?

32. Considerando os últimos anos, aumentou ou diminuiu:

- a) a área utilizada?
- b) a diversificação da produção?
- c) as despesas?
- d) o consumo?
- e) as preocupações? Por quê?

33. Na sua família, como se deu o processo de sucessão hereditária? (Havia quantos irmãos? Houve fracionamento da terra? Houve formas de compensação?)

34. Para o Sr. /Sra., qual é a importância da terra?

35. Venderia a terra? Em que casos?

() falta de sucessor () para comprar outra terra () para mudar de profissão () para ajudar os filhos () para pagar dívida () outro motivo. Qual?

36. Na sua opinião, as pessoas vivem melhor no campo ou na cidade? Por quê?

37. Preferia que seus filhos vivessem no campo ou na cidade?

38. Qual é sua principal fonte de informações?

TV rádio sindicato parentes, amigos e vizinhos jornal outro. Qual?

39. Na sua opinião, qual é a situação dos agricultores familiares? O que seria necessário para melhorar?

40. Por que se mantém agricultor?

ANEXO - Contrato de compra e venda de fumo

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE FUMO EM FOLHA – SAFRA 2005/2006

Que fazem entre si, de um lado **DIMON do Brasil Tabacos Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Thomaz Gonzaga, 666, em Vera Cruz (RS), inscrita no CNPJ/MF sob no. 33.876.145/0001-00, doravante designada simplesmente **EMPRESA** e, por outro lado, o Sr.(a) **XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), estado civil Casado, agricultor, portador(a) da CI no. **XXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CPF sob no. **XXXXXXXXXXXX** residente na localidade de **XXXXXXX**, Município de **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Estado **XX**, doravante designado(a) apenas de **PRODUTOR**, nos termos e condições seguintes:

1. COMPROMISSOS DA EMPRESA

1.1. Por este instrumento (o "Contrato") e na melhor forma de direito, a **EMPRESA** ora adquire do **PRODUTOR**, a totalidade de sua produção de fumo em folha a ser classificado de acordo com as Portarias 526 de 20.10.1993 e 79 de 17.03.1994, ambas do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (as "Portarias"), conforme a estimativa de produção a seguir indicada. Referida estimativa poderá variar em até, no máximo, 5% (cinco por cento) para mais ou para menos, em relação à última estimativa de produção, prevista na cláusula 3.2.

Tipo de Fumo: _____ Mil Pés de Fumo: _____ Estimativa - Kg: _____ Hectares de Fumo: _____ Semente Variedade: _____

1.2. A totalidade da produção ora adquirida deverá ser disponibilizada pelo **PRODUTOR** para classificação nas instalações da **EMPRESA** que vierem a ser definidas ou acordadas pelas partes nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Estado do Paraná. É assegurado ao **PRODUTOR** o direito de, pessoalmente, acompanhar a classificação do fumo ora adquirido, segundo os termos das Portarias.

1.3. De maneira a garantir a boa qualidade do fumo ora adquirido, a **EMPRESA** compromete-se vender e/ou recomendar os insumos agrícolas e outros materiais básicos necessários, aprovados e adequados para o cultivo de fumo, para os hectares, mil pés e tipo de fumo acima acordados, sempre em comum acordo com o **PRODUTOR** e segundo o receituário agrônomo elaborado por profissional habilitado.

1.3.1. O valor dos insumos agrícolas e outros Créditos (Valores de Custeio) - juntamente com os juros incidentes - que vierem a ser fornecidos ao **PRODUTOR** pela **EMPRESA**, serão amortizados/liquidados por ocasião da entrega e classificação do fumo.

1.3.1.1. Os juros incidentes sobre os insumos agrícolas adquiridos e outros créditos (Valores de Custeio) recebidos pelo **PRODUTOR** da **EMPRESA**, que forem financiados pelos recursos controlados do crédito rural, serão considerados encargos do **PRODUTOR** e igualmente serão amortizados/liquidados conforme mencionado na cláusula 1.3.1 acima.

1.3.1.2. Sobre os insumos agrícolas adquiridos e outros Créditos (Valores de Custeio) recebidos pelo **PRODUTOR** da **EMPRESA**, que não forem financiados, por opção do **PRODUTOR**, pelos recursos controlados do crédito rural, incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano ou fração, calculados desde o dia 01 de julho de 2005 ou do dia da emissão da Nota Fiscal e/ou Faturamento a eles relativos, se posterior, até a data de liquidação do débito.

1.3.1.3. No caso do **PRODUTOR** não ter conseguido o financiamento dos insumos agrícolas e outros materiais, com utilização dos recursos controlados do crédito rural, no estabelecimento bancário indicado pela **EMPRESA**, mas tenha fornecido, em tempo hábil, toda a documentação necessária à obtenção do financiamento, a taxa anual de juros a ser cobrada pela **EMPRESA** sobre os insumos agrícolas e outros materiais, será equivalente a taxa de juros do grupo em que o **PRODUTOR** se enquadraria, caso tivesse obtido o financiamento através de recursos controlados do crédito rural.

1.4. A **EMPRESA** compromete-se a disponibilizar para compra por parte do **PRODUTOR** os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), necessários ao manuseio e aplicação de defensivos agrícolas, bem como a vestimenta protetora apropriada para a colheita de fumo.

1.5. Compromete-se ainda a **EMPRESA** a colocar a disposição do **PRODUTOR** seu corpo técnico para consultas sobre as melhores práticas agrícolas através de visitas individuais, reuniões grupais ou ainda por meio de boletins técnicos e publicações, durante todo o ciclo da cultura do fumo até o término de sua comercialização, conforme especificado no Relatório para Comprovação de Assistência Técnica, o qual permanecerá em poder da **EMPRESA** e a disposição do **PRODUTOR**.

1.6. O transporte de fumo, da casa do **PRODUTOR** até as instalações da **EMPRESA** mencionadas na cláusula 1.2. acima, será efetuado pelo transportador indicado pelo **PRODUTOR**, desde que este transportador também seja prestador de serviços de transporte de fumo para outros produtores da **EMPRESA**. Fica desde já acordado pelas partes que o frete em questão será pago pela **EMPRESA**. A presente obrigação limita-se ao fumo ora adquirido pela **EMPRESA** uma vez que este atenda e esteja em conformidade com os requisitos das Portarias mencionadas na cláusula 1.1. A **EMPRESA** não se responsabiliza pela falta de fardos, fumo molhado e demais perdas e prejuízos decorrentes do transporte do fumo, da casa do **PRODUTOR** até as instalações da **EMPRESA**, fornecendo ao **PRODUTOR**, quando necessário, declaração das condições em que recebeu a mercadoria.

1.7. A **EMPRESA** concederá em favor do **PRODUTOR**, que comprovadamente cumprir integralmente a obrigação referida na cláusula 2.1. abaixo, o seguinte:

1.7.1. Um bônus, equivalente a 5% (cinco por cento), do valor dos insumos agrícolas e outros materiais vendidos pela **EMPRESA** ao **PRODUTOR**, que tenham sido pagos à vista, a ser creditado no final da safra, na conta-corrente do **PRODUTOR** junto à **EMPRESA**.

2. COMPROMISSOS DO PRODUTOR

2.1. Até os limites da estimativa contratual devidamente revisada na forma da cláusula 3.2. deste Contrato, o **PRODUTOR** efetua a presente venda para a **EMPRESA**, em caráter irrevogável e irretroatável.

Parágrafo Único - Será considerado descumprimento do presente Contrato por parte do **PRODUTOR** caso este venha a fornecer o fumo em desconformidade com o volume por posição na planta (X, C, B e T).

2.2. Compromete-se o **PRODUTOR** a utilizar na lavoura de fumo, segundo os volumes e demais especificações acordados entre **EMPRESA** e **PRODUTOR**, somente sementes de forrageiras, fertilizantes, defensivos (tais como inseticidas, fungicidas, herbicidas, anti-brotantes) e produtos biológicos recomendados pela **EMPRESA**, de acordo com as especificações técnicas contidas no Receituário Agrônomo, bula e/ou rótulo do produto.

Parágrafo Único - Poderão ser efetuadas análises aleatórias do fumo produzido pelo **PRODUTOR**, com o objetivo de detectar o uso de defensivos não recomendados ou a aplicação de produtos recomendados em quantidades acima das especificadas ou ainda em épocas não adequadas. O fumo que apresentar resíduos de produtos não recomendados ou resíduos de produtos recomendados em quantidade acima das toleradas, será rejeitado pela **EMPRESA** sendo também rejeitada o restante da produção de fumo do **PRODUTOR**, ainda depositado em seu paiol. Da mesma forma, será rejeitado o fumo que estiver contaminado por produtos orgânicos ou apresentar odores estranhos.

2.3. Compromete-se o **PRODUTOR** a utilizar somente as sementes de fumo fornecidas e/ou recomendadas pela **EMPRESA**, segundo pactuado na cláusula 1.1. deste Contrato.

2.4. Com o objetivo de permitir uma correta avaliação dos volumes de produção, o **PRODUTOR** de fumos Virginia se compromete a preencher e manter atualizada uma Planilha de Controle de Colheita e Cura, a qual será afixada na estufa de cura, em lugar visível e de fácil acesso, na qual o **PRODUTOR**, de acordo com os diferentes procedimentos adotados para a colheita, cura e secagem dos fumos tipo Virginia, efetuará as seguintes anotações: Datas de colheita, número de varas/grampos colhidos e o peso de 10 (dez) varas/grampos de fumo seco por estufada.

2.5. Compromete-se o **PRODUTOR** a fornecer o fumo em folha manocado, enfardado e isento de qualquer material estranho, observados os teores de umidade especificados nas Portarias mencionadas. O produtor também concorda em participar de eventuais auditorias que a empresa vier a fazer nas suas instalações de cura e armazenagem para garantir total isenção de material estranho no fumo a ser produzido.

2.6. O **PRODUTOR** se compromete a disponibilizar o fumo ora adquirido para classificação nas instalações da **EMPRESA** indicadas na cláusula 1.2. acima.

2.7. O **PRODUTOR** exime a **EMPRESA** de quaisquer responsabilidades decorrentes e se obriga ao seguinte:

- a) Somente utilizar em suas estufas de secagem de fumo, lenha de fonte legal e permitida em lei, preservando a mata nativa e cumprindo a legislação ambiental.
- b) Armazenar os defensivos em depósito específico e seguro para sua guarda, devidamente chaveado, de forma a evitar o acesso de terceiros.
- c) Utilizar, bem como as demais pessoas envolvidas na produção, os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's necessários para a aplicação de defensivos e o apropriado avental para a colheita, exigidos pela legislação em vigor.
- d) Observar as orientações para o descarte de embalagens, contidas no Receituário Agrônomo, bula e/ou rótulo do produto, na forma da legislação em vigor, efetuando a triplíce lavagem das embalagens vazias e sua guarda, até o momento de seu recolhimento e/ou devolução aos fabricantes.
- e) Atender as regras relativas à proteção da saúde e do meio ambiente.

f) Cumprir a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente, não usando mão-de-obra infantil nas atividades decorrentes deste Contrato.

2.7.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretirável do presente Contrato, a **EMPRESA** reserva-se o direito de rejeitar o fumo do **PRODUTOR** que tiver contra si imposta penalidade judicial definitiva relacionada à inobservância de qualquer das obrigações referidas nesta cláusula.

3. COMPROMISSOS COMUNS

3.1. **EMPRESA** e **PRODUTOR** se comprometem a praticar os preços e condições, resultantes da negociação do preço do fumo entre as representações oficiais dos produtores e das empresas fumageiras ou, na sua falta, praticar os preços e condições estabelecidos pelo SINDIFUMO - Sindicato das Industrias do Fumo.

3.2. O volume de produção expresso na cláusula 1.1. do presente Contrato, poderá ser atualizado segundo as revisões de estimativa de safra efetuadas de comum acordo entre **EMPRESA** e **PRODUTOR**, levando-se em conta a interferência de fatores supervenientes, admitidas variações de até, no máximo, 5% (cinco por cento) para mais ou para menos. Fica acordado entre as partes que as atualizações de estimativa terão como data limite o final da colheita, não sendo admitidas revisões posteriores. O formulário utilizado para as revisões de estimativa será assinado pelo **PRODUTOR** e ficará em poder da **EMPRESA**, ficando disponível para eventual consulta do produtor. Se na revisão da estimativa não houver comum acordo entre **EMPRESA** e **PRODUTOR**, permanecerá como válida a estimativa inicial prevista na cláusula 1.1.

3.3. O presente compromisso obriga as partes, seus herdeiros e/ou sucessores, ficando eleito o foro do domicílio do **PRODUTOR**, para dirimir as dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato.

3.4. O Contrato ora firmado tem prazo de validade a partir de sua assinatura, até o dia 31 (trinta e um) de julho de 2.006 (dois mil e seis), devendo toda e qualquer alteração ser realizada de forma escrita, tendo o seu vencimento antecipado pelo descumprimento de qualquer das cláusulas ou condições acima. O Contrato também terá seu vencimento antecipado caso o **PRODUTOR** terminar as entregas de fumo, nos volumes contratados e liquidar a totalidade de seus débitos junto à **EMPRESA**, antes da data acima referida.

4. CLÁUSULA PENAL

4.1. Sem prejuízo de ter que indenizar a parte inocente pelos danos por esta sofridos, a parte que infringir qualquer das cláusulas do presente Contrato, deverá pagar à parte inocente uma multa não compensatória, estabelecida em 10% (dez por cento) do valor da produção de fumo, conforme previsto na cláusula 1.1 ou, do valor da produção de fumo levando-se em consideração as revisões de estimativa previstas na cláusula 3.2, o que for maior. O valor em reais da multa será calculado, utilizando-se o valor por quilo da classe TO2, para a produção do tipo Virginia, e o valor por quilo da classe C2, para a produção do tipo Burley, permanecendo o Contrato em todos os seus termos e condições.

E, por estarem certos e contratados entre si, firmam, na presença de 2 (duas) testemunhas, o presente **Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha** em 2 (duas) vias de igual teor, sendo uma via para cada um dos contratantes.

XXXXXXXX , XX , _____ de _____ de _____

DIMON do Brasil Tabacos Ltda.

Produtor: XXXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

Nome: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

CPF/MF: _____

CPF/MF: _____